



**ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO**  
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

**A AGRICULTURA BIOLÓGICA NA BEIRA INTERIOR - COOPERATIVA  
"BIOGUARDA".**

PROJECTO APLICADO DO MESTRADO EM GESTÃO,  
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANA MARIA MARTINS DA FONSECA  
MAIO - 2010

**INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO**

**A AGRICULTURA BIOLÓGICA NA BEIRA INTERIOR – COOPERATIVA  
“BIOGUARDA”.**

**PROJECTO APLICADO SOB A CO-ORIENTAÇÃO DA MESTRE HELENA SARAIVA E ORIENTAÇÃO  
DO PROFESSOR DOUTOR AMÂNDIO BAÍA COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
GESTÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

**Co-Orientadora:** Mestre Helena Saraiva

**Orientador:** Doutor Amândio Baía

Ana Fonseca Maria Martins da Fonseca  
Maio - 2010

*Ao meu filho.*

*Em primeiro lugar, os meus agradecimentos vão para todos aqueles que de forma directa ou indirecta colaboraram na elaboração deste Projecto aplicado.*

*Seguidamente um agradecimento muito especial à Co-Orientadora Professora Mestre **Helena Saraiva** pela amizade, orientação, oportunidade, apoio prestado e atenção demonstrada.*

*Um Bem-Haja ao Orientador Professor Doutor **Amândio Baía** que cuidadosamente reviu cada página deste projecto e criticou construtivamente a estrutura do trabalho.*

*A todos um muitíssimo Obrigado!*

## RESUMO

No decorrer da elaboração deste relatório de investigação, tomamos conhecimento, que a Agricultura Biológica representa o único método de produção agrícola definido e regulamentado com rigor, comportando soluções para problemas ambientais, económicos e sociais dos nossos dias.

Por tais motivos, a agricultura biológica tem vindo a ganhar uma importância crescente em muitos países, independentemente do seu grau de desenvolvimento.

Na Europa, assim como em Portugal, e em especial na Região da Beira Interior a agricultura biológica tem manifestado um elevado crescimento, que poderá ser evidenciado pelo aumento das áreas cultivadas, número de explorações que a praticam, criação de associações e ainda na crescente procura deste tipo de produtos pelo consumidor. No entanto muitos são os obstáculos e os planos a traçar para o futuro.

Um desses obstáculos, segundo informação recolhida junto dos produtores, com base em metodologia utilizada, prende-se com a distribuição e a comercialização dos produtos biológicos certificados da Beira Interior. Trata-se de um pilar ainda bastante incipiente desta região, pelo facto dos produtos biológicos estarem confinados a um mercado muito restrito, sendo os produtos vendidos, na sua maior parte, pelos produtores, directamente nas suas explorações.

Para colmatar esta situação, uma das medidas a tomar passará pela criação da BioGuarda – Cooperativa de produtos biológicos, com o intuito de promover o desenvolvimento das actividades de produção, transformação e comercialização dos produtos biológicos dos seus associados.

A criação da Cooperativa BioGuarda promoverá a criação de oportunidades de emprego, ajudará pelo desenvolvimento rural integrado, utilizando o Modo de Produção Biológico como elemento âncora na diminuição da desertificação, e contribuirá para o crescimento da economia e da coesão social desta região do interior.

O Modo de Produção Biológico, pelos seus fundamentos éticos, produtivos, sociais e económicos deve ser um sector cujo desenvolvimento deverá ser apoiado por todos e servirá para todos.

**Palavras-chave:** Agricultura biológica, ambiente, saúde, emprego, cooperativismo.

## ABSTRACT

While working on this thesis, we have learned that biological agriculture represents the only method of agricultural production defined and regulated rigorously and that also presents solutions for current environmental, economic and social issues.

For these reasons, biological agriculture has continued to grow in many countries, independent of their level of development. In Europe, as in Portugal, and particularly in the Beira Interior region, biological agriculture has shown high growth, which can be seen in the increase of areas under cultivation, the number of farms that practice it, the creation of associations and also in the growing search for this type of product by the consumer. However, there are still obstacles and plans to be made for the future.

One of these obstacles, according to information from the producers, based on the methodology followed, has to do with the distribution and commercialization of biological products certified as originating in Beira Interior.

This is a recent phenomenon, due to the fact that biological products are confined to a very restricted market, with the produce being sold, for the most part, by the producers directly on their farms.

To resolve this situation, one of the methods to be taken needs to be the establishment of the BioGuarda Cooperative dedicated to biological products, with the objective of promoting the development of production methods and transformation and commercialization of biological products from its members.

The establishment of the BioGuarda Cooperative would promote the creation of new jobs, would help integrate rural development using the Biological Production method as an anchor against desertification and would contribute to economic growth and social cohesion of this interior region.

The Biological Production method, due to its ethical, production, social and economic bases ought to be a sector whose development should be supported by all and also be available to all.

**Key-words:** biological agriculture, environment, health, jobs, cooperative movement.

## GLOSSÁRIO

<b>AAPIM:</b>	Associação de Agricultores para a Produção Integrada de Frutos de Montanha
<b>AGRIS:</b>	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais
<b>AGROBIO:</b>	Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
<b>APDC:</b>	Associação Portuguesa de Direito ao Consumo
<b>ARABBI:</b>	Associação de Agricultores Biológicos da Beira Interior
<b>BSE:</b>	Encefalopatia Espongiforme Bovina
<b>CEE:</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CIVA:</b>	Código do Imposto do Valor Acrescentado
<b>CRL:</b>	Cooperativa Responsabilidade Limitada
<b>CRP:</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CTT:</b>	Correios Telégrafos e Telefones de Portugal
<b>DOP:</b>	Denominação de Origem Protegida
<b>EDM:</b>	Entre Douro e Minho
<b>EFC:</b>	Estatuto Fiscal Cooperativo
<b>EUA:</b>	Estados Unidos da América
<b>FAO/WHO:</b>	<i>Food and Agriculture Organization/World Health Organization</i>
<b>FEOGA:</b>	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
<b>FSE:</b>	Fundo Social Europeu
<b>IDICT:</b>	Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho
<b>IDRH:</b>	Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
<b>IFAP:</b>	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
<b>IFROM:</b>	<i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i>
<b>IEFP:</b>	Instituto de Emprego e Formação Profissional
<b>IHPC:</b>	Índice Harmonizado de Preço no Consumidor
<b>INPI:</b>	Instituto Nacional Propriedade Industrial
<b>INSCOOP:</b>	Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo
<b>INE:</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPAC:</b>	Instituto Português de Acreditação
<b>MPB:</b>	Modo Produção Biológico

<b>MAA:</b>	Medidas Agro-Ambientais
<b>MADRP:</b>	Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas
<b>MPRODI:</b>	Modo Produção Integrado
<b>NIPC:</b>	Número de Identificação da Pessoa Colectiva
<b>OPC:</b>	Organismo Privado de Controlo
<b>PAC:</b>	Política Agrícola Comum
<b>PENDR :</b>	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
<b>PIB:</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLIE :</b>	Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial
<b>PME:</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PNDAB:</b>	Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica
<b>PRODESC:</b>	Programa de Desenvolvimento Cooperativo
<b>REG:</b>	Regulamento
<b>RNPC:</b>	Registo Nacional de Pessoas Colectivas
<b>RURIS:</b>	Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental
<b>SAU:</b>	Superfície Agrícola Utilizada
<b>SIME:</b>	Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial
<b>Sd:</b>	Sem data
<b>Sl:</b>	Sem lugar
<b>SWOT:</b>	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i> (forças, fraquezas, oportunidades, ameaças)
<b>UE:</b>	União Europeia

## ÍNDICE

RESUMO.....	iii
GLOSSÁRIO.....	v
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS.....	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES.....	x
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA BIOLÓGICA – EUROPA, PORTUGAL E BEIRA INTERIOR.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 - Perspectiva Histórica da Agricultura Biológica .....</b>	<b>8</b>
1.2.1 - Certificação .....	10
<b>1.3 - Porquê Consumir Biológico? .....</b>	<b>11</b>
1.3.1 - Desenvolvimento Rural.....	12
<b>1.4 - Uma Agricultura de Elite para Elite? .....</b>	<b>13</b>
<b>1.5 - Enquadramento da Agricultura Biológica.....</b>	<b>15</b>
1.5.1 - A Agricultura Biológica na Europa.....	15
1.5.1.1 - Factores de Desenvolvimento da Agricultura Biológica .....	19
1.5.1.2 - Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Biológica .....	20
1.5.1.3 - Perspectivas de Evolução Futura.....	21
1.5.2 - A Agricultura Biológica em Portugal .....	23
1.5.2.1 - A Agricultura Biológica na Beira Interior .....	26
<b>1.6 - Comercialização.....</b>	<b>29</b>
<b>1.7 - Apoios .....</b>	<b>30</b>
1.7.1 - Apoios à Produção .....	31
1.7.2 - Novas Medidas de Apoio Previstas no Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013.....	32
<b>1.8 - Potencialidades e Desafios da Agricultura Biológica.....</b>	<b>32</b>
1.8.1 - Análise SWOT da Agricultura Biológica .....	32
<b>CAPÍTULO 2 - ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>36</b>
<b>2.0 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1 - Caracterização da Região da Beira Interior .....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 - Agricultura Biológica como Modelo de Desenvolvimento para a Beira Interior .....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 - Identificação da População e da Amostra de Estudo .....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 - A análise dos Resultados aos Questionários .....</b>	<b>42</b>
2.4.1 - No que Respeita aos Agricultores .....	42
2.4.2 - No que Respeita à Produção.....	43
2.4.3 - No que Respeita à Comercialização .....	45
2.4.4 - No que Respeita ao Escoamento.....	45
2.4.5 - No que Respeita ao Cooperativismo.....	46
2.4.6 - Conclusões.....	47

<b>CAPÍTULO 3 - COOPERATIVA BIOGUARDA .....</b>	<b>48</b>
<b>3.0 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 - A Cooperativa BioGuarda .....</b>	<b>52</b>
3.1.1 - Constituição Formal da Cooperativa .....	52
3.1.2 - Localização da Cooperativa BioGuarda .....	54
3.1.3- Características da Cooperativa .....	55
3.1.3.1 - Estatutos da Cooperativa e Regulamento Interno .....	56
3.1.3.2 - Organograma .....	56
3.1.3.3 - Instalações da Cooperativa .....	58
3.1.3.4 - Isenções Fiscais .....	59
3.1.3.5 - Incentivos Fiscais .....	60
3.1.3.6 - Apoios Financeiros .....	61
3.1.3.7 - Procedimentos Necessários para se Comercializar Biológico .....	62
<b>3.2 - Plano de Marketing .....</b>	<b>64</b>
3.2.1 - Análise do Mercado e da Concorrência .....	65
3.2.1.1 - Meio Envolvente Contextual .....	65
3.2.1.2 - Contexto Sócio - Cultural .....	69
3.2.1.3 - Contexto Político - Legal .....	69
3.2.1.4 - Contexto Tecnológico .....	70
3.2.1.5 - Meio Envolvente Transaccional .....	71
3.2.1.6 - Identificação dos Factores Críticos de Sucesso .....	75
3.2.2 - Análise <i>SWOT</i> da Cooperativa BioGuarda .....	75
3.2.3 - Objectivos e Estratégia de Marketing .....	76
3.2.4 - Política Comercial da Cooperativa BioGuarda .....	80
3.2.4.1 - Política do Produto .....	80
3.2.4.2 - Política do Preço .....	85
3.2.4.3 - Política de comunicação .....	88
3.2.4.4 - Política de distribuição .....	95
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PROJECTO .....</b>	<b>98</b>
<b>4.0 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>99</b>
<b>4.1 - Identificação do Projecto .....</b>	<b>99</b>
<b>4.2 - Análise do Investimento .....</b>	<b>99</b>
4.2.1 - Estudo de Mercado .....	100
4.2.2 - Estudo Técnico .....	101
4.2.3 - Quantificação do Investimento .....	101
4.2.4 - Estudo da Análise de Sensibilidade do Projecto .....	103
4.2.5- Estudo Financeiro .....	103
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.1</b> - DIRECÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA MODERNA.....	7
<b>FIGURA 1.2</b> - PERFIL DOS PRODUTORES BIOLÓGICA PORTUGUESES.....	14
<b>FIGURA 3.1</b> - MAPA DE ACESSIBILIDADE À GUARDA .....	49
<b>FIGURA 3.2</b> - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA BIOGUARDA .....	54
<b>FIGURA 3.3</b> - ORGANOGRAMA DA COOPERATIVA BIOGUARDA.....	56
<b>FIGURA 3.4</b> - PLANTA DA COOPERATIVA BIOGUARDA.....	58
<b>FIGURA 3.5</b> - PROCESSO GERAL DA ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE MARKETING.....	77
<b>FIGURA 3.6</b> - LOGÓTIPO DA COOPERATIVA BIOGUARDA.....	82
<b>FIGURA 3.7</b> - LOGÓTIPO COMUNITÁRIO .....	84
<b>FIGURA 3.8</b> - LOGÓTIPO PORTUGUÊS .....	84
<b>FIGURA 3.9</b> - RÓTULO DOS PRODUTOS BIOGUARDA.....	84
<b>FIGURA 3.10</b> - SEPARADOR DE PRODUTOS BIOLÓGICOS .....	95
<b>FIGURA 3.11</b> - CIRCUITO DE DISTRIBUIÇÃO DA BIOGUARDA .....	96

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>TABELA 1.1</b> - ÁREA TOTAL DESTINADA AO MODO PRODUÇÃO BIOLÓGICO NA EU- 25, E NA EU-27.....	16
<b>TABELA 1.2</b> - MATRIZ SWOT .....	33
<b>TABELA 2.1</b> - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (HOMENS E MULHERES) POR CONCELHO DA BEIRA INTERIOR .....	38
<b>TABELA 3.1</b> - COMISSÃO EUROPEIA, PREVISÕES PRIMAVERA/2009.....	66
<b>TABELA 3.2</b> - DISTRIBUIÇÃO DE FRUTAS (ESCOLAS/ALUNDS) EM CONCELHOS DA BEIRA INTERIOR .....	72
<b>TABELA 3.3</b> - MATRIZ SWOT DA COOPERATIVA BIOGUARDA.....	76
<b>TABELA 3.4</b> - FIXAÇÃO DE PREÇOS AOS RETALHISTAS (PREÇOS COM ENTREGA).....	86
<b>TABELA 3.5</b> - FIXAÇÃO DO PREÇO MÁXIMO DE COMPRA DOS PRODUTOS BIOLÓGICOS (COM ENTREGA).....	87
<b>TABELA 3.6</b> - TABELA RESUMO DOS VALORES ENVOLVIDOS EM PUBLICIDADE .....	95
<b>TABELA 3.7</b> - RESUMO DA ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO PROJECTO .....	104

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1.1</b> - ÁREA TOTAL DESTINADA AO MPB NA EU-27 POR PAÍS, 2007 E 2008 (HA).....	17
<b>GRÁFICO 1.2</b> - EVOLUÇÃO DO Nº DE OPERADORES CERTIFICADOS EM AB EM PORTUGAL (1993-2005).....	23
<b>GRÁFICO 1.3</b> - EVOLUÇÃO DA ÁREA TOTAL (HA) DE AGRICULTURA BIOLÓGICA (1993-2005).....	24
<b>GRÁFICO 1.4</b> - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS (HA) POR REGIÃO AGRÁRIA (MADRP OUTUBRO 2003).....	25
<b>GRÁFICO 1.5</b> - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERADORES EM PORTUGAL EM MPB (PRODUÇÕES VEGETAIS) .....	25
<b>GRÁFICO 1.6</b> - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERADORES EM PORTUGAL EM MPB (PRODUÇÕES ANIMAIS).....	26
<b>GRÁFICO 1.7</b> - ÁREA DAS CULTURAS EM PRODUÇÃO BIOLÓGICA (EM %), NA REGIÃO DA BEIRA INTERIOR (2005) .....	27
<b>GRÁFICO 1.8</b> - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ANIMAIS EM REGIME DE MPB NA BEIRA INTERIOR (2005) .....	28
<b>GRÁFICO 2.1</b> - PRODUTORES BIOLÓGICOS CERTIFICADOS POR CONCELHOS DA BEIRA INTERIOR (%).....	41
<b>GRÁFICO 2.2</b> - QUANTIDADES PRODUZIDAS ANUALMENTE EM MPB (PRODUÇÕES VEGETAIS) NA BEIRA INTERIOR .....	44
<b>GRÁFICO 2.3</b> - QUANTIDADES PRODUZIDAS ANUALMENTE EM MPB (PRODUÇÕES ANIMAIS) NA B. INTERIOR .....	45
<b>GRÁFICO 3.1</b> - DISTRIBUIÇÃO DE COOPERATIVAS POR RAMOS COOPERATIVOS EM 2006 .....	50
<b>GRÁFICO 3.2</b> - DISTRIBUIÇÃO DISTRITAL DE COOPERATIVAS EM 2008 .....	51
<b>GRÁFICO 3.3</b> - COMISSÃO EUROPEIA, PREVISÕES DE MAIO 2009.....	67
<b>GRÁFICO 3.4</b> - PORTUGAL: COMISSÃO EUROPEIA, PREVISÕES DE MAIO 2009 .....	68

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>ILUSTRAÇÃO 3.1</b> - BROCHURA I .....	91
<b>ILUSTRAÇÃO 3.2</b> - ESFEROGRÁFICA.....	92
<b>ILUSTRAÇÃO 3.3</b> - BLOCO DE COMPRAS.....	93
<b>ILUSTRAÇÃO 3.4</b> - CALENDÁRIO .....	93

## **Introdução**

Um pouco por todo o mundo, o aumento da concorrência global e o crescimento de novas formas de pensar por parte dos consumidores, em termos de segurança alimentar, levaram a que novas oportunidades de negócio surgissem na área da agricultura. A crescente pressão dos ecologistas em produções agrícolas naturais, biodinâmicas, ecológicas e biológicas leva a que as instituições comunitárias, devido ao problema da escassez de recursos naturais e empobrecimento da biodiversidade, promovam alterações de comportamentos e criem novas soluções sustentáveis para a prática agrícola.

A salvaguarda dos valores ambientais, a procura de melhores condições de vida e a busca de maior qualidade, fez emergir uma nova abordagem em termos de agricultura: a Agricultura Biológica, que protege o ambiente e é caracterizada pela total ausência de aplicações, nos processos e produtos usados ao longo de todo o ciclo produtivo, de substâncias químicas.

Face ao aumento da procura de produtos resultantes da Agricultura Biológica e ao crescente interesse dos consumidores por estes produtos, foi aprovado, no início da década de noventa, o regulamento comunitário nº 2092/91, que considera o papel que o Modo de Produção Biológico (MPB) pode desempenhar, no âmbito da Política Agrícola Comum, no respeitante à protecção do ambiente e manutenção do espaço rural.

A reforma da Política Agrícola Comum reforçou a dimensão ambiental da agricultura e veio possibilitar o apoio financeiro ao modo de produção biológico, contribuindo, fortemente, para fortalecer o seu crescimento na Europa nos anos que se seguiram.

Por outro lado, a crise de confiança dos consumidores, decorrente de sucessivos escândalos alimentares, percebidos pelos cidadãos como consequências nefastas da intensificação das produções vegetais e animais, gerou um claro movimento de opção pela escolha cuidada dos alimentos. Neste âmbito o sector do mercado de produtos de agricultura biológica é um dos que tem tido maior crescimento.

Em Portugal, apesar da conjuntura favorável, das potencialidades agro-ecológicas, da diversidade da fauna e flora e de muitas das formas de produção estarem próximas do MPB, o número de produtores biológicos, embora em crescimento, pouco ultrapassa um milhar e meio (num universo de cerca de 400.000 produtores), segundo dados da AGROBIO em 2008.

Assim, a fim de incentivar os produtores pelo modo de produção biológico, foram criados apoios ao investimento e à produção, designadamente através do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), com base na Medida 2.2 “Valorização dos Modos de Produção”.

A Beira Interior é a segunda maior região de área agrícola certificada do país. Como tal, a prática e comercialização de produtos da agricultura biológica constituiu uma estratégia de desenvolvimento do sector, potencializando o desenvolvimento desta região e evitando a desertificação.

Conhecendo as dificuldades com que se deparam os produtores de produtos biológicos na comercialização dos seus produtos, é proposta a criação na Guarda, de uma cooperativa de produtos biológicos, a BioGuarda, CRL.

O sector cooperativo em Portugal foi consagrado pela primeira vez em Abril de 1976, aquando da publicação da nova Constituição da República Portuguesa (CRP), determinado desde logo que o Estado deve fomentar e favorecer o sector com benefícios fiscais e financeiros, com melhores condições de crédito e auxílio técnico. Podemos dizer que a CRP comportava na sua plenitude a afirmação cooperativa, em que *“a todos é reconhecido o direito à livre constituição de cooperativas.”*

A proposta de constituição da Cooperativa BioGuarda nasceu da necessidade de ultrapassar os problemas associados à insuficiente articulação, entre a produção, transformação e a comercialização dos produtos biológicos. Pretende-se, ainda, prestar um serviço/apoio aos associados em termos de escoamento dos produtos, de formação, de publicidade, entre outros. As prioridades da BioGuarda estão orientadas para o armazenamento, acondicionamento, rotulagem e escoamento de toda a produção hortícola e frutícola, de produtos biológicos certificados. Surge, assim, a oportunidade

dos associados venderem os seus produtos, não só directamente na exploração ou nos mercados locais, mas também às escolas, lojas especializadas e nas grandes superfícies.

A BioGuarda pretende contribuir de forma inequívoca para o escoamento de toda a produção dos seus associados, comprometendo-se ainda a apoiá-los na divulgação e promoção dos seus produtos.

Este projecto de dissertação encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma abordagem da Agricultura Biológica na Europa e em Portugal e dentro do país foi estudada a Região da Beira Interior. No segundo capítulo, é feita a caracterização da Região da Beira Interior, identificada a população e a amostra de estudo e análise aos questionários. No terceiro capítulo é apresentada a Cooperativa BioGuarda e o respectivo plano de *marketing*. No quarto capítulo, é exposta a análise económica e financeira do projecto BioGuarda. Por fim são apresentadas as principais conclusões deste relatório de projecto.

# Capítulo 1

Agricultura Biológica – Europa, Portugal e Beira Interior

## **1.1 - Contextualização da Agricultura Biológica**

A agricultura biológica é um método de produção agrícola que tem como principal preocupação produzir alimentos saudáveis fortalecendo os ecossistemas cultivados em que se insere. De acordo com a *Codex Alimentarios Commission* (FAO/WHO, 1999)<sup>1</sup>, a agricultura biológica é caracterizada como:

*Um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica do solo. Privilegia o uso de boas práticas de gestão da exploração agrícola, em lugar do recurso a factores de produção externos, tendo em conta que os sistemas de produção devem ser adaptados às condições regionais. Isto é conseguido, sempre que possível, através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.*

A prática da Agricultura Biológica encontra-se regulamentada, nomeadamente, através do Regulamento (CE) n° 889/2008 que revoga o Regulamento base (CEE) n° 2092/91, o qual estabelece as normas relativas ao Modo de Produção Biológico (MPB) e a sua Rotulagem.

Define mais claramente os objectivos, princípios e regras da produção biológica, e assegura a aplicação uniforme quer dos objectivos quer dos princípios em todas as fases da produção biológica, - tanto na produção animal, como na vegetal - da aquicultura e dos alimentos para animais, assim como no sector da produção de alimentos biológicos.

Os principais objectivos desta agricultura passam entre outras razões, por:

- a) Estabelecer um sistema de gestão agrícola sustentável que:
  - Respeite os sistemas e ciclos da natureza e mantenha e reforce a saúde dos solos, da água, das plantas e dos animais e o equilíbrio entre eles;
  - Contribua para um elevado nível de diversidade biológica;
  - Faça um uso responsável da energia e dos recursos naturais, como a água, os solos, as matérias orgânicas e o ar;

---

<sup>1</sup> [www.agrobio.pt](http://www.agrobio.pt) Novembro 2008

- Respeite normas exigentes de bem-estar dos animais e em especial, as necessidades comportamentais próprias de cada espécie.
- b) Procurar obter produtos de elevada qualidade.
- c) Procurar produzir uma ampla variedade de géneros alimentícios e de outros produtos agrícolas que correspondam à procura, por parte dos consumidores, de bens produzidos através de processos que não sejam nocivos para o ambiente, para a saúde humana, para a fitossanidade ou para a saúde e o bem-estar dos animais.

Constituem princípios da Agricultura Biológica a não utilização de adubos e pesticidas químicos de síntese, promotores de crescimento, como por exemplo:

- Hormonas;
- Antibióticos;
- Aditivos.

O Modo de Produção Biológico é respeitador do ambiente e da biodiversidade. Este Modo de Produção recorre a rotações culturais, utilização de resíduos das culturas e estrumes de animais, assim como a utilização de todos os resíduos orgânicos das explorações para incorporação nos solos, melhorando a sua fertilidade (Moreno, 1991).

Por outro lado, cada vez mais assistimos à preferência dos consumidores por alimentos mais sãos, saborosos e produzidos por métodos menos agressivos para o ambiente. Também com o aparecimento de certas doenças como a BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina), a crise das dioxinas e recentemente com a gripe das aves, aumenta a desconfiança dos consumidores no que respeita à segurança alimentar da produção em larga escala

Uma das grandes vantagens da agricultura biológica é conciliar a produção de alimentos com a manutenção da fertilidade do solo e com a preservação do ambiente.

Ao contrário desta, a agricultura industrializada resulta do forte incremento da mecanização, favorece o aparecimento de pragas, doenças e ervas invasoras,

contribuindo assim, para que o agricultor tenha que utilizar produtos químicos para conseguir produzir, recorrendo ao uso de fertilizantes e de pesticidas, do monocultivo e desflorestação, provocando a desertificação dos solos, pois facilita a erosão, reduz a actividade biológica e esgota a reserva de alguns nutrientes (Moreno, 1991).

A passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura “industrializada” significou, na altura, um passo em frente, relativamente à conquista da sobrevivência do homem, atendendo ter a agricultura industrializada, como finalidade, a independência deste em relação aos limites impostos pela natureza sem pensar qual seria o preço a pagar muito mais tarde.

Desta forma encontramos dois tipos de agricultura moderna: uma agricultura industrializada e uma agricultura biológica. Ver Figura 1.1.

Figura 1.1 - Direcções do Desenvolvimento da Agricultura Moderna



Fonte: Adaptado de INDRIO Francesco, (1995) in Agricultura Biológica.

## **1.2 - Perspectiva Histórica da Agricultura Biológica**

A agricultura biológica resultou da evolução de diferentes métodos, iniciados em diferentes regiões do mundo, durante a primeira metade do séc. XX.

Os seus principais fundadores foram Ehrenfried Pfeiffer (1924), (agrónomo alemão) e Albert Howard (1943), (agrónomo inglês). E. Pfeiffer, sob a orientação de Rudolf Steiner implementou o método agronómico chamado biodinâmico (Indrio, 1995).

A agricultura orgânica (*organic farming*), surgiu em Inglaterra a partir de teses desenvolvidas por Albert Howard. Este pesquisador Inglês na sua obra “*An Agriculture Testament*” (1940), propôs uma conduta para a produção vegetal e para a produção animal que, se fosse seguida, seguramente evitaria a maioria dos problemas ambientais enfrentados pela humanidade, pois o fundamento central de suas posições científicas é o incremento do húmus no solo, já que a matéria orgânica é o principal armazém terrestre de CO<sub>2</sub>, que é, por sua vez, sabidamente um dos maiores agentes de contaminação do ar. Na Índia, este agrónomo, realizou numerosos ensaios de compostagem com excelentes resultados, tendo os seus métodos e conclusões, servido de base à maior parte das técnicas da agricultura biológica actual.

Robert Rodale (1948), considera Howard o "pai da agricultura orgânica". Em 1940, Robert Rodale passou a popularizar as suas ideias nos Estados Unidos. Adquiriu uma fazenda no estado da Pensilvânia, EUA e, motivado pela convicção de que os alimentos produzidos organicamente são preferíveis para a saúde humana, passou a praticar os ensinamentos de Howard.

No final dos anos sessenta e, sobretudo, nos anos setenta, assistiu-se na Europa, a uma importante tomada de consciência ao nível da protecção do ambiente, a que a agricultura biológica podia dar uma resposta adequada.

As primeiras associações de agricultura biológica de todo o mundo encontram-se agrupadas no seio de uma federação, a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> <http://www.ifoam.org/index.html>, Janeiro/2009

A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Biológica é uma organização popular e democrática, que actualmente reúne 750 organizações, tem membros em 108 países e está sediada na Alemanha. Esta federação tem por objectivo a partir de organizações de agricultores, multinacionais e agências de certificação, garantir a credibilidade e a longevidade da Agricultura Biológica como um meio para a sustentabilidade ecológica, económica e social, de acordo com os princípios da Agricultura Biológica.

Em Portugal, as primeiras experiências em agricultura biológica datam dos anos 50 e têm como pioneiro Luís Alberto Vilar mentor e fundador da “União Fraternal de Agricultores”. Em 1976, começou a divulgar a agricultura biológica através dos seus artigos que publicava no “*O Século*” e na colecção “*Agro-Sanus*” (Ferreira, 2002).

Em Fevereiro de 1985, é fundada a AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, com sede em Lisboa. Até muito recentemente, esta Associação foi, na verdade, a principal instituição responsável pela difusão da ideia e pela promoção da produção, sobretudo através da experimentação, do estímulo à troca de experiências e da disseminação de informação entre agricultores e consumidores. Entre as actividades principais da AGROBIO destacam-se: a edição e difusão de informação técnica; a investigação em parceria com universidades e outras instituições; a educação ambiental de jovens; a promoção de acções de formação profissional e prestação de apoio técnico a produtores; a realização de feiras; a organização de conferências, seminários e jornadas e, a promoção e concessão de uma etiqueta de garantia aos agricultores e/ou transformadores que desejam vender os seus produtos com a denominação de “Produtos de Agricultura Biológica”.

Existem várias associações e cooperativas<sup>3</sup> em Portugal, criadas com objectivos muito distintos, desde o apoio à produção, passando pela distribuição até ao consumo, mas a finalidade é em todas a mesma. Todas elas visam contribuir para a divulgação, promoção e crescimento da agricultura biológica no país.

---

<sup>3</sup> <http://www.agroportal.pt/Agros/agricultura/biologica.htm> Novembro/08

### **1.2.1 - Certificação**

Antes dos operadores do sector biológico poderem começar a produzir ou manufacturar produtos de agricultura biológica, têm primeiro que enviar a sua candidatura a um organismo ou autoridade de controlo, assim como notificar a sua actividade às autoridades responsáveis no seu Estado-Membro.

Em Portugal existem seis organismos de controlo e Certificação de Produtos Biológicos<sup>4</sup>, distribuídas por todo o país, como forma de garantir aos consumidores, que um determinado alimento foi produzido em agricultura biológica. A estas organizações de agricultores é-lhes reconhecido o direito de procederem à certificação de produtos agro-alimentares em MPB, segundo a Portaria 180/2002, desde que acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação, IPAC. Segundo informações da agência Lusa em 8 de Abril de 2009, a Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) denunciou que quatro dos seis organismos de certificação funcionavam sem acreditação, tendo a mesma apelado ao Ministério Público para “garantir a legalidade” na área da certificação de produtos biológicos, reconhecendo o Ministério da Agricultura que apenas duas destas associações estavam acreditadas a 1 de Janeiro de 2009. Em Novembro de 2009 são três as associações acreditadas, encontrando-se as restantes em processo de acreditação, ficando assim impedidas de aceitarem novos clientes até à conclusão do processo, segundo informações do Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP.<sup>5</sup> O acto de certificação resulta de um conjunto de procedimentos que permitem garantir a conformidade de um produto face a um determinado referencial técnico. O controlo de qualidade é feito mediante visitas de técnicos especializados, com ou sem aviso prévio, às explorações.

A certificação impõe exigências ao nível da produção, transporte e distribuição, que vigoram em toda a Europa desde 1991 com a entrada em vigor da Regulamentação Europeia. O regulamento CEE n° 2092/91 estabeleceu regras aplicáveis a toda a Comunidade relativas ao modo de produção biológica de produtos agrícolas.

---

<sup>4</sup> [http://www.gpp.pt/Biologica/MPB\\_OC1Mar10%20.pdf](http://www.gpp.pt/Biologica/MPB_OC1Mar10%20.pdf), Novembro 2009

### **1.3 - Porquê Consumir Biológico?**

A agricultura biológica respeita o equilíbrio da Natureza e contribui para um ecossistema saudável.

Algumas das muitas razões para consumir produtos biológicos medem-se pelo seu:

- **Valor nutritivo** - cultivados em solos equilibrados por fertilizantes naturais, os alimentos biológicos são capazes de apresentar uma melhor qualidade quanto ao teor em vitaminas, minerais, hidratos de carbono e proteínas, além de serem capazes de saciar graças ao equilíbrio dos seus constituintes;
- **Sabor** - nos solos regenerados e fertilizados organicamente, as plantas crescem saudáveis e desenvolvem, da melhor forma, o seu verdadeiro aroma, as suas autênticas cor e sabor, o que nos permite redescobrir o verdadeiro gosto dos alimentos originalmente não processados;
- **Biodiversidade** - a diminuição da diversidade biológica é um dos principais problemas ambientais dos dias de hoje.

Como atrás foi referenciado existem diversas razões que levam os consumidores a optar pelo consumo de produtos biológicos. As principais talvez sejam a procura de uma alimentação mais saudável, sem resíduos químicos nos alimentos, e a identificação com os objectivos ecológicos e princípios de respeito pela natureza defendidos por este conjunto de práticas agrícolas. Uma outra razão não negligenciável é o estado de insatisfação obtido após o consumo de uma grande parte dos produtos agrícolas correntes que, muitas vezes, e apesar de um excelente aspecto, têm um sabor muito pouco intenso, quando não um sabor desagradável, em resultado de uma processo de crescimento artificial e baseado na utilização de químicos.

Hoje em dia, não podemos mais viver obcecados com produzir o máximo possível. É preciso pensar em produzir o máximo possível sim, mas consumindo o mínimo de recursos, como a água, a energia e outros factores de produção. Um estudo recente da autoria de MADER, P., et al. (2002), publicado na revista *Science* demonstrou que em média a agricultura biológica produz menos 20% que a agricultura convencional (outros

estudos realizados no Canadá, Estados Unidos e Austrália, registaram uma produtividade de 10 a 20% ou 10 a 15%), no entanto ela necessita de muito menos *inputs* – 90% menos produtos químicos e 50% menos energia - sendo por isso muito mais eficiente que a agricultura convencional. Ainda segundo na revista *Science* cada dia que passa, a agricultura convencional está a destruir e a inutilizar vastas extensões de terras outrora férteis, que demorarão séculos ou milénios a recuperar, ou seja está a destruir precisamente aquilo de que necessita para alimentar a população humana que o planeta albergará daqui a várias décadas.

### **1.3.1 - Desenvolvimento Rural**

A Agricultura Biológica permite a revitalização da população rural e restitui aos agricultores a verdadeira dignidade e o respeito que lhe são merecidos da população em geral, pelo seu papel de guardiões da paisagem e dos ecossistemas agrícolas. Os agricultores biológicos reconhecem que a saúde dos solos e o respeito pelo ambiente são cruciais para a sobrevivência dos seres humanos e dos animais.

#### **Ambiente**

Os agricultores biológicos respeitam o ambiente através:

- Do uso responsável de energia e dos recursos naturais;
- Da manutenção da diversidade biológica;
- Da manutenção dos equilíbrios ecológicos regionais;
- Do melhoramento da fertilidade dos solos e da qualidade da água.

Os agricultores biológicos respeitam os animais através de:

- Da promoção da saúde e bem-estar dos animais;
- Do respeito pelas necessidades comportamentais específicas dos animais.

Este respeito pelo ambiente promove o equilíbrio da Natureza, contribui para um ecossistema saudável e permite a preservação de um espaço rural capaz de satisfazer as gerações vindouras. Atendendo à dimensão humana que estas explorações assumem, os produtores agrobiológicos geram oportunidades de criação de empregos permanentes e dignos, (Vilá, 1996) além de preservarem a vitalidade social e ambiental das comunidades rurais.

### **Emprego**

Os factores que contribuem para a criação de emprego incluem:

- As explorações de agricultura biológica tendem a ser de menores dimensões e mais diversificadas do que as explorações de agricultura não biológica;
- A maior necessidade de mão-de-obra frequentemente gerada pela restrição de factores de produção e ênfase nos métodos de produção físicos e mecânicos;
- A elevada compatibilidade das explorações agrícolas biológicas com empreendimentos rurais e de eco-turismo;
- Novas áreas de investigação (protecção de plantas, bem-estar animal, recursos renováveis) para os cientistas.

Sendo um modo de produção agrícola muito mais exigente em cuidados e menos rentável a nível produtivo, os preços mais elevados representam um apoio para os elevados custos que os agricultores têm que suportar tendo em conta os gastos e riscos que a própria agricultura envolve como seja: limpeza da água, os custos de produzir, colher, transportar e armazenar de acordo com regras estritas impostas pela legislação comunitária atrás referenciada. Apesar de já existir um alargado número de restrições relacionados com o consumo destes produtos, sendo o preço o principal.

### **1.4 - Uma Agricultura de Elite para Elite?**

Segundo Carvalho, A. (2000: 67), a produção biológica é, fundamentalmente, baseada numa elite de produtores. Como se pode observar Figura 1.2, o produtor biológico

médio apresenta traços bem distintos do produtor agrícola convencional médio, em termos de idade, nível de escolaridade e formação profissional, sendo as suas explorações predominantemente médias a grandes e estritamente ligadas ao mercado. Verifica-se que a maioria têm idades compreendidas entre os 40 e 49 anos, e a opção por este modo de produção deriva das preocupações existentes em obter produtos mais saudáveis e de proteger os solos e o ambiente.

Por outro lado, os consumidores "bio" correspondem a um nicho ainda restrito, constituído por elementos com maior poder de compra, mais informados e com mais consciência em matéria de saúde humana e ambiente.

**Figura 1.2 - Perfil dos Produtores Biológica Portugueses**

<b>Perfil dos produtores biológicos Portugueses e das suas explorações</b>
1. Predominantemente jovens, com idade sobretudo compreendida entre os 40 e os 49 anos;
2. Nível de escolaridade acima da média, tendo cerca de 40% um curso superior;
3. Quase a totalidade frequentou um Curso de Formação Profissional de Introdução à Agricultura Biológica;
4. A grande maioria pratica a agricultura biológica há relativamente pouco tempo, menos de 6 anos;
5. As principais motivações relacionam-se com a produção de produtos mais saudáveis e a preservação dos solos e do ambiente em geral;
6. A maioria das explorações pratica a policultura, sendo importante a produção animal;
7. A área das explorações é muito variável, sendo dominantes as médias e grandes;
8. Mais de metade dos produtores dedicam-se também a outras actividades ligadas ao sector como a comercialização de produtos e/ou factores de produção, a transformação, a sensibilização dos consumidores, a divulgação e <i>marketing</i> , a formação e outras.

**Fonte:** Adaptado de Carvalho (2000: 65-70)

Segundo Marques e Teixeira (1998), num trabalho sobre o consumo de azeites em Portugal, traçam o perfil do potencial consumidor de azeites biológicos, que se caracteriza pela origem urbana, um mínimo de 11 anos de escolaridade e preferência pela compra em hiper e supermercados.

Num estudo realizado por Cristóvão et al., (2000: 67-68), foram entrevistados três comerciantes especializados e certificados, com importância significativa em termos do volume de vendas. Todos sublinharam que a procura está a crescer e o mercado a mudar. Todos definiram os clientes actuais como pessoas bem informadas, com rendimentos acima da média e criteriosos na escolha dos alimentos.

A quebra deste ciclo "de elite para elite" passará por mudanças a vários níveis, em particular:

- Um substancial aumento do número de produtores;
- Um substancial aumento e diversificação da oferta;
- Diminuição dos preços ao consumidor;
- Um crescimento significativo do número de consumidores e alteração do seu perfil.

O produtor "bio" tem de ser um observador bem treinado, nomeadamente no que toca às condições de solo, clima e desenvolvimento da cultura (ou produção) e possíveis riscos, em especial em termos de doenças e pragas.

O produtor tem, naturalmente, de ter bons conhecimentos dos possíveis itinerários técnicos e respectivas práticas e uma boa capacidade para tomar decisões atempadamente. Talvez mais do que tudo isto, o produtor "bio" tem de ter uma visão holística ou sistémica da sua actividade não pode ignorar as questões do mercado e tem de construir ou procurar circuitos vantajosos de distribuição e venda.

## **1.5 - Enquadramento da Agricultura Biológica**

### **1.5.1 - A Agricultura Biológica na Europa**

Nos anos noventa, o Modo de Produção Biológico (MPB) sofreu um grande crescimento na União Europeia representando actualmente 4,0% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). A União Europeia tem um total de 7,7 milhões de hectares de terra destinados exclusivamente à Agricultura Biológica.

Ao analisar-se a área de cada País (Tabela 1.1), encontramos a Espanha com a maior área (1,3 milhões de hectares, o que corresponde a 17,0% do total da União Europeia), seguindo-se a Itália com 1 milhão de hectares, embora este país tenha tido um decréscimo de 6,2%, no período de 2005 a 2008 na área em MPB.

**Tabela 1.1** - Área total destinada ao Modo Produção Biológico na EU- 25, e na EU-27

Países	Superfície total consagrada à agricultura Biológica (EU-25) 2005	Superfície total consagrada à Agricultura Biológica (EU-27) 2008
<b>Área Total</b>	<b>6 115 465</b>	<b>7 764 722</b>
Bélgica	22 994	36 663
Bulgária *	-----	16 663
República Checa	254 982	320 311
Dinamarca	134 129	150 104
Alemanha	807 406	907 786
Estónia	n.d.	87 346
Irlanda	34 912	42 816
Grécia	288 737	317 824
Espanha	807 569	1 317 539
França	560 838	583 799
Itália	1 069 462	1 002 414
Chipre	1 698	2 323
Letónia	118 612	161 624
Lituânia	64 544	122 200
Luxemburgo	3 158	3 535
Hungria	128 576	122 817
Malta	14	20
Holanda	48 765	50 434
Áustria	360 369	447 678
Polónia	82 730	313 944
Portugal	233 458	233 475
Eslovénia	23 499	29 836
Eslováquia	90 206	140 755
Finlândia	147 587	150 374
Suécia	222 268	336 439
Reino Unido	608 952	726 381
Roménia*	-----	140 132

**Fonte:** Eurostat Organic Farming Statistics

\* Não se considera a Bulgária e a Roménia, entraram para a UE a 1 Janeiro de 2007. Estónia - Dados não disponíveis

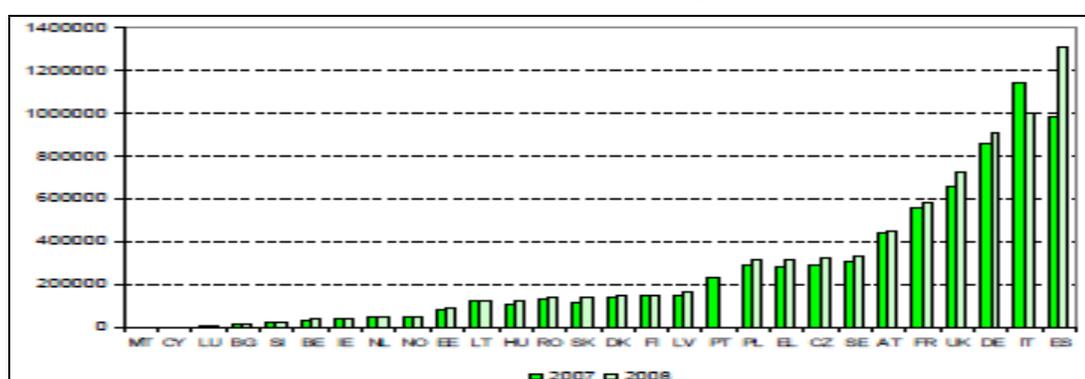
**Fonte:** [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF), Dez/2009.

A maioria dos países da EU-27, de acordo com os dados da Tabela 1.1, mostra uma tendência ascendente no período de 2005 a 2008, relativamente ao número total de explorações agrícolas biológicas, tendo essa tendência também se verificado a nível de Portugal.

De referir, que dos vinte e sete países aderentes à União Europeia, Portugal encontra-se numa posição bastante confortável na tabela, ocupando o décimo primeiro lugar o que indicia que Portugal está no bom caminho no que respeita à segurança alimentar e no respeito pelo equilíbrio da natureza.

A área de agricultura biológica aumentou 7,4% entre 2007 e 2008 na UE-27. O aumento de 7,4% na área total de agricultura biológica entre 2007 e 2008, tendo como comparação o valor de 5,9% entre 2006 e 2007, ilustra bem a tendência ascendente relativamente à área total do sector agrícola biológico na UE-27.

**Gráfico 1.1** - Área total destinada ao MPB na EU-27 por país, 2007 e 2008 ( ha)



Fonte: Eurostat Organic Farming statistics<sup>5</sup>

O crescimento europeu esconde diferentes realidades, de país para país. Assim, segundo a Eurostat, de 2007 a 2008 alguns países, apresentaram um decréscimo no crescimento – Itália, Hungria. A Itália foi onde se verificou maior decréscimo de 12,9% da área agrícola biológica. Em contrapartida, a Espanha, Bélgica, Bulgária, Grécia, Hungria, Eslováquia e Reino Unido, reflectem já um estado mais avançado de desenvolvimento, registando um crescimento de mais de 10%. Durante o mesmo período, a área biológica em Espanha aumentou 33.3%.

O tamanho da área agrícola biológica difere consideravelmente de um Estado-Membro para outro. Em termos de área agrícola biológica total de cada Estado-Membro, 4 países representavam cerca de 50% em 2008: Reino Unido (9,4); Alemanha (11,7); Itália (12,9) e Espanha (17,0%).

<sup>5</sup> [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF), Dezembro/09

Salienta-se o caso da Itália, um país mediterrânico que representa quase 13% do total da área biológica na EU-27. Em 1991 a Itália dispunha de 16.850 ha em MPB. Em 2001, a área ocupada já ascendia a 1.230.000 ha. Este crescimento foi fruto de uma aposta no MPB, traduzida em ajudas, no âmbito das Medidas Agro-Ambientais, com valores acima da média europeia que foram acompanhadas por apoio técnico e experimentação.

O surgimento de ajudas ao MPB, no âmbito do Regulamento (CEE) 2078/92 – as Medidas Agro-Ambientais (MAA), Medida AGRO e Programa AGRIS (que entraram em vigor a partir de 1993/94) vieram dar um impulso a este modo de produção na União Europeia. No entanto, é interessante notar que, face às verbas disponíveis para a totalidade das Medidas Agro-Ambientais (MAA), houve grandes diferenças de país para país. Em 1997, na Dinamarca, 58% do montante das Medidas Agro-Ambientais era canalizado para o MPB, e na Itália 25% do valor era atribuído ao MPB. Em Portugal apenas 8 % das verbas utilizadas nas MAA de 2001 foi canalizado para projectos da agricultura biológica, indo o restante para as outras medidas. Note-se que a média europeia situa-se nos 10%, relativamente ao montante das MAA canalizado para o MPB.

Em termos de mercado, verifica-se que a UE tem falta de alguns produtos em MPB. A nível de vegetais frescos a produção ainda é muito incipiente de acordo com dados da EUROSTAT, Portugal tem boas condições para produzir produtos, como sejam o azeite e o vinho (produtos que, actualmente, já se exportam), os hortofrutícolas, a carne e os frutos secos, devido às características do solo.

No espaço comunitário, a importância relativa da agricultura biológica no mercado dos produtos alimentares situa-se já em cerca de 2% na Alemanha, na Áustria e na Dinamarca, e noutros países entre 1% e 1,5% caso da Itália, da Bélgica, da Holanda e da Suécia<sup>6</sup>.

Em Portugal não existe informação estatística suficiente, relativa à importância dos produtos da agricultura biológica no mercado alimentar, obtidos a partir do MPB, apenas são fornecidos dados relativos às áreas/explorações utilizadas, à evolução

---

<sup>6</sup> [http://www.organic-europe.net/europe\\_eu/statistics.asp](http://www.organic-europe.net/europe_eu/statistics.asp), Dez/09

número de operadores (produção de animais e vegetais) e às principais produções em agricultura biológica<sup>7</sup>.

De modo a promover equilibradamente o crescimento da oferta e da procura, países como a Dinamarca, Finlândia, Suécia, Holanda, França, Alemanha, Reino Unido e Espanha, desenvolveram Planos de Acção para uma melhor integração de todas as políticas de promoção, apoio, acompanhamento, controlo e fiscalização do MPB.

Estes Planos de Acção têm, em geral, como objectivo, atingir o valor 10-20%, de produtos biológicos no mercado alimentar em 2010, e incluem, designadamente, um vasto conjunto de apoios à produção através das Medidas Agro-Ambientais e/ou programas de desenvolvimento rural, apoios à transformação e comercialização, à divulgação e educação do consumidor.

#### **1.5.1.1 - Factores de Desenvolvimento da Agricultura Biológica**

O desenvolvimento da agricultura biológica e do mercado dos seus produtos tem sido motivado por factores diversos, que podem ser integrados em três grupos:

1. **Oferta:** são os produtores que, numa primeira fase, tomam a iniciativa de se dirigir aos consumidores para lhes fazer chegar os produtos, predominando a venda directa;
2. **Procura:** por razões ideológicas, de saúde, ligadas à protecção do ambiente, entre outros, os consumidores são motivados a procurar e adquirir produtos biológicos;
3. **Políticas:** Crescimento do sector em função das políticas de apoio.

Actualmente, os principais factores de desenvolvimento do sector situam-se ao nível da procura e das políticas e em particular aos apoios financeiros ligados à prática da agricultura biológica, como é exemplo recente a Portaria n.º 260/2009 de 11 de Março

---

<sup>7</sup> [http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/dados\\_estatisticos.htm](http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/dados_estatisticos.htm). Setembro/09

no que respeita a ajudas à agricultura biológica, cuja finalidade é a valorização da produção de qualidade.

Em relação aos consumidores, as suas exigências em termos de qualidade alimentar, são cada vez mais crescentes. A busca por produtos mais “naturais” e “saudáveis” levou ao crescente interesse pela agricultura biológica. Neste campo inscreve-se, de um modo mais amplo, a preocupação com a preservação do ambiente, que abrange também o mundo agrícola.

A agricultura biológica constitui então uma resposta adequada a essas preocupações. Por um lado, os produtos biológicos são identificados como naturais, isentos de resíduos químicos e, por isso, de qualidade superior. Por outro lado, a produção biológica é uma alternativa aos problemas de impacto ambiental da actividade agrícola.

As políticas de apoio também se revelam favoráveis ao crescimento do sector, dada a cada vez maior consciência política sobre os problemas ambientais e, de um modo mais genérico, sobre as questões que se colocam ao futuro do mundo rural.

#### **1.5.1.2 - Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Biológica**

O grande problema da agricultura biológica coloca-se no processo de reconversão, cujos custos são o primeiro obstáculo encontrado pelos produtores. Com efeito, a grande diferença de custos e, conseqüentemente, de rendimentos, que se verifica na passagem da agricultura convencional para a biológica e que se mantém por um período longo, é o primeiro obstáculo a ultrapassar.

Os custos acrescidos dos processos de agricultura biológica podem ser explicados pelos seguintes factores:

- Dispersão da produção;
- Reduzida dimensão das unidades de produção;
- Dificuldade de organizar a distribuição e venda dos produtos;

- Necessidade de dispor de unidades de transformação e de embalagens específicas e por isso difíceis de rentabilizar sem que haja um nível de actividade razoável.

Para além da perda de rendimento, a complexidade técnica do processo de reconversão é outro dos problemas encontrados pelos produtores que pretendem iniciar ou expandir o modo de produção. As dificuldades, a nível técnico, resultam de um insuficiente investimento no ensino superior e na formação profissional específica.

A um nível macro, surge um obstáculo adicional ao desenvolvimento dos processos agrícolas biológicos que se encontra no poder financeiro e na influência política da indústria química.

### **1.5.1.3 - Perspectivas de Evolução Futura**

As perspectivas futuras da agricultura biológica são muito optimistas. As taxas de crescimento do sector tem vindo a aumentar, quer a nível da produção, transformação, comercialização, quer a nível do consumo.

A evolução das políticas comunitárias, a procura de novas soluções para os problemas da agricultura e do mundo rural, as crescentes preocupações com o ambiente e o facto dos consumidores se preocuparem cada vez mais com a qualidade, constituíram as condições favoráveis à criação de Legislação Nacional e Comunitária que assegurasse a autenticidade dos métodos utilizados na agricultura biológica. Essa regulamentação é constituída por um conjunto de normas que abrangem a produção agrícola e pecuária, bem como a rotulagem, transformação e comercialização dos produtos biológicos, fazendo com que agricultura biológica seja um sector cada vez mais importante a nível da UE.

Apesar da sua actual importância ser reduzida, pode ser indispensável para o desenvolvimento de regiões bastantes desfavorecidas, onde a competitividade agrícola é posta em causa pelas condições rurais.

O facto de as técnicas utilizadas nas produções biológicas serem mais intensivas em mão-de-obra que as utilizadas na agricultura convencional, pode ser um elemento de interesse adicional, face às elevadas taxas de desemprego que caracterizam actualmente o sector primário.

Além do emprego criado directamente nas produções biológicas, há um vasto conjunto de actividades complementares que poderão beneficiar do desenvolvimento da agricultura biológica. Nesta perspectiva, o crescimento do sector poderá traduzir necessidades acrescidas de mão-de-obra noutros sectores, a montante ou a jusante deste.

Com a finalidade, de dinamizar a agricultura biológica, foi inaugurado pelos ministros da agricultura de Portugal e Espanha, em vinte e um de Novembro de 2008, o mercado biológico, do Terreiro do Paço em Lisboa.

O mercado, que foi o ponto alto da 3.<sup>a</sup> Edição da Semana Nacional da Agricultura Biológica, serviu de palco para a assinatura de uma Carta Ibérica para a Sustentabilidade e Desenvolvimento da Agricultura Biológica<sup>8</sup>. No documento, os Governos Ibéricos destacam que a agricultura biológica constitui um sector estratégico, comprometendo-se a fomentar o seu desenvolvimento através de acções comuns ou particulares que beneficiem ambos os países. A Carta prevê igualmente, que os Governos português e espanhol promovam várias iniciativas, para a defesa e promoção da agricultura biológica, visando desenvolver o sector e a competitividade dos seus produtos nos mercados.

O crescimento do mercado de consumo de produtos biológicos deverá também ser um factor de desenvolvimento do sector. A generalização do consumo fez com que a procura seja superior à oferta, mesmo em países onde a produção é relativamente pequena, como em Portugal.

Presentemente, todos os operadores que produzam, preparem, armazenem ou importem de um país terceiro ou comercializem produtos que ostentem ou sejam destinados a

---

<sup>15</sup> [http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/Imprensa/nt\\_xvii/NT\\_2008/CartaIberica.pdf?\\_template=Maio/09](http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/Imprensa/nt_xvii/NT_2008/CartaIberica.pdf?_template=Maio/09)

ostentar indicações referentes ao MPB, devem notificar a sua situação à autoridade competente de cada Estado membro. Em Portugal a autoridade competente é o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Existem quatro<sup>9</sup> modelos diferentes de Formulários para Notificação (Produtores, Importadores, Especial “Cobre”, Preparadores e outros operadores), de acordo com a actividade a desenvolver. Da Notificação deve ainda constar o nome de um Organismo Privado de Controlo (OPC), ou seja, de uma associação de Certificação de Produtos Biológicos<sup>10</sup>, que tenha por missão emitir um parecer independente, autorizado e transparente sobre os métodos de produção, substâncias, etc., que é possível aceitar sem transgredir os princípios que regem a agricultura biológica. Pretende-se, harmonizar os processos de controlo, a supervisão e o reconhecimento dos produtores e assegurar uma cooperação eficaz entre todos os intervenientes.

### **1.5.2 - A Agricultura Biológica em Portugal**

Face ao aumento da procura de produtos resultantes de Agricultura Biológica e ao crescente interesse dos consumidores por este tipo de produtos, Portugal descobriu a sua apetência para a prática deste tipo de agricultura.

Assim sendo, o modo de produção biológico, é reconhecido como tal, desde 1986. No entanto, apenas a aprovação do Regulamento (CEE) n° 2092/91 levou ao aparecimento dos primeiros números oficiais do MPB nacional, em 1993.

De 1993 para 2005 o número de produtores aumentou significativamente, embora o crescimento não tenha sido sempre uniforme conforme se pode observar através do Gráfico 1.2, altura em que se procedeu a alterações significativas na estrutura do controlo e certificação, de forma a adaptá-las às normas internacionais.

A partir de 1996 as áreas e operadores em MPB passaram a ser controlados e certificados pelo organismo privado de certificação, entretanto formado, o que levou a

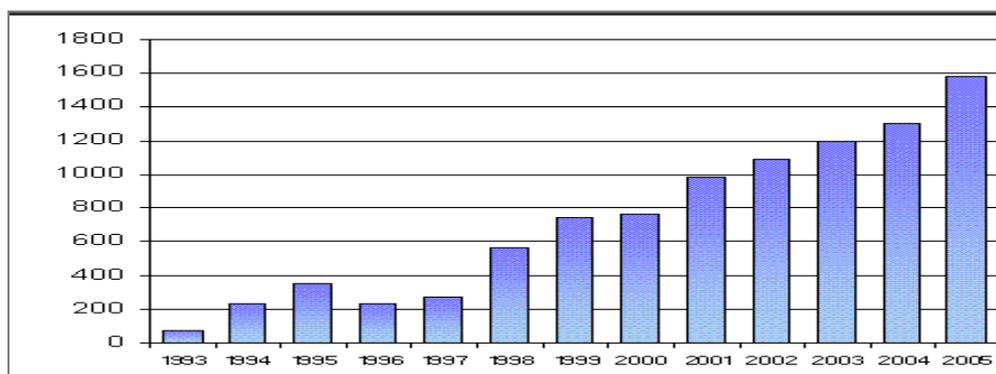
---

<sup>9</sup> <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/Biologica/> Fevereiro/09

<sup>10</sup> [www.madrp.gpp.pt](http://www.madrp.gpp.pt) Fevereiro/09

uma redução do número de produtores e das áreas de produção. Desde então, o aumento do número de produtores e das respectivas áreas passou a ser progressivo, situando-se em Outubro de 2005 em mais de 1500 produtores certificados e 200.000 ha (Gráfico 1.2).

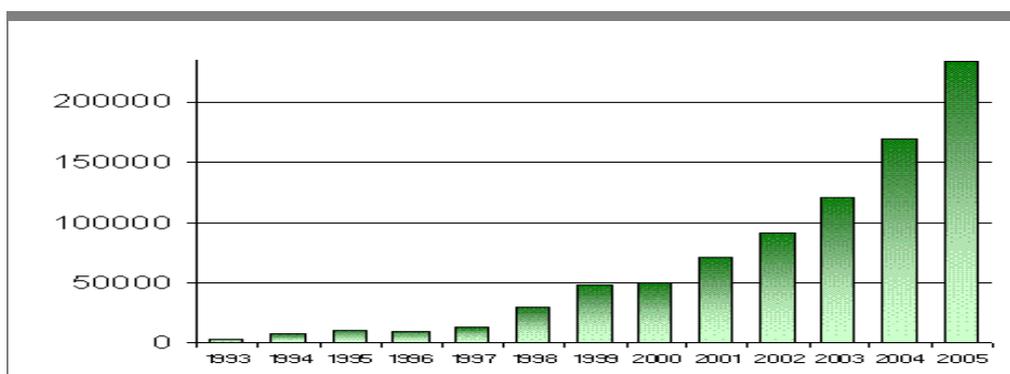
**Gráfico 1.2** - Evolução do N° de operadores certificados em AB em Portugal (1993-2005)



Fonte: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural (DGDR)

Em Portugal, o MPB desenvolve-se num quadro estrutural bastante diferente da generalidade do espaço comunitário: enquanto a dimensão média das unidades em MPB em Portugal se situava, em 2001, na ordem dos 80 ha, a média comunitária era de 31 ha. Nos Estados-membros em que as estruturas das explorações agrícolas mais se aproximam da realidade nacional, a dimensão média era de 31 ha (Espanha), 5 ha (Grécia) e 22 ha (Itália). Esta situação resultará certamente da importância relativa que assumem, em Portugal, as superfícies com pastagens, as culturas arvenses e o olival.

**Gráfico 1.3** - Evolução da área total (ha) de agricultura biológica (1993-2005)

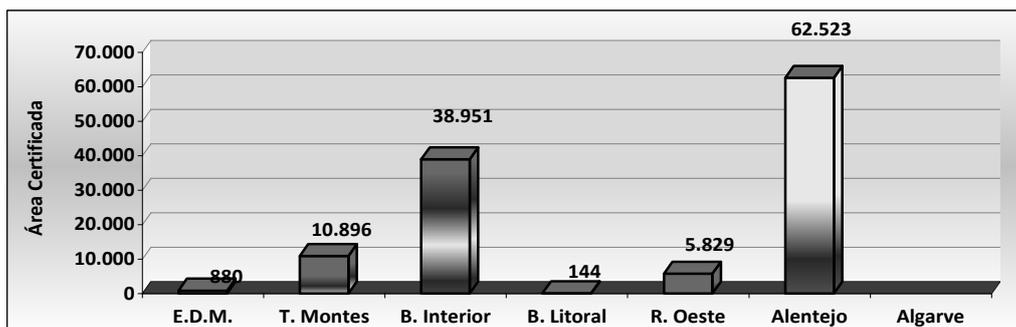


Fonte: Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (DGDR)

Em Portugal, a área cultivada em agricultura biológica só recentemente começou a ter algum significado em termos económicos e sociais.

É no Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes que se concentram 80% dos operadores e 90% da área agrícola certificada, números que chamam a atenção para a expressão das actividades agro-biológicas em regiões do interior marcadas pela desertificação produtiva e humana (Gráfico 1.4).

**Gráfico 1.4** - Distribuição das áreas (ha) por região agrária (MADRP Outubro 2003)

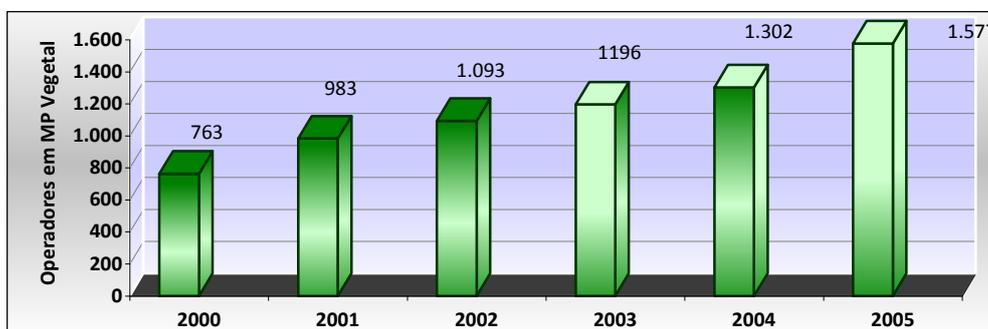


**Fonte:** Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-2007)

Relativamente à dispersão geográfica, constata-se que o maior número de operadores se localiza nas regiões agrárias, das áreas de intervenção da DRA do Alentejo, Beira Interior e Trás-os-Montes.

Com a Reforma da PAC de 1992 (proseguida no âmbito da Agenda 2000) e instituído o Desenvolvimento Rural como o segundo Pilar da PAC, a União Europeia apoia financeiramente a utilização de métodos de produção agrícola respeitadores do ambiente e da biodiversidade.

**Gráfico 1.5** - Evolução do Número de Operadores em Portugal em MPB (Produções Vegetais)

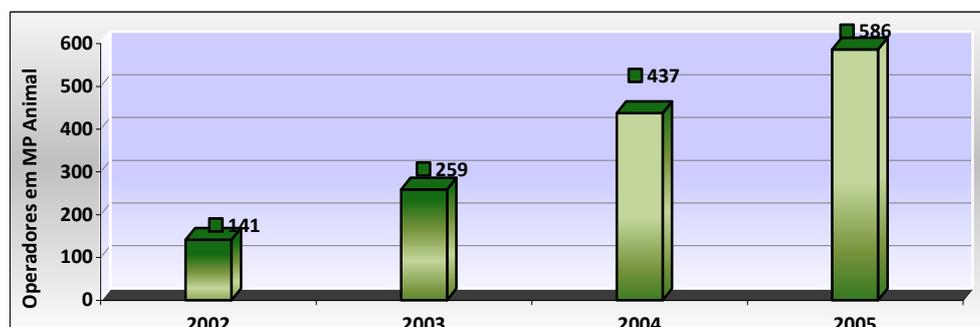


**Fonte:** Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (DGDR)

Desde então, Portugal tem vindo a aumentar a reconversão das explorações para o MPB.

O número de operadores, neste Modo de Produção vegetal, tem vindo a aumentar ao longo dos anos e prevê-se que este aumento seja mais significativo devido às alterações previstas no PDR (2007-2013).

**Gráfico 1.6** - Evolução do Número de Operadores em Portugal em MPB (Produções Animais)



Fonte: Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (DGDR)

Verificamos que o número de operadores em MPB, para a produção animal também tem vindo a aumentar (Gráfico 1.6). A produção animal e produtos de origem animal (carnes de bovino, de ovino, de caprino e de suíno, aves e ovos, leite, mel e outros produtos da apicultura) destinados ao consumo, só a partir de 2000 é que foram incluídos no campo da aplicação da Agricultura Biológica.

A legislação ao nível do MPB animal é muito rigorosa, já que é proibida a utilização de substâncias para estimular o crescimento ou a produção (incluindo antibióticos, e outras substâncias artificiais indutoras de crescimento) e de hormonas ou substâncias similares para controlar a reprodução ou para outras finalidades (por exemplo, indução ou sincronização do cio), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 889/08 de 09/2008.

### **1.5.2.1 - A Agricultura Biológica na Beira Interior**

A Beira Interior tem-se distinguido como uma das regiões agrárias mais dinâmicas no Modo de Produção Biológico. Com apenas 23 operadores certificados em 1996 e uma área de 1.638 ha, contava 244 agricultores biológicos em 2007<sup>11</sup>, que trabalhavam

<sup>11</sup> <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/Biologica/> Fev/2009

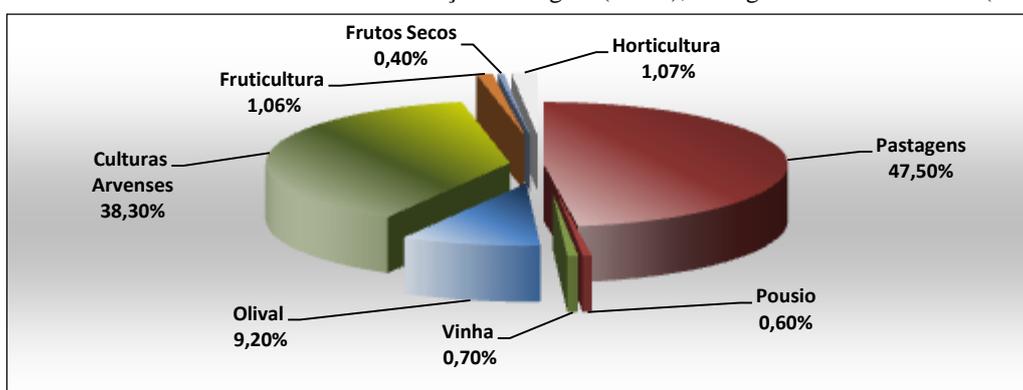
48.808 ha. De 2006 para 2007 houve um aumento de 16% no número de operadores e mais de 13% de área recenseada.

Estes aumentos são consequência da intenção, já antes manifestada pelos agricultores, de aumentarem a sua área de cultivo, tendo apostado fortemente em sectores como o da horticultura.

Em apenas um ano a horticultura biológica na Beira Interior passou de 173 ha para os actuais 331 ha (um aumento de 91% em relação ao ano anterior) e ultrapassa largamente o Ribatejo e Oeste (123 ha) que, tradicionalmente, se posiciona como principal centro abastecedor de hortícolas.

Idêntica dinâmica se verificou no sector da vinha, em que se registou um aumento de 17%, cifrando-se actualmente a área ocupada pela Beira Interior em 352 ha, logo a seguir a Trás-os-Montes que, com 481 ha, ocupa a primeira posição.

**Gráfico 1.7** – Área das Culturas em Produção Biológica (em %), na região da Beira Interior (2005)

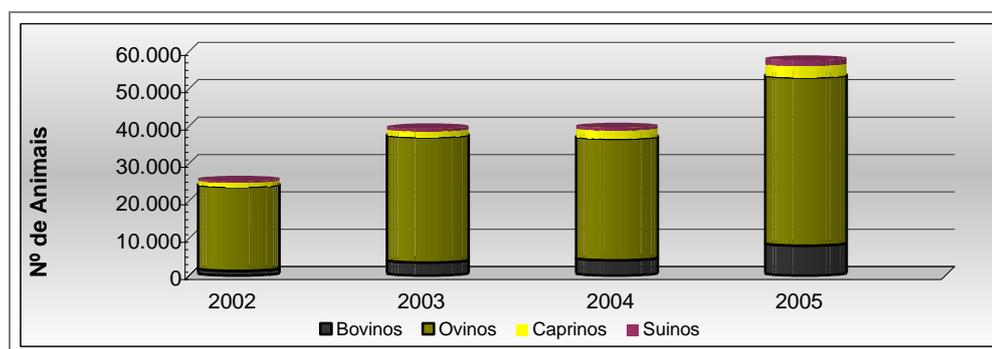


**Fonte:** GABI- Beira Interior. Fevereiro 2009

A localização privilegiada da Beira Interior, numa região de grande beleza natural, longe de importantes fontes de poluição e com explorações de razoável dimensão, permite-lhe produzir uma gama variada de produtos de acordo com o Gráfico 1.7.

Como consequência do grande interesse suscitado pela certificação, desde 2002 que a produção pecuária em MPB tem vindo a aumentar. Esse aumento foi mais significativo no período de 2004 para 2005, em todas as espécies animais (Gráfico 1.8). Este aumento do número de animais em MPB fez disparar a área consagrada às pastagens e culturas arvenses (23.657 ha e 19.196 ha, respectivamente em 2005).

**Gráfico 1.8** - Evolução do Número de Animais em Regime de MPB na Beira Interior (2005)



**Fonte:** GABI- Beira Interior. Fevereiro 2009

Esta região apresenta um grande potencial turístico, nomeadamente na vertente cinegética, tendo-se contabilizado, em 1999, seis unidades de turismo em espaço rural localizadas em explorações de Agricultura Biológica.

Uma das grandes apostas, da Beira Interior, passa pelo aumento da produção do azeite biológico. A Associação de Agricultores para a Produção Integrada de Frutos de Montanha (AAPIM) propôs levar a cabo em 2007 o maior projecto de olivicultura em Modo Produção Biológico do país. O projecto foi aceite pelo gestor do PRODER em Agosto 2009, já tem luz verde para avançar e vai ser implementado na Beira Interior<sup>12</sup>. Até 2013, vão-se investir 63 milhões de euros para ter cinco mil hectares a produzir a tradicional variedade Galega em MPB, em 24 concelhos da região. Segundo a Espaço Visual<sup>13</sup>, uma empresa de consultoria agrónómica e responsável pela elaboração do projecto, o azeite de Dominação de Origem Protegida (DOP) da Beira Interior pode ser vendido a um preço 150 por cento superior ao de um azeite extra virgem corrente. O principal destino deste azeite será a exportação. Na vertente agro-alimentar a Espaço Visual sugere a instalação de três lagares em MPB, prevendo a sua laboração em pleno em 2015.

O projecto assume-se também como uma tábua de salvação para o mundo rural na Beira Interior, uma vez que a produção de olival em MBP de cinco mil hectares implica toda uma série de passos que poderão, prevê-se, criar 1.250 postos de trabalho, estando criadas condições para o surgimento de empresas especializadas na área. Resta

<sup>12</sup> Jornal O Interior de 01/10/2009

<sup>13</sup> Jornal Público de 17/02/2008

convencer os proprietários da região - muitos deles idosos, outros já afastados das suas terras e outros ainda descapitalizados pelas sucessivas quebras de rendimento a aderir a um projecto que lhes promete sucesso.

## **1.6 - Comercialização**

No que se refere à forma de comercialização dos produtos da agricultura biológica, é de sublinhar o facto de as lojas especializadas, juntamente com a comercialização directa (explorações, feiras e mercados) estarem a assumir um papel fundamental na venda dos produtos em vários países do espaço comunitário. Em Portugal, as informações disponíveis no Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (PNDAB), referem que a quase totalidade das trocas comerciais efectuadas são realizadas através do comércio a retalho (a venda em lojas especializadas, comércio directo e outras formas de transacção não tipificadas não atingirão provavelmente os 10%).

Apesar de haver uma procura crescente, os produtores têm alguma dificuldade na sua comercialização, dada a reduzida dimensão das unidades de produção, dada a dispersão da produção, dada a dificuldade de organizar a distribuição e venda dos produtos e dada a necessidade de dispor de unidades de transformação e de embalagem específicas (por estas razões, são difíceis de rentabilizar, sem que haja um nível de actividade razoável).

Uma das maiores regiões produtoras de azeitona em Portugal está localizada na Terra Quente Transmontana, que devido às suas especificidades edafoclimáticas é considerada uma das regiões com menor incidência da mosca da azeitona (uma das principais pragas do olival), cuja produção é escoada em algumas zonas de Trás-os-Montes, tanto através de produtores que possuem lagares e transformam a própria azeitona, como de proprietários de lagares de pequena dimensão que reúnem a azeitona de vários produtores, ou mesmo, através de cooperativas e empresas de média dimensão que comercializam o azeite com êxito, muitas vezes para o mercado externo.

O vinho obtido de uvas da Agricultura Biológica, embora em quantidades menores, tem igualmente sido exportado com êxito, sobretudo através dos produtores/engarrafadores

que o colocam no mercado. Para além da obtenção de azeite e de vinho, com algumas lacunas, toda a restante transformação é muito incipiente, existindo algumas unidades que transformam outros produtos de agricultura biológica. Neste momento, existem pouco mais de meia centena de unidades de transformação, de preparação e/ou de acondicionamento.

Quanto à disponibilização nos consumidores dos produtos de agricultura biológica, destacam-se as cooperativas de consumidores como sejam a NATUROCOOP com sede no Porto e a BIOCOOP com sede em Lisboa, entre outras, que recebem produtos directamente de produtores. Em ambos os casos há uma percentagem elevada de importação de produtos, nomeadamente de frutas e hortícolas, a totalidade de arroz, massas alimentícias, leite de vaca, óleo de girassol, para além de outros produtos em que a importação é sazonal.

Há ainda alguns produtores que entregam os produtos directamente em pontos de venda, - tipo de comercialização que parece começar a crescer. Nos principais supermercados começam a aparecer com frequência produtos de agricultura biológica, apesar de em quantidades reduzidas, como no caso dos produtos frescos (hortofrutícolas) devido à insuficiente oferta.

## **1.7 – Apoios**

A agricultura biológica tem vindo nos últimos anos a ver a sua imagem reforçada como forma de exploração sustentável, como alternativa viável à agricultura tradicional e como modo de produção que garante a qualidade alimentar. Por isso se justificam o interesse crescente dos consumidores e dos agricultores pelo MPB e o empenhamento comunitário relativamente ao mesmo.

É neste contexto que se justificam os apoios correspondentes das ajudas públicas europeias e nacionais ao desenvolvimento da agricultura biológica.

### **1.7.1 - Apoios à Produção**

Os apoios no âmbito da agricultura biológica encontram-se previstos no Regulamento (CE) n.º 1698/2005, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que estabelece como objectivos o aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura, a melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação das actividades económicas.

Inserida no objectivo de melhoria do ambiente e da paisagem rural a Portaria n.º 229-B/2008, a Medida n.º 2.2 «Valorização de modos de produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), visa promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas com benefícios ambientais ao nível da água, do solo e do ar.

Os apoios são concedidos aos agricultores que pratiquem na sua unidade de produção o modo de produção biológico.

Os pagamentos agro-ambientais visam compensar os gastos adicionais resultantes dos novos patamares de exigência deste modo de produção. Estes apoios destinam-se aos produtores que, de forma voluntária, se comprometam durante um período de cinco anos a respeitar compromissos de natureza agro-ambiental e que tenham cumprido rigorosamente com os critérios de elegibilidade.

O apoio assume a forma de pagamento, a título compensatório, por hectare de área elegível, sendo atribuído anualmente, durante o período de compromisso, em função do modo de produção e do tipo de cultura.

O «Apoio aos regimes de qualidade» vai contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada e assegurar, junto do consumidor, a disponibilização de produtos diferenciados, sujeitos a processos de controlo e certificação de qualidade.

Compete ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), proceder ao pagamento anual dos apoios, após a conclusão dos controlos administrativos e *in loco*.

Esta medida além dos montantes de apoio (euros/ha), estabelece também: quem são os beneficiários; condições de acesso; compromisso dos beneficiários entre outros.

### **1.7.2 - Novas Medidas de Apoio Previstas no Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013.**

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013 (MADRP), no Eixo II - Melhoria do ambiente e da paisagem rural, prevê a manutenção de incentivos à adopção de modelos de produção com práticas agrícolas correctas, não poluentes, que originem produtos de elevada qualidade.

Como produções abrangidas ou por um regime de qualidade comunitário “Modo de Produção Biológico” (MPB) ou por um previsível regime de qualidade nacional “Modo de Produção Integrado” (MPRODI), estes modos de produção serão apoiados pelo Eixo I, de forma articulada.

O Eixo II apoiará a reconversão produtiva dos sistemas convencionais para estes modos de produção, enquanto ao Eixo I ficará reservado o apoio à integração no mercado, na perspectiva do apoio aos produtores.

## **1.8 - Potencialidades e Desafios da Agricultura Biológica**

### **1.8.1 - Análise SWOT da Agricultura Biológica**

Em Portugal, este novo sector da agricultura é ainda muito reduzido quando comparado com países da Europa como por exemplo a Espanha. Contudo, em 2008 a área de cultivo de produtos biológicos cresceu 9,4 por cento e os portugueses consomem cada vez mais produtos sem químicos, valorizando, apesar da crise económica, a qualidade destes produtos. Os dados são do Serviço Internacional para a Aquisição de Biotecnologia Agrícola e, já em 2007, Portugal estava entre os dez maiores produtores mundiais de alguns alimentos biológicos devido ao aumento de terra orgânica cultivável.

Apesar do aumento, é obvio que a produção biológica em Portugal tem fraquezas e pontos fortes específicos, enfrentando também inúmeras oportunidades e ameaças.

**Tabela 1.2 - Matriz SWOT**

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições agro-ecológicas favoráveis;</li> <li>• Solos relativamente bem preservados;</li> <li>• Diversidade de agro-sistemas e de flora e fauna;</li> <li>• Sistemas de agricultura tradicional com forte potencial de reconversão;</li> <li>• Sucesso do azeite biológico constitui bom exemplo para outros produtos;</li> <li>• Existência de uma Associação Nacional experiente, a AGROBIO;</li> <li>• Existência de Associações de produtores em praticamente todas as regiões do país.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta notória de investigação e experimentação;</li> <li>• Falta de profissionais devidamente preparados (técnicos, formadores, agricultores, etc.);</li> <li>• Insuficiente oferta de formação aos diferentes níveis;</li> <li>• Ausência de actividades de extensão e apoio técnico;</li> <li>• Falta de lojas que ofereçam toda a variedade de factores de produção necessários;</li> <li>• As fileiras da produção biológica não estão, no geral, organizadas;</li> <li>• A produção, no geral, é muito dispersa e relativamente pequena;</li> <li>• Incipiente organização das cadeias de distribuição e falta de rede de lojas especializadas;</li> <li>• Falta de informação sobre as qualidades dos produtos biológicos (e também dos convencionais);</li> <li>• Grande heterogeneidade dos operadores, nomeadamente em termos de motivações e interesses, com implicações na produção;</li> <li>• Alguns operadores estão sobretudo motivados pelos subsídios e não estão verdadeiramente interessados em participar activamente no sector;</li> <li>• Algumas associações estão em fase muito inicial e incipiente, não contribuindo activamente para o desenvolvimento do sector;</li> <li>• Falta de mercado para este tipo de produtos.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os métodos e práticas agrícolas amigas do ambiente são cada vez mais populares entre os consumidores e agricultores, por razões ambientais e de saúde;</li> <li>• A agricultura biológica é vista por muita gente como uma alternativa à produção convencional e como "a agricultura do futuro";</li> <li>• As práticas de protecção integrada têm aumentado de popularidade nos últimos anos, tornando mais fácil a reconversão para a agricultura biológica;</li> <li>• A procura de produtos agrícolas de alta qualidade está em crescimento (azeite, frutos, vinho, vegetais, cereais, produtos animais, etc.);</li> <li>• Estão por explorar as fileiras da produção animal biológica;</li> <li>• A disponibilidade de apoios financeiros para o desenvolvimento de formas de agricultura amiga do ambiente;</li> <li>• O sector da agricultura biológica pode contribuir para a renovação do tecido sócio-empresarial de zonas deprimidas com condições agro-económicas propícias;</li> <li>• O sector da agricultura biológica tem potencialidades no domínio da criação de emprego para jovens técnicos (investigação, experimentação, formação, extensão, assistência comercial, transformação, etc.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apoio concreto e o envolvimento do Estado no sector da agricultura biológica são ainda muito limitados;</li> <li>• A maioria das estruturas do MADRP (a nível central e regional) não dispõe de peritos e não existem serviços públicos de extensão e apoio técnico aos produtores e outros elementos das fileiras de produção;</li> <li>• A pressão exercida pelos produtores convencionais, que se sentem ameaçados pela difusão dos produtos biológicos;</li> <li>• O nível de preços praticados, regra geral mais elevados que os equivalentes convencionais;</li> <li>• A mão-de-obra agrícola é cada vez mais rara em certas regiões em que a agricultura biológica está a progredir.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração Própria

Uma das fraquezas apontadas prende-se com o envolvimento e comprometimento das autoridades públicas serem ainda muito recentes, estando longe do desejável. A maioria das instituições públicas tem falta de técnicos especializados e os esforços nas áreas da investigação, educação, formação e extensão têm sido muito elementares.

Deve ser sublinhado o número crescente de Escolas Profissionais e instituições de ensino superior envolvidas na agricultura biológica, como é exemplo:

- Escola Profissional de Vitivinicultura António Lago Cerqueira;
- Escola Profissional de Agricultura e Agrícola de Vagos;
- Escola Superior Agrária de Castelo Branco.

Foram criados novos cursos e outros estão em vias de criação, ao nível de licenciatura ou de pós-graduação. No sector associativo a AGROBIO tem promovido formação, difusão de informação e experimentação.

Na Tabela 1.2, é feita uma análise global dos principais factores a considerar, na perspectiva actual, e define-se uma estratégia de desenvolvimento para o sector.

O aumento da densidade do tecido institucional ligado à agricultura biológica é um elemento bastante promissor. Passo a passo, agricultores, consumidores e agentes de desenvolvimento têm constituído um quadro de referência de apoio à agricultura biológica. Este apoio deve-se à crescente consciencialização acerca das implicações da agricultura convencional, quer a nível da saúde dos consumidores, quer a nível de problemas ambientais.

Uma outra fraqueza apontada para esta actividade económica “amiga do ambiente” prende-se pela falta de mercado para os produtos biológicos, em certas regiões do país, como é o caso da Beira Interior.

A fim de colmatar esta lacuna, e com a clara percepção das virtualidades deste modo de produção, pretende-se constituir (Capítulo 3) na Guarda, uma Cooperativa sem fins lucrativos de produtos biológicos.

Segundo Lindon (2000), para se poder adaptar aos seus públicos e influencia-los, uma empresa (ou uma qualquer organização) deve primeiro conhecê-los bem.

Hoje em dia, é um dado adquirido e indiscutível que os Estudos e Prospecções de Mercado são instrumentos imprescindíveis para a elaboração e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento. De facto, numa época em grande mudança, a informação assume uma importância fundamental para a tomada de deliberações sustentadas.

Nesta perspectiva, vamos preceder (Capítulo 2) à recolha de informação com base em inquérito por questionário, acerca dos produtores e da produção biológica da Beira Interior, tendo subjacente a filosofia de desenvolvimento desta Região em Modo de Produção Biológico.

As potencialidades da agricultura biológica desta Região, afiguram-se como iniludíveis podendo constituir uma solução de melhoria das condições de vida dos habitantes de uma região altamente desertificada e com elevadas taxas de desemprego.

# Capítulo 2

## Estudo de Caso

## **2.0 - Introdução**

Este Capítulo irá proporcionar ao leitor um maior conhecimento da Região da Beira Interior. Numa primeira fase procederemos à caracterização da Beira Interior, procurando obter informação ao nível da:

- População;
- Emprego;
- Economia.

No ponto seguinte iremos apostar na Agricultura Biológica como modelo de desenvolvimento para esta região, em que a metodologia utilizada baseou-se em inquéritos por questionário, destinados a recolher informação acerca dos agricultores certificados em MPB, nos concelhos em que nosso estudo incide.

A Beira Interior relativamente ao nosso estudo abrange os concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Pinhel, Sabugal, Penamacor, Idanha-a-Nova, Fundão, Covilhã e Castelo Branco.

### **2.1 - Caracterização da Região da Beira Interior**

A Beira Interior, compreendida entre-os-rios Douro e Tejo, é uma região de fronteira que cobre uma área de 7819 km<sup>2</sup> e que representa cerca de 9% da superfície continental de Portugal.

O relevo é, de um modo geral, acidentado, com uma altitude média aproximadamente igual a 700 m e que abrange uma só unidade morfológica - o Maciço Antigo. A elevada altitude, o relevo bastante acidentado, a sua disposição e distância em relação à costa são as principais condicionantes do clima desta região, de um modo geral temperado.

A precipitação ao longo do ano é irregular.

## **População**

A Beira Interior em estudo é composta por 10 concelhos. Segundo os dados do INE de 2 de Outubro de 2009, estes concelhos têm vindo a perder população. Entre o ano 2005 e ano 2008 esta tendência tendeu a agravar-se em todos os grupos etários da população.

**Tabela 2.1** - População residente total (Homens e Mulheres) por concelho da Beira Interior

<b>Concelhos</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Perdas de população entre 2005 e 2008</b>	<b>%</b>
<b>Almeida</b>	7.592	7.402	7.213	7.015	577	7,60
<b>F. C. Rodrigo</b>	6.812	6.723	6.638	6.542	270	3,96
<b>Guarda</b>	44.270	44.264	44.191	44.121	149	0,34
<b>Pinhel</b>	10.319	10.182	10.009	9.840	479	4,64
<b>Sabugal</b>	14.004	13.769	13.533	13.261	743	5,31
<b>C. Branco</b>	54.807	54.574	54.254	53.909	898	1,64
<b>Idanha-a-Nova</b>	10.720	10.561	10.352	10.147	573	5,35
<b>Penamacor</b>	6.047	5.916	5.783	5.632	415	6,86
<b>Covilhã</b>	53.225	52.946	52.553	52.101	1.124	2,11
<b>Fundão</b>	31.226	31.176	31.062	30.867	359	1,15

Fonte: INE dados de 02 de Outubro de 2009

Como se pode verificar (Tabela 2.1), as maiores quebras de população verificam-se nos concelhos de fronteira (Almeida, Sabugal, Penamacor e Idanha-a-Nova), devendo-se sobretudo à falta de emprego, o que faz com que exista uma elevada propensão da população para procurar emprego no estrangeiro.

A contínua perda de população em alguns concelhos do interior (Manteigas, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Fundão) tem levado os Municípios a adoptarem medidas de promoção através de atribuição de verbas para a natalidade, casamento e desagravamento de impostos, destinados a fixar a população jovem, a fim de evitarem a desertificação desses concelhos.

### **Emprego**

Mais de 230 milhões de euros escapam à Beira Interior, por ano, em riqueza que deixa de ser produzida por pessoas que passam para o desemprego, conclui o mais recente estudo do Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social (ODES), 2007.

Ainda o mesmo estudo conclui que a Cova da Beira (concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte) é a sub-região estatística da Beira Interior "onde o desemprego mais aumentou nos últimos seis anos", atingindo 4600 pessoas em 2006. É, por isso, a zona que mais riqueza deixa de produzir (90 milhões de euros em 2004) devido ao número de pessoas que não trabalha. "Isto acontece porque a Cova da Beira é muito populosa no conjunto da Beira Interior, mas também porque fecharam muitas fábricas têxteis e de confecções que despediram muita mão-de-obra e não foram criados postos de trabalho suficientes para a absorver".

O problema do desemprego nesta região é ainda agravado pela desadequada orientação da formação profissional que tem como resultado um forte desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura. No entanto, a presença da Universidade da Beira Interior e dos Politécnicos da Guarda e de Castelo Branco garantirão, a médio prazo, a formação de quadros superiores universitários e técnicos em número suficiente.

### **Economia**

A economia da região caracteriza-se pelo peso relativamente exagerado das actividades agrícolas, por uma indústria pouco diversificada e com predominância dos ramos tradicionais pouco inovadores e utilizadores de mão-de-obra intensiva sem grande qualificação técnico-profissional e por um sector de turismo débil.

A fraca percentagem do número de empresas localizadas nos distritos da Guarda e de Castelo Branco em relação ao total da Região Centro é sintomático da fraca dinâmica empresarial destes distritos.

De referir que a Beira Interior ocupa cerca de 53% da superfície, 26% da população e concentra 24% do total de empresas, da Região Centro.

Tratando-se de uma região deprimida a forma de evitar que esta região se transforme num vasto deserto europeu, terá que se basear no esbatimento de efeito de fronteira/interioridade, procurando dinamizar os tecidos produtivos regionais, valorizando os recursos endógenos e exógenos, sob pena de os vermos desaproveitados, continuando a assistir à degradação das condições económicas e sociais da região e ao êxodo das populações para o Litoral e para o estrangeiro.

De entre os sectores produtivos com maior importância na região é de salientar o sector agrícola em Modo de Produção Biológico, atendendo ser a região da Beira Interior a segunda maior região de área agrícola certificada do país, em que a sua prática e comercialização de produtos em MPB poderá constituir uma estratégia de desenvolvimento para o sector e para a região.

A admissão de que os recursos naturais são finitos, é proposto um modelo de desenvolvimento que deve levar ao encorajamento deste tipo de agricultura em MPB, de forma a serem evitados os desperdícios dos recursos endógenos e o seu esgotamento.

## **2.2 - Agricultura Biológica como Modelo de Desenvolvimento para a Beira Interior**

A produção em Agricultura Biológica assume-se cada vez mais como uma oportunidade para a agricultura portuguesa.

Quando olhamos o futuro da agricultura biológica na região da Beira Interior, este poderá ser encarado com algum optimismo, dado o seu recente comportamento, traduzido quer no aumento de área cultivada, quer no número de produtores, quer no número de explorações, quer na crescente procura deste tipo de produtos.

Nesta fase de estudo para além desta constatação, é ainda importante saber como estão distribuídos os agricultores biológicos nos concelhos em estudo que compõem a Beira Interior, assim como, identificar os que produzem um maior número de bens.

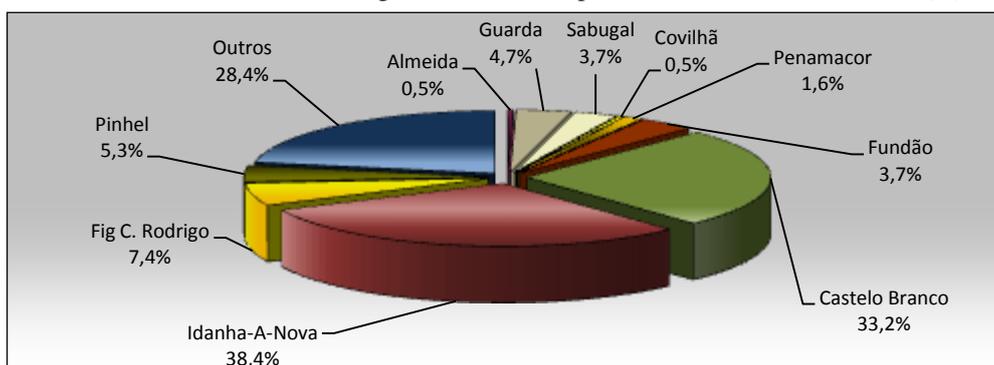
## 2.3 - Identificação da População e da Amostra de Estudo

A fim de se conhecer melhor a realidade da Agricultura Biológica da Beira Interior procedeu-se à recolha de informação, pelo que foi imperioso fazer um estudo acerca do seu universo (população) recorrendo-se à definição de uma amostra a mais representativa possível da população em estudo.

A escolha dos agricultores a inquirir foi feita através de uma amostra aleatória estratificada por concelhos (Gráfico 2.1) de todos os agricultores biológicos, que produzem uma maior quantidade de bens.

Para definir a amostra utilizou-se uma listagem de todos os produtores biológicos (população) da Beira Interior, com alguma informação adicional como sejam os bens produzidos e as localidades.

**Gráfico 2.1** - Produtores Biológicos Certificados por Concelhos da Beira Interior (%).



Fonte: Elaboração Própria

De forma proporcional ao número de produtores de maiores quantidades de bens no concelho, foram sorteados os produtores biológicos a inquirir aos quais foi enviado um questionário (Anexo 2), com o objectivo de obter informação acerca:

- Dos agricultores;
- Da produção;
- Da comercialização;
- Do escoamento;
- Do cooperativismo.

A recolha de informação é fundamental ao nível do que mais se produz, como e onde se comercializam os produtos, e quais os produtos que têm maior dificuldade de escoamento. Só assim poderá ser ponderada a criação de uma Cooperativa que vá de encontro às necessidades dos agricultores biológicos da Beira Interior.

O questionário é constituído por quinze perguntas. Foram enviados via CTT sessenta e cinco exemplares, tendo-se obtido vinte e sete respostas. Posteriormente, foram contactados telefonicamente mais vinte e três agricultores. Foram ainda entrevistados directamente nas explorações quinze agricultores, tendo-se obtido no total uma resposta ao questionário de sessenta e cinco agricultores (sendo estes agricultores os que produzem um maior número de bens), num universo de duzentos e quarenta e quatro agricultores biológicos, de acordo com a lista de operadores que notificaram a actividade até 27/11/2007<sup>14</sup>.

## **2.4 - A análise dos Resultados aos Questionários**

Com o questionário pretende recolher-se informação pertinente sobre as condições em que operam os agricultores da Beira Interior, na vertente produtiva, comercial e associativa.

### **2.4.1 - No que Respeita aos Agricultores**

Em termos de resultados do questionário, e respeitante à questão “*Tempo que cada agricultor dedica à prática da agricultura biológica*”, conclui-se que apenas 27% dos agricultores biológicos o são a tempo inteiro, sendo que 73% dos agricultores desenvolve a actividade a tempo parcial. As respostas a esta questão, quanto ao tempo de ocupação base são bastante variadas, com maior incidência para as profissões liberais 31%, reformados 29%, funcionário público 26% e 14% para as restantes profissões.

---

<sup>14</sup> <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/Biologica/> Maio/2009

Em relação à segunda questão, “*se é agricultor certificado*”, 91% responderam que sim, situando-se 59% das respostas no período entre um e cinco anos, 32% certificados no período entre cinco e dez anos, 8% certificados entre dez e quinze anos e 1% respondeu estar certificado entre quinze e vinte anos.

A certificação é um elemento determinante para um produtor se poder associar à Cooperativa, já que é a única forma que a cooperativa tem de garantir aos consumidores que um determinado produto foi produzido em MPB. Compete à cooperativa cumprir com as exigências impostas pela certificação ao nível do transporte, rotulagem e acondicionamento de acordo com a legislação comunitária em vigor, Regulamento (CE) n.º 889/2008.

Relativamente à idade dos agricultores biológicos, podemos comprovar o que anteriormente já tinha sido abordado no perfil dos agricultores biológicos portugueses, como sendo predominantemente jovens com idades entre os 35 e os 50 anos.

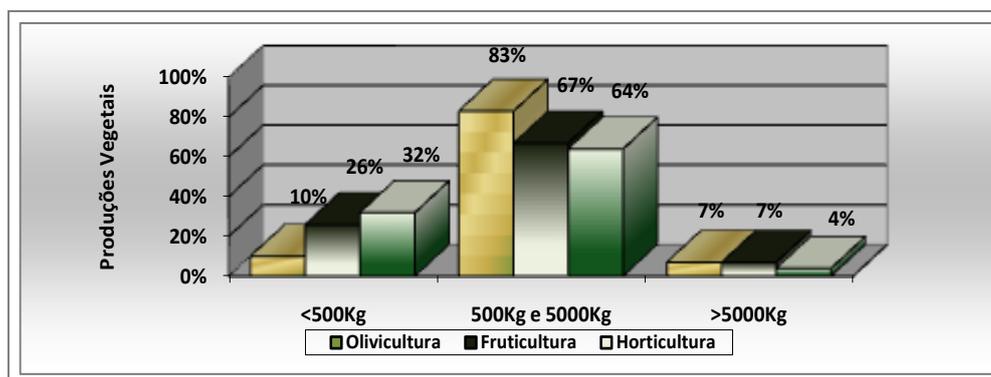
Em relação às habilitações literárias, também estas vão de encontro ao perfil dos produtores em MPB, com uma escolaridade acima da média, tendo 30% dos inquiridos um curso superior e mais de 50% o 12º ano ou equivalente.

#### **2.4.2 - No que Respeita à Produção**

No que diz “*respeito à produção*”, os agricultores da Beira Interior, produzem bens bastante diversificados, havendo uma maior incidência na produção de olivicultura 31%, fruticultura 27%, e horticultura 25%.

Ao nível da pecuária a criação bovina está no topo com 9% seguida dos ovinos 5% e caprinos com 3%.

Apesar de as pastagens não constituírem o grupo das culturas mais importantes, a sua relevância constitui um indicador de expressão da pecuária biológica, designadamente na produção de carne.

**Gráfico 2.2** - Quantidades produzidas anualmente em MPB (Produções Vegetais) na Beira Interior

Fonte: Elaboração Própria

Ao nível das quantidades produzidas anualmente, a olivicultura continua no *ranking* das maiores quantidades produzidas, 83% dos olivicultores produzem anualmente entre 500Kg e 5000Kg de azeitona, 10% produzem menos de 500Kg sendo que os restantes 7% produzem acima dos 5000Kg de azeitona.

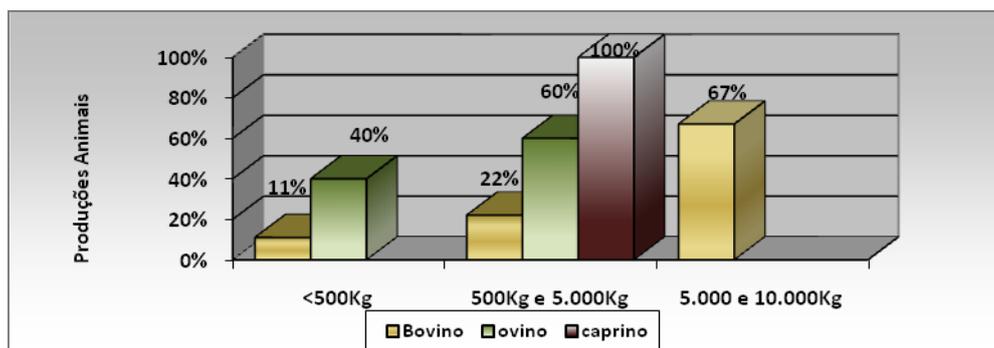
A segunda maior produção em quantidades verifica-se na fruticultura, 67% dos produtores produzem anualmente entre 500Kg e 5000Kg de frutas, 7% produzem acima dos 5000Kg e 26% abaixo dos 500Kg ano.

A horticultura ocupa aqui o terceiro lugar, 64% dos agricultores responderam produzirem anualmente entre 500Kg e 5000Kg, 4% referiram produzir mais de 5000Kg, 32% respondeu ter produção anual inferior a 500Kg em produtos hortícolas.

Em relação à vinha apenas três dos produtores respondeu produzir este bem mas em quantidades pouco significativas, valores entre os 10Kg e 500Kg.

Ao nível da pecuária (Gráfico 2.3) o sector bovino é indiscutivelmente o que se produz em maior quantidade, já que basta ter dois ou três animais para ultrapassar a escala dos 500Kg e facilmente atingir os 5000Kg. Assim 67% dos agricultores responderam ter produções anuais situadas no intervalo 5000Kg a 10000Kg, 22% produzem entre 500Kg e 5000Kg e 11% com produções inferiores a 500Kg ano.

Em relação à produção de ovinos, 60% respondeu ter produções entre 500Kg e 5000Kg e 40% abaixo dos 500Kg ano.

**Gráfico 2.3** - Quantidades produzidas anualmente em MPB (Produções Animais) na Beira Interior

Fonte: Elaboração Própria

A produção caprina é a menos explorada pelos Agricultores Biológicos. Todos os detentores desta espécie animal inquiridos responderam ter produções anuais entre 500Kg e 5000Kg.

#### 2.4.3 - No que Respeita à Comercialização

No que *“concerne à comercialização”*, 66% dos produtores responderam que vendiam os seus produtos directamente na exploração, 29% em mercados e feiras e 5% em lojas da especialidade.

Em relação aos clientes, aqui as respostas também não foram muito diversificadas, 38% da produção é adquirida por um público específico, 33% pelo público em geral, 16% é direccionada para a restauração e 13% segue para o mercado de revenda, para os comerciantes. Nesta questão, alguns dos agricultores apontaram como solução, a criação de locais de venda, por forma a que estes produtos estejam acessíveis à generalidade dos consumidores.

#### 2.4.4 - No que Respeita ao escoamento

A *“questão do escoamento”*, era a mais pertinente do questionário, talvez a que maior interesse suscitava. O grau de dificuldade ou não, em os agricultores biológicos

escoarem toda a produção, será o ponto de partida para a necessidade de criação de uma cooperativa de produtos biológicos.

Após análise rigorosa aos questionários, verificou-se que não eram os produtos que se produziam em maiores quantidades que tinham maiores dificuldades de escoamento. A dificuldade em vender é mais visível nos produtos hortícolas com 54% das respostas, e nos frutícolas com 44% das respostas. Ao nível da produção pecuária apenas 2% responderam ter dificuldades no escoamento da sua produção.

A dificuldade de escoamento dos produtos hortícolas/frutícolas prende-se em 62% pela falta de conservação, 23% pela falta de armazenamento, 10% responderam que o grande entrave passava pela falta de embalagem/rotulagem e 5% que a distribuição era no caso o maior entrave ao escoamento.

A produção animal representa uma componente de rendimento elevado, beneficiando de condições de escoamento mais favoráveis.

#### **2.4.5 - No que Respeita ao Cooperativismo**

No que “*respeita ao cooperativismo*”, 95% dos agricultores em MPB, responderam não estarem associados a nenhuma cooperativa, e consideram associar-se a outros produtores. Apenas 5% responderam serem membros de associações de produtores biológicos.

Ao nível do serviço que esperariam de ver prestado, a grande maioria 55%, focou o problema do escoamento, sendo este vital para assegurar a continuidade da produção; 23% aponta o acondicionamento/armazenamento como prioritário; 22% gostaria de ver resolvido o problema da distribuição.

Quando questionados sobre que outros serviços gostariam de obter, as grandes prioridades vão para a promoção com 33%, e 31% para a divulgação, entendendo estes ser imperioso divulgar, dar a conhecer o que mais e melhor se produz ao nível da Beira Interior.

A informação também faz parte das necessidades de 21% destes agricultores, assim como a formação em que 15% apostam nela para melhorar os seus conhecimentos ao nível da produção.

#### **2.4.6 - Conclusões**

Após análise à informação obtida das questões que incorporam o questionário, conclui-se pela existência de diversas dificuldades com que os agricultores de produtos biológicos, essencialmente os dos produtos hortícolas e frutícolas, da região da Beira Interior, se deparam: a comercialização/distribuição desses mesmos produtos, atendendo à sua curta durabilidade.

O escoamento representa um pilar muito importante neste sector, sendo porém, nesta região bastante incipiente, pelo facto dos produtos biológicos estarem confinados a um mercado muito restrito, sendo os bens vendidos, como atrás se pode apurar, na sua maior parte, pelos produtores, directamente na exploração. Consequentemente, grande parte dos produtores tem evidenciado dificuldades em colocar no mercado os seus produtos, acabando por pôr em acusa a sua própria actividade.

A fim de se ultrapassar esta situação periclitante, sugerimos a criação de uma Cooperativa de produtos biológicos hortícolas e frutícolas sediada na Guarda (que será objecto de análise no capítulo seguinte deste trabalho), a qual, se proporá contribuir de forma inequívoca para o escoamento de toda a produção, proveniente dos seus associados de forma a garantir uma distribuição organizada como um todo e geograficamente equilibrada.

Esta Cooperativa denominada doravante BioGuarda, pretende em consonância com os resultados dos inquéritos, dar resposta aos problemas sugeridos pelos agricultores biológicos da Beira Interior.

# Capítulo 3

Cooperativa BioGuarda

### 3.0 - Introdução

Neste Capítulo serão desenvolvidos, entre outros, dois aspectos julgados determinantes: a criação da Cooperativa BioGuarda e o respectivo Plano de *Marketing*.

A Beira Interior encontra-se numa posição estratégica em termos nacionais e Ibéricos. Localizada no centro geográfico nevrálgico de Portugal, é servida pelas principais rotas rodoviárias e ferroviárias transfronteiriças da Península Ibérica, sendo por isso o lugar privilegiado para a instalação de qualquer empresa com ambições a nível do mercado Ibérico.

É, sem dúvida, a região melhor localizada em toda a Península em termos de ligação Portugal - Espanha, localizando-se no centro do triângulo formado pelas cidades do Porto, Lisboa e Madrid, com acessibilidades rápidas a todas elas, ver figura 3.1.

A principal plataforma multimodal da Beira Interior é a cidade da *Guarda*, a 200 kms do Porto (2h), 320 kms de Lisboa (3h) e 375 kms de Madrid (4h). A centralidade da cidade da Guarda foi o motivo tido em consideração na localização da Cooperativa BioGuarda.

A escolha de criação de uma Cooperativa relaciona-se com o facto de se poder prestar um serviço/apoio aos associados, de forma a escoar as pequenas quantidades de cada produtor e melhor colocá-los no mercado. Como é referido no Código Cooperativo, Lei 51/96.

**Figura 3.1 - Mapa de acessibilidades à Guarda**



Fonte: <http://viajar.clix.pt/chegar.php?c=135&mg=1&lg=pt>,  
Dezembro/09

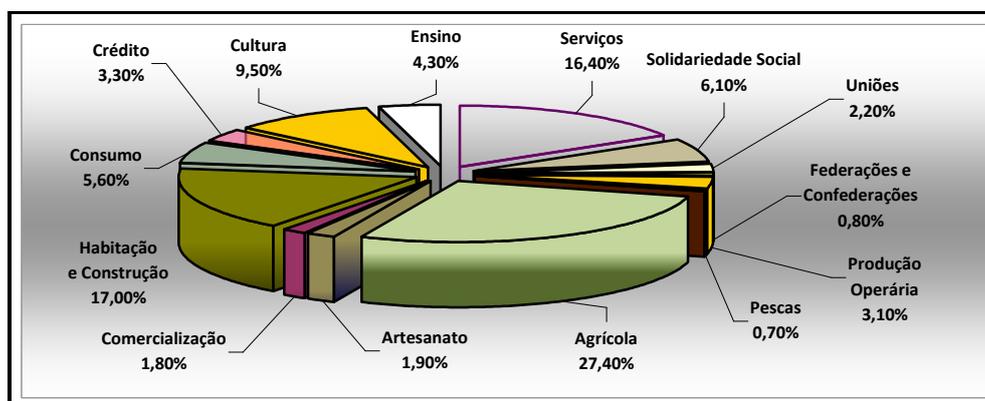
*As cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.*

O sector cooperativo e social constitui um dos pilares fundamentais da organização económico-social do Estado constitucionalmente consagrados na CRP. Estas organizações são comprovadamente capazes de induzir uma maior intervenção cívica e maior responsabilização colectiva na promoção do bem-estar social, estando estes valores claramente em consonância com os princípios orientadores do modelo de governação das políticas públicas, que hoje reclamam novas formas de relacionamento entre o estado, os cidadãos e as instituições da economia social e do terceiro sector em geral.

A fim de incentivar, promover, divulgar e dinamizar a actividade económica e social do sector da economia social foi autorizada a criação pelo Estado Português da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, com base no Decreto-Lei nº 282/2009 - Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade Lda., que veio suceder ao INSCOOP no conjunto dos seus direitos, obrigações, poderes, bem como na prossecução dos seus fins e atribuições de serviço público.

De acordo com o INSCOOP em Portugal, o maior número de cooperativas existentes pertence ao ramo agrícola (Gráfico 3.1). O ramo agrícola constituiu o maior e mais diversificado conjunto de cooperativas do país em função do volume de vendas, nível de emprego, número de agricultores membros, assegurando também um papel fundamental na execução das políticas agrícolas, quer no plano nacional, quer no plano comunitário.

**Gráfico 3.1** - Distribuição de Cooperativas por Ramos Cooperativos em 2008



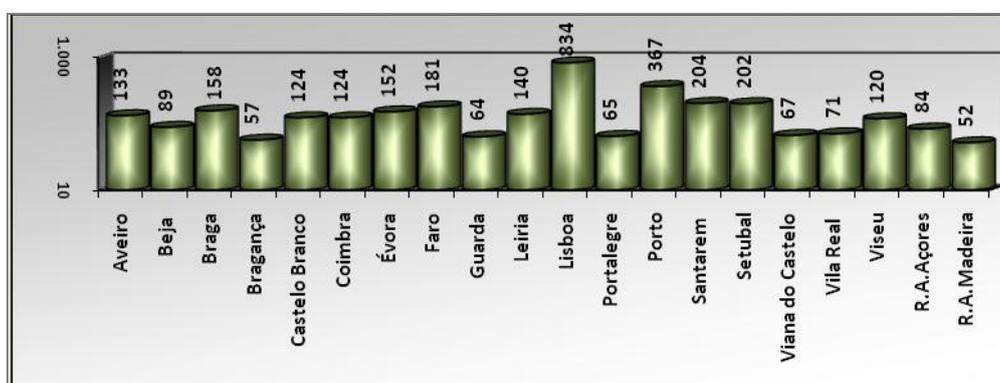
Fonte: <http://www.inscoop.pt/Inscoop/sectcooperativo/estatisticas/estatisticascooperativasramos2008.html>

Julho/09

Na última década o país mudou radicalmente, fruto dos desafios que se colocaram com uma economia aberta e mais concorrencial. As organizações que puderam e souberam acompanhar este ritmo, num universo de competitividade e modernização crescente, prosseguiram com a sua existência. As que não souberam acompanhar o ritmo de mudança verificado na década de 90, deixaram de existir, declararam falência ou foram dissolvidas por fusões e incorporações noutras cooperativas já existentes.

De acordo com o Gráfico 3.2, o distrito da Guarda é, no total dos distritos de Portugal, um dos que tem menos cooperativas.

**Gráfico 3.2** - Distribuição Distrital de Cooperativas em 2008



**Fonte:** <http://www.inscoop.pt/Inscoop/sectcooperativo/estatisticas/estatisticascooperativasdistritos2008.html>,

Julho/09

Tendo-se distinguido a Beira Interior como a segunda maior região agrária em MPB, e deparando-se actualmente os produtores com dificuldades na comercialização, distribuição, transformação e embalagem dos produtos, verificou-se que a criação de uma Cooperativa na Guarda, era a melhor opção para os produtores desta região, já que é objecto das cooperativas agrícolas, segundo o regime Jurídico das Cooperativa Agrícolas, Decreto-Lei nº 335/99, a recolha, a concentração, a transformação, a conservação, a armazenagem e o escoamento de bens e produtos provenientes das explorações dos seus membros, e também atendendo aos benefícios fiscais concedidos (de acordo com o Estatuto Fiscal Cooperativo) e aos princípios cooperativos presentes no artigo n.º 3 do Código Cooperativo.

### **3.1 - A Cooperativa BioGuarda**

No que diz respeito à Cooperativa BioGuarda, serão apresentados os aspectos da sua constituição formal, assim como a sua localização e organograma.

No que se refere ao plano de *marketing* será analisado o mercado e a concorrência, assim como os objectivos, a estratégia de *marketing* e a respectiva política comercial.

A BioGuarda, CRL cooperativa de agricultura biológica, será uma empresa que se dedicará à comercialização de produtos de agricultura biológica.

A Cooperativa BioGuarda terá a sua sede na Guarda. Todo o espaço se encontra reservado ao armazenamento, acondicionamento e escoamento dos produtos provenientes de produtores biológicos certificados.

Após a constituição da Cooperativa, todos os agricultores em MPB da região da Beira Interior serão informados através de uma carta (Anexo 9), onde lhes é dado a conhecer a constituição da Cooperativa e a possibilidade de se associarem, necessitando para o efeito do preenchimento e devolução da ficha de inscrição.

Iremos simular toda a tramitação administrativa e processual da Cooperativa BioGuarda já que pensamos que este projecto será uma realidade num futuro próximo.

#### **3.1.1 - Constituição Formal da Cooperativa**

A constituição da Cooperativa BioGuarda implica algumas formalidades que estão ligadas à legalidade da actividade. Depois de se escolher a forma jurídica, que no caso específico será uma cooperativa de responsabilidade limitada, é necessário percorrer alguns passos: Requisição do Certificado de Admissibilidade de firma ou denominação, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), na Conservatória do Registo Comercial do Concelho da Guarda<sup>15</sup>;

---

<sup>15</sup> [www.irm.mj.pt](http://www.irm.mj.pt) ou [www.empresonline.pt](http://www.empresonline.pt) Junho 2009

- Requisição do Número de Identificação da Pessoa Colectiva (NIPC) que deverá ser requerido em simultâneo com o Certificado de Admissibilidade de Firma e no mesmo local (RNPC)<sup>16</sup>;

Seguidamente, é necessário que os interessados na constituição da Cooperativa se reúnam em Assembleia de Fundadores. Nesta reunião ir-se-á eleger o presidente que estabelecerá as regras de funcionamento e fará as convocatórias subsequentes. A Assembleia de Fundadores terá de ser composta, no mínimo, por cinco pessoas.

Desta Assembleia de Fundadores será elaborada uma acta (Anexo 3) e respectivos estatutos da Cooperativa.

Com a acta e os estatutos elaborados e o certificado de admissibilidade de firma ou denominação, procede-se à escritura pública da Cooperativa (Anexo 4) no Cartório Notarial, fazendo uso dos documentos referidos anteriormente.

O próximo passo é o registo. O registo é feito na Conservatória do Registo Comercial do Concelho da área da sede da Cooperativa, neste caso, na Guarda.

Para tal, é necessário preencher o impresso próprio para o registo, obtido na Conservatória do Registo Comercial e juntar a documentação seguinte:

- Escritura Pública;
- Certificado de admissibilidade de firma ou denominação;
- Declaração do Início de Actividade efectuado na Repartição de Finanças<sup>17</sup>;
- Cartão provisório de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC).

Para além de todos estes passos, é ainda necessário proceder-se à sua publicação no “Diário da República” a promover pelo Conservador do Registo Comercial a expensas dos interessados. Também, de acordo com o art. 88 do Código Cooperativo, as cooperativas devem enviar ao INSCOOP o duplicado dos seguintes elementos:

---

<sup>16</sup> [www.irm.mj.pt](http://www.irm.mj.pt) Junho 2009

<sup>17</sup> <http://www.portaldocidadao.pt> Junho 2009

- Actas de constituição e de alteração dos estatutos devidamente registados;
- Relatórios de gestão e as contas de exercício anuais, após terem sido aprovados pela respectiva Assembleia-Geral, e o balanço social, quando, nos termos legais, forem obrigadas a elaborá-lo.

Após ter terminado o processo de constituição da cooperativa existem alguns procedimentos complementares a ter em conta:

- Verificação da necessidade de licenciamentos ou alvarás e os procedimentos envolvidos na sua obtenção (é sugerido uma aferição prévia dos mesmos, em virtude da sua possível implicação no acto de constituição);
- Comunicar o início de actividade ao Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

### 3.1.2 - Localização da Cooperativa BioGuarda

A localização da Cooperativa como anteriormente foi referido, será na Guarda, mais propriamente no Parque Industrial, Lote 16 (Figura 3.2).

**Figura 3.2** – Mapa da localização da BioGuarda – Guarda



Fonte: Mapa <http://maps.google.com/maps>

A escolha deste local deve-se a vários factores:

- Excepcional ponto para cargas e descargas;
- Excelentes acessos rodoviários, ligação da A23 à A25 e ligação à Europa;

- Boas infra-estruturas para a realização da actividade e uma localização central em relação aos potenciais clientes e proximidade com os fornecedores;
- Boas ligações ferroviárias – Confluências da linha da Beira Alta e da Beira Baixa.

Passará assim, a ficar localizada na cidade da Guarda a maior estrutura de abastecimento de produtos biológicos hortícolas e frutícolas do centro do país. A localização é sempre um factor fundamental quando se procuram vantagens em termos de custos e de receitas. Existe para o efeito um contrato de arrendamento (Anexo 7) das instalações da BioGuarda.

### 3.1.3- Características da Cooperativa

<b>Denominação da Sociedade:</b>	BioGuarda, CRL.
<b>Objecto da Cooperativa:</b>	Comercialização de produtos de agricultura biológica.
<b>Ramo Cooperativo:</b>	Comercialização.
<b>Sede:</b>	Parque Industrial, Lote 16, 6300 – Guarda.
<b>Concelho:</b>	Guarda.
<b>Distrito:</b>	Guarda.
<b>Contactos:</b>	Telefone: 271 000 000
	Fax: 271 111 111
	Página na Internet: <a href="http://www.bioguarda.pt">www.bioguarda.pt</a>
	E-mail: <a href="mailto:bioguarda@sapo.pt">bioguarda@sapo.pt</a>
<b>Caracterização jurídica:</b>	Cooperativa de responsabilidade Limitada.
<b>Capital social:</b>	Variável e ilimitado no montante mínimo de cinco mil euros.
<b>Número de cooperadores:</b>	O número de sócios pode ser variável e ilimitado, contudo não poderá ser inferior a cinco.
<b>Responsabilidade dos cooperadores:</b>	A responsabilidade é limitada ao montante do capital social subscrito.
<b>Classificação da actividade económica:</b>	Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas.

Esta Cooperativa contará ainda com a colaboração da Associação de Agricultores Biológicos da Beira Interior (ARABBI), uma associação que tem por objectivo apoiar os agricultores biológicos na divulgação, através da organização de encontros e conferências relacionados com a agricultura biológica e apoio técnico aos produtores.

### **3.1.3.1 - Estatutos da Cooperativa e Regulamento Interno**

Nos estatutos da BioGuarda (Anexo 5), estão presentes as disposições gerais da Cooperativa (firma, sede, âmbito e afins), assim como matéria respeitante ao capital da Cooperativa, regras de exercício dos membros e dos órgãos sociais e também respeitante aos exercícios sociais, receitas e distribuição de resultados.

A BioGuarda possuirá um regulamento interno (Anexo 6) onde será estabelecido os critérios de recolha dos produtos e as suas competências.

### **3.1.3.2 - Organograma**

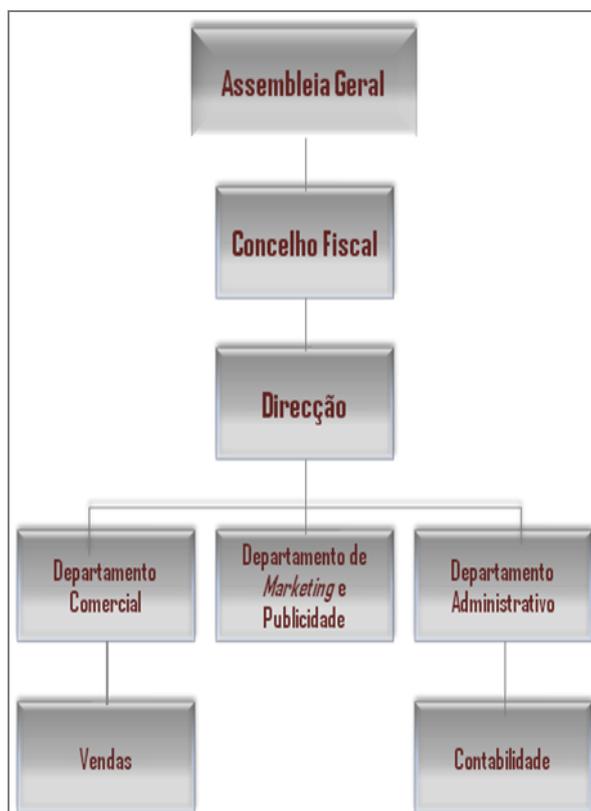
O organograma é uma forma esquemática de representar a estrutura funcional de uma empresa. Permite compreender a organização da empresa e as relações existentes entre as diversas funções e as pessoas por elas responsáveis.

Como se pode verificar através da leitura da Figura 3.3, a Cooperativa é superiormente coordenada pela Assembleia-Geral, composta de acordo com o art. 20 dos seus Estatutos, por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, tendo como competência exclusiva o estipulado no art. 25 dos Estatutos.

Seguidamente, temos o Conselho Fiscal, que é o órgão de controlo e fiscalização da Cooperativa, constituído por um presidente e dois vogais, de acordo com o articulado no n.º 1 do art. 28 dos seus estatutos.

A Direcção é o órgão da administração e representação da Cooperativa, competindo-lhe o definido no n.º 1 do art. 26 dos estatutos. É composto pelo presidente, um tesoureiro, um secretário e um vogal, de acordo com o n.º 2 do art. 26 dos seus estatutos.

É ao departamento Comercial que cabe, além das funções de atendimento pessoal e telefónico, a promoção da imagem da Cooperativa, controlo de operações comerciais e promoções a clientes.

**Figura 3.3** - Organograma da Cooperativa BioGuarda

**Fonte:** Elaboração Própria

Ao departamento de *Marketing* e Publicidade compete-lhe analisar o mercado e os respectivos concorrentes, assim como conhecer a legislação em vigor e os melhores meios para publicitar os produtos biológicos.

O departamento Administrativo é responsável pela organização da documentação para a contabilidade e ainda faz o apoio ao departamento comercial.

Para além dos órgãos directivos, administrativos e comerciais, a Cooperativa também recorre ao trabalho permanente de 2 funcionários tendo como funções as vendas e todo o serviço de embalagens, rotulagem, empilhamento, cargas e descargas, entre outros, de todos os produtos da Cooperativa.

### 3.1.3.3 - Instalações da Cooperativa

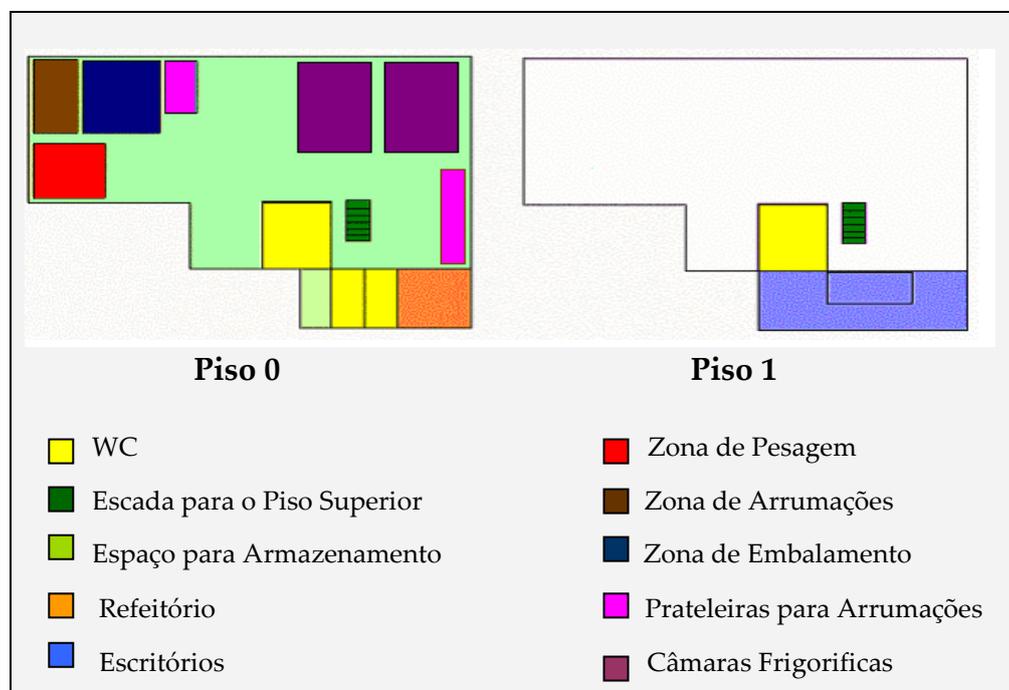
O espaço alugado (Anexo 10), para a formação da Cooperativa é de 1700m<sup>2</sup> de área total de construção, 1500m<sup>2</sup> de área de implantação, 700m<sup>2</sup> de área de logradouro e 7m de pé.

Atendendo à planta da Figura 3.3, no piso 0, existe uma área de 750m<sup>2</sup> que será a zona de embalagem dos produtos representada a azul-escuro, uma área de 375m<sup>2</sup> para pesagem dos produtos representada a vermelho, e uma área de 150m<sup>2</sup> para arrumação de materiais ou produtos que não necessitem de ser conservados no frio representada a castanho. No espaço representado a roxo, serão colocadas duas câmaras frigoríficas para conservação dos alimentos, cada uma com 62,5m<sup>2</sup>. As prateleiras estão representadas a rosa numa área de 30m<sup>2</sup> para um melhor acondicionamento da mercadoria.

O restante espaço a verde-claro servirá para a movimentação de pessoas e mercadorias.

No piso 1 encontram-se os escritórios e as casas de banho.

**Figura 3.4 – Planta da Cooperativa BioGuarda**



**Fonte:** Planta fornecida pelo proprietário do armazém

### 3.1.3.4 – Isenções Fiscais

Na actual situação fiscal das cooperativas, estas, de acordo com o Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC), Lei nº 85/98, estão **isentas** de:

- Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC), quanto aos apoios e subsídios financeiros de qualquer outra natureza atribuídos pelo Estado, como compensação pelo exercício de funções de interesse e de utilidade públicas – **Art.7 n.º 5 do EFC**;
- Contribuição Autárquica (IMT) incidente sobre o valor patrimonial dos imóveis destinados à sede e ao exercício de actividade que constituam o respectivo objecto social – **Art. 10 n.º 2 do EFC**;
- IMT, na aquisição de quaisquer direitos sobre imóveis destinados à sede e ao exercício de actividade que constituam o respectivo objecto social – **Art. 10 n.º 1 do EFC**;
- Imposto sobre sucessões e doações – **Art. 9 do EFC**;
- Imposto de selo sobre os livros de escrituração e demais documentos e papeis, bem como nos actos preparatórios e nos necessários à constituição, dissolução e liquidação nos títulos de capital, títulos de investimento, obrigações ou outros títulos que emitirem, nos contratos que celebrarem quando o selo constitua seu encargo, estando ainda sujeitas a imposto de selo, pela taxa mínima nas letras e outros títulos de crédito em que intervenham na qualidade de sacador – **Art. 8 do EFC**;
- Estão também isentas de IVA, de acordo com o nº. 37 do CIVA, as prestações de serviços por cooperativas, que não sendo de produção agrícola, desenvolvam uma actividade de prestação de serviços aos seus associados agricultores;
- IRC, com excepção:
  - a) Dos resultados provenientes de operações com terceiros, de actividades alheias aos fins cooperativos e dos abrangidos pela tributação pelo lucro

consolidado, resultados estes sujeitos à taxa geral de IRC – **Art. 13 n.º 1 do EFC**;

b) Das despesas confidenciais e não documentadas, sujeitas à taxa de 40% – **Art. 7 n.º 4 do EFC**;

c) Dos rendimentos sujeitos a IRC por retenção na fonte (prediais, de capitais, de mais valias), aos quais se aplicam, com carácter definitivo, as correspondentes taxas de retenção, desde que as cooperativas não tenham outros rendimentos sujeitos a IRC – **Art. 13 n.º 4 do EFC**.

### **3.1.3.5 - Incentivos Fiscais**

As despesas com educação e formação, em aplicação da respectiva reserva, serão considerados como custo para efeito de IRC, no exercício em que sejam suportadas, em valor correspondente a 120% – **Art. 11 do EFC**;

As cooperativas podem deduzir à matéria colectável (até ao limite de 50% do total da colecta) – **Art. 12 do EFC**:

- 20% dos montantes não provenientes de auxílio financeiro do Estado a fundo perdido; investidos em elementos do activo imobilizado corpóreo afectos à prossecução do seu objecto social, com excepção de viaturas ligeiras, mobiliário de outros bens de investimento não directa e imprescindivelmente associados à actividade económica prosseguida;
- 20% dos montantes que revertam para a reserva legal, além dos mínimos legal ou estatutariamente consignados.

Nas operações de reorganização e reestruturação de cooperativas, designadamente através de acções de concentração e acordos de cooperação, realizados até 31 de Dezembro de 2005, são concedidos os seguintes incentivos fiscais – **Art. 19 do EFC**:

- Isenção de SISA relativa à transmissão de imóveis necessários à operação de reorganização;

- Não tributação em IRC da diferença entre as mais e as menos valias resultantes da transmissão onerosa de elementos do activo imobilizado, no âmbito da reorganização;
- Isenção do imposto de selo, taxas, emolumentos e outros encargos legais devidos pelos actos inerentes ao processo de reorganização.

### **Incentivos Fiscais aos Membros das Cooperativas**

Os cooperadores podem deduzir à sua colecta de IRS 5% das importâncias entregues para realização não obrigatória de capital social e para subscrição de títulos de investimento, com o limite anual de 125,00 euros por agregado familiar e com a obrigação de os respectivos valores ficarem na posse das caixas agrícolas por um período mínimo de três anos – **Art. 17 do EFC**.

### **3.1.3.6 - Apoios Financeiros**

Existem dois apoios aos quais a cooperativa BioGuarda se poderá candidatar. Estes são:

#### **PRODESCOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo.**

O PRODESCOOP visa, através da concessão de apoios na área do emprego e formação, os seguintes **objectivos**:

- Apoiar a **criação** e a **consolidação** de novas cooperativas;
- Incentivar a **expansão do âmbito de actuação** das cooperativas;
- Permitir a **modernização** das cooperativas já existentes, bem como a **valorizaçãoda imagem e do potencial** do sector cooperativo;
- Reforçar o **potencial concorrencial** do sector cooperativo.

Para se candidatar a este programa deverá preencher-se o formulário de candidatura<sup>18</sup> e enviá-lo para o INSCOOP ou para o IEFP.

---

<sup>18</sup> [www.iefp.pt/apoios/entidades sem fins lucrativos/sectorial/Paginas/PRODESCOOP](http://www.iefp.pt/apoios/entidades_sem_fins_lucrativos/sectorial/Paginas/PRODESCOOP) , Maio 2009

## **PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente**

**Medida 3.1** – Diversificação da economia e criação de emprego, Portaria n.º 520/2009.

Esta medida integra três acções sendo a acção n.º 3.1.2 “Criação e desenvolvimento de microempresas” a indicada para o projecto de investimento da BioGuarda.

**Objectivos:** Incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico criadora de riqueza e de emprego, permitindo a fixação da população.

**Beneficiários:** Microempresa, neste caso em concreto trata-se de uma cooperativa.

**Investimento:** O apoio requerido pelo projecto BioGuarda será ao Grupo de Acção Local – PRÓ-RAIA. O valor do montante do pedido de financiamento será de 150.000€.

**Tipo de Incentivo:** O apoio será concedido sob forma de subsídio não reembolsável em 60%, já que o projecto prevê a criação de mais de dois postos de trabalho.

### **3.1.3.7 - Procedimentos Necessários para se Comercializar Biológico**

A designação “Agricultura Biológica” diz respeito a um modo de produção que está definido e protegido por lei.

Todos aqueles que preparem, produzam ou importem produtos que ostentem indicações referentes ao modo de produção biológico são considerados como operadores. Deste modo, devem notificar a sua situação à autoridade competente em Portugal, no Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHA).

Os impressos para efectuar a notificação podem ser obtidos junto do IDRHA ou através do site [www.madrp@gpp.pt](mailto:www.madrp@gpp.pt) como atrás já havia sido referenciado. Para além dos elementos relativos ao operador e à exploração de transformação, há dois elementos que devem constar da notificação. São eles:

- A indicação do nome do Organismo Privado de Controlo (OPC);
- A data de realização da primeira acção de controlo efectuada.

Por outro lado, qualquer operador que queira utilizar a designação de biológico no rótulo dos seus produtos, terá de cumprir as regras da agricultura biológica na sua unidade de produção e submeter-se às regras de controlo especiais existentes para este modo de produção, conforme determinado pelo Regulamento (CE) n.º 889/08.

Segundo este regulamento, no produto, o rótulo deverá obrigatoriamente conter o nome e/ou n.º de código do organismo de controlo a que está sujeito o operador (art. 24 n.º. 1 alínea a), assim como outros dados, nome e endereço do operador e quaisquer indicações que estejam em conformidade com a legislação comunitária (art. 24 n.º. 1 alínea c).

Todo o sistema de controlo será feito através de Organizações Privadas de Controlo (art. 27).

A indicação de conformidade com o regime de controlo só pode figurar na rotulagem se, durante todas as operações de produção se tiverem sido submetidas ao regime de controlo (art. 10, n.º. 1 alínea b); e se forem vendidos em embalagens seladas pelo produtor ou pré-embaladas (art. 10, n.º. 1 alínea c), do Regulamento (CEE) n.º. 2092/91.

A indicação de conformidade com o regime de controlo deverá constar na rotulagem será:

PT: Agricultura Biológica – Sistema de Controlo CE
--

Tendo em linha de conta todos estes aspectos, é necessário tomar em atenção alguns procedimentos e deveres, como por exemplo:

- Efectuar um contrato de prestação de serviços de controlo com um dos organismos Privados de Controlo e Certificação reconhecidos pela Agricultura Biológica;
- Notificar a actividade, junto da IDRHA;

- Assegurar-se que os produtos e ingredientes que adquirem são próprios e/ou compatíveis com regras da agricultura biológica;
- Sempre que sejam detectadas irregularidades, retirar os seus produtos (de todo o lote ou mesmo de toda a produção) ou dos respectivos documentos de acompanhamento de toda e qualquer indicação ao modo de produção biológico;
- Não fazer qualquer alegação na rotulagem ou na publicidade que sugira ao comprador que as indicações relativas ao modo de produção biológico constituem uma garantia de qualidade organoléptica, nutritiva ou sanitária superior.

### **3.2 - Plano de Marketing**

O Plano de *Marketing* tem como objectivo promover produtos e serviços de uma forma original e inovadora em relação ao *target* a que se destinam. Segundo Nunes e Cavique, (2001: 107), “estabelecer, definir os objectivos, concretizar as estratégias e programar as actividades de *marketing*, tendo em vista aproveitar e criar as oportunidades de mercado”. Numa 1.<sup>a</sup> fase torna-se necessário proceder-se a uma análise de mercado, utilizando-se um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa para se conhecer as reais necessidades, desejos e expectativas do consumidor.

Posteriormente, elabora-se uma análise *SWOT* e seguidamente delinea-se a estratégia de *marketing* que melhor se adapta ao produto a promover. Torna-se importante estabelecer uma política de comunicação que se adopte a cada cliente “de acordo com as suas preferências agrupadas que se manifestam no mercado, para lhe oferecer as satisfações adequadas ao seu tipo de necessidade, interesses e desejos”, *Ibidem*, p. 43.

### **3.2.1 - Análise do Mercado e da Concorrência**

#### **3.2.1.1 - Meio Envolvente Contextual**

De acordo com Freire (1997: 66), “Todas as organizações operam no âmbito de um meio envolvente bastante abrangente que condiciona, a longo prazo, a sua actividade” e a BioGuarda não será excepção. Torna-se então importante analisar os diversos contextos onde a Cooperativa está inserida.

#### **Contexto Económico**<sup>19</sup>

No contexto da maior crise financeira e económica mundial dos últimos 80 anos, também a economia portuguesa desacelerou de forma marcada em 2008, iniciando no segundo semestre um período recessivo que se antevê como o mais profundo e prolongado das últimas décadas. A deterioração da economia mundial foi particularmente severa e sincronizada, com um conjunto alargado de economias avançadas em recessão e com as economias de mercado emergentes a revelarem um significativo abrandamento. Estes desenvolvimentos afectaram directamente a economia portuguesa, dada a sua forte integração económica e financeira.

Das previsões para Portugal importa ainda salientar o seguinte:

Segundo as previsões de Abril/2009 do FMI:

- O PIB deverá registar uma contracção de 4.1%, em 2009, e de 0.5%, em 2010;
- A taxa de desemprego poderá aumentar para 11% em 2010 (9.6% em 2009).

As Previsões de Primavera/2009 da Comissão Europeia apontam para uma quebra do PIB, em 2009, de 3.7%; em 2010, o PIB deverá registar uma nova diminuição (-0.8%), embora menos intensa que no ano anterior.

---

<sup>19</sup> [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt), Boletim Económico, Julho 2009

**Tabela 3.1** - Comissão Europeia, Previsões Primavera/2009

Indicadores	2007	2008	2009	2010
<b>PIB</b>	<b>1,9</b>	<b>0,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-0,8</b>
Consumo privado	1,6	1,6	-1,3	-0,4
Consumo público	0,0	0,5	0,6	0,2
Investimento	3,2	-1,1	-14,4	-8,0
Exportações	7,5	-0,5	-11,7	-0,1
Importações	5,6	2,1	-10,0	-2,3
Inflação (%)	2,4	2,7	-0,3	1,7
Taxa de Desemprego (%)	8,1	7,7	9,1	9,8
Défice orçamental (% do PIB)	-2,6	-2,6	-6,5	-6,7
Dívida Pública (% do PIB)	63,5	66,4	75,4	81,5

**Fonte:** Boletim Económico, Primavera 2009

A taxa de desemprego deverá ser superior a 9% em 2009 e, em 2010, poderá ser cerca de 10%. Em termos de finanças públicas:

- O défice orçamental poderá aumentar para 6.5% do PIB em 2009 (2.6% do PIB em 2008), e para 6.7% do PIB em 2010;
- As projecções indicam que a dívida pública deverá ser superior a 81% do PIB devido (i) aos elevados défices orçamentais e (ii) à estagnação do PIB nominal.

Recentemente, a revista *The Economist* publicou um artigo sobre Portugal intitulado “*Socratic dialogue*” (Claude M., 2009), do qual se salienta o seguinte:

- Parte do problema de Portugal é uma consequência das baixas taxas de juro resultantes da adesão ao euro em 1999, o que levou os Portugueses a comprarem habitações, automóveis e bilhetes de avião;
- Para melhorar o seu desempenho, Portugal precisa de leis laborais mais flexíveis, menos burocracia, uma força de trabalho mais habilitada, mais concorrência e de um “Estado mais pequeno”.

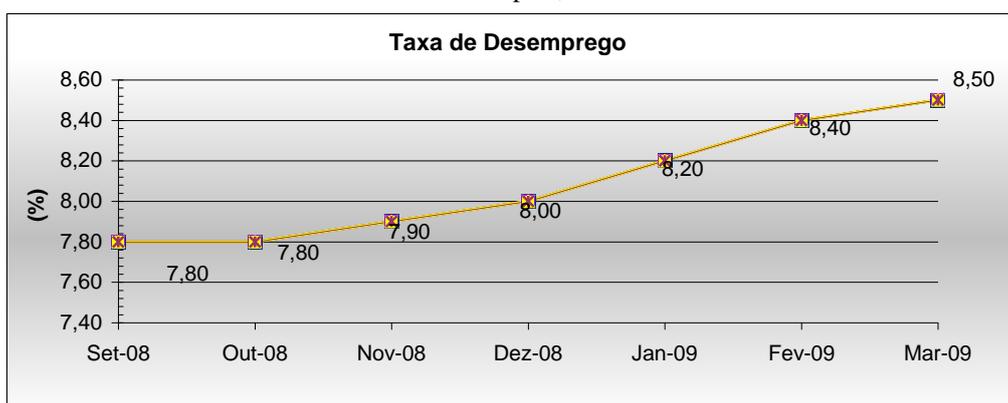
Nos resultados para Portugal do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de Abril/2009 (divulgados pelo Banco de Portugal em 29/04/2009) é referido que os cinco grupos bancários portugueses que integram a amostra indicaram, em termos médios, um aumento de restritividade nos critérios de concessão de empréstimos ao sector privado

não financeiro no decurso do 1.º trimestre de 2009 face ao trimestre anterior. O aumento de restritividade nos critérios ter-se-á traduzido em *spreads* de taxa de juro mais elevados e num aperto generalizado das restantes condições contratuais.

No caso concreto das empresas não financeiras, a procura de empréstimos ou linhas de crédito não se terá alterado, significativamente, durante o 1.º trimestre de 2009; a reestruturação da dívida e, em menor grau, as necessidades de financiamento de existências e de fundo de maneiço terão continuado a ser os principais factores que contribuiram para um acréscimo da procura de crédito por parte das empresas.

Para o 2.º trimestre de 2009, as perspectivas dos bancos portugueses inquiridos apontam para um aumento de restritividade nos respectivos critérios de aprovação de empréstimos.

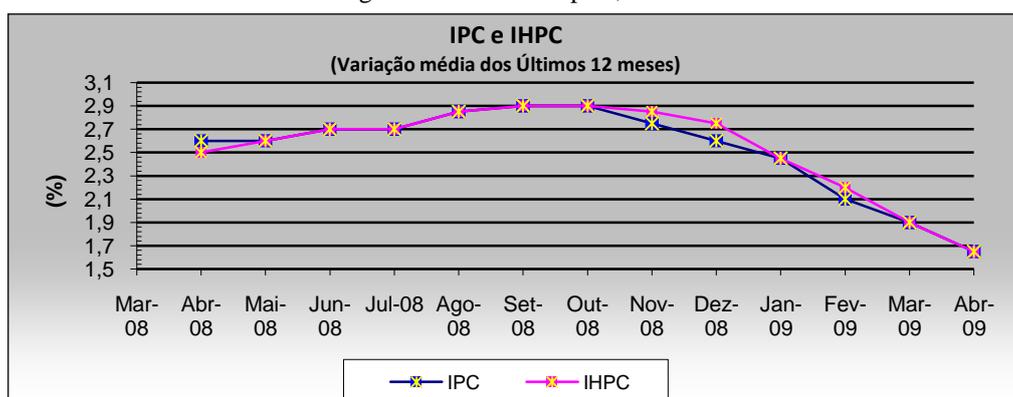
**Gráfico 3.3** - Comissão Europeia, Previsões de Maio 2009



**Fonte:** Boletim Económico, Primavera 2009

Segundo o *Eurostat*, a taxa de desemprego tem vindo a diminuir desde Julho 7.5%; em Outubro/2008, diminuiu para 7.3%. Está a aumentar de forma sustentada desde Novembro/2008; em Março/2009 foi de 8.5%.

Em Abril/2009, as taxas de inflação média anual medidas pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) e pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registaram o mesmo valor: 1.6%.

**Gráfico 3.4** - Portugal: Comissão Europeia, Previsões de Maio 2009

**Fonte:** Boletim Económico, Primavera 2009

No trimestre terminado em Fevereiro/2009 (face ao período homólogo), as saídas e as entradas de bens registaram variações de -25.6% e de -23.9%, respectivamente. Neste período, as expedições (bens para a UE) e as exportações (bens para países terceiros) diminuíram 28.6% e 15.8%, respectivamente.

Em Abril, o indicador de confiança dos consumidores registou uma recuperação, ainda que ligeira, o que levou a que fosse interrompida a tendência descendente observada desde finais de 2006. Este comportamento derivou do contributo positivo de todas as componentes, com excepção das expectativas sobre a evolução da poupança.

Depois de ter recuperado em Março/2009, o indicador de confiança da indústria transformadora evoluiu desfavoravelmente em Abril/2009.

No trimestre terminado em Março/2009 (face ao trimestre homólogo do ano anterior), as novas encomendas recebidas pela indústria registaram uma variação de -20.7%; as novas encomendas com origem no mercado nacional registaram uma diminuição menos intensa que as novas encomendas com origem no mercado externo (as variações foram de -14% e de -26.5%, respectivamente). Face a esta degradação crescente do aparelho produtivo português devido ao reduzido investimento, impede que, Portugal possa atingir taxas elevadas de crescimento económico. Atendendo a estas projecções, Portugal precisa de mais empresas, maior concorrência e mais emprego, factores que foram ponderados na criação da cooperativa BioGuarda.

### **3.2.1.2 - Contexto Sócio - Cultural**

A realidade de hoje diz-nos que vivemos numa sociedade global, e como tal, os nossos estilos de vida e os nossos valores sociais estão em constante mudança.

A agricultura biológica passou de uma ilusão a uma realidade. Existe, progressivamente, um aumento na produção de produtos biológicos, tanto na Europa como em Portugal, dando origem a um estilo de vida mais saudável, mas também porque os consumidores estão mais preocupados com questões alimentares e ambientais.

Os produtos biológicos são caracterizados por manterem o sabor de «antigamente» e de conservarem todas as qualidades nutritivas.

Os valores sociais também se têm alterado ao longo dos tempos, tendo por isso, aumentado as crescentes preocupações com a protecção do ambiente. A proliferação da agricultura biológica pelo mundo vai de encontro a toda essa preocupação, diminuindo a utilização de pesticidas e produtos químicos que prejudicam seriamente os solos e o restante meio ambiente. Esta preocupação é reforçada pelos recentes problemas alimentares relacionados com os nitrofuranos, hormonas, rações, BSE, entre outros.

Crê-se que, com o passar do tempo, a agricultura biológica terá um maior peso na economia do país, pois haverá uma maior consciencialização de todos os seus benefícios.

### **3.2.1.3 - Contexto Político - Legal**

Um acontecimento determinante para o nosso país foi a entrada na União Europeia. Temos consciência que Portugal estando «num cantinho à beira mar plantado» nunca poderia competir eficientemente no mercado Europeu, nem tão pouco no mercado mundial. As empresas nacionais precisam de dar outro rumo às suas práticas de produção e de comércio.

A união dos diversos países foi de encontro à necessidade de fazer frente às grandes potências mundiais.

O desenvolvimento das empresas portuguesas foi feito através de vários subsídios directamente direccionados à criação de novas empresas, reestruturação de outras e incentivos ao investimento.

A agricultura biológica, sendo uma das novas apostas a nível agrícola, tem diversos apoios a nível nacional e comunitário.

Segundo Stockdale (2001), “A agricultura biológica é vista pela UE como elemento-chave do sistema agro-alimentar europeu, em conjunto com os produtos típicos e de alta qualidade”, por essa razão, foi publicado em 2004, o Plano Europeu para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica.

Sabendo-se que, em Portugal, a área afectada à agricultura biológica ocupava já 120.000 hectares, em 2004 foi criado o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica que, de entre muitos objectivos, um deles prendia-se com a necessidade de aumentar o número de empresas de acondicionamento, transformação e distribuição, no qual se enquadra este projecto.

A Cooperativa BioGuarda está sujeita a todos estes factores e incentivos para o desenvolvimento da sua actividade pelo facto da agricultura tradicional representar, ainda, uma forte concorrente à comercialização de produtos biológicos.

#### **3.2.1.4 - Contexto Tecnológico**

Num mundo em constante e rápida evolução, a inovação surge como uma necessidade. A inovação tecnológica pode ser um dos factores que diferenciam as empresas no seu contexto de mercado.

A Cooperativa BioGuarda tem como objectivo acompanhar as constantes mudanças tecnológicas, para que possa competir com as empresas nacionais e até comunitárias. É muito importante não se perder a competitividade.

As novas inovações tecnológicas permitem que a BioGuarda esteja ao dispor de todos, através da *Internet*, dando a conhecer os seus produtos, assim como, utilizando a tecnologia mais actual de modo a responder e a satisfazer as necessidades dos clientes.

### **3.2.1.5 - Meio Envolvente Transaccional**

“O meio envolvente transaccional é constituído por todos os agentes e factores que interagem directamente com a indústria em que a empresa actua” (Freire, 1997).

Os elementos que compõem o meio envolvente transaccional são:

#### **Cientes:**

A cooperativa BioGuarda tem como objectivo atingir todo o tipo de clientes que estão ou possam vir a estar preocupados com o tipo de alimentação que consomem. Neste sentido, procura-se que “a diferenciação do produto adapte a procura às características da oferta” (Helfer, 1996: 197), e ainda, segundo o mesmo autor, que “a segmentação do mercado adopte a oferta às características da procura”. Assim sendo, o principal objectivo é comercializar produtos que os potenciais clientes já adquiriam (vindos do estrangeiro), mas é também importante suscitar a curiosidade dos clientes mais jovens, mostrando-lhes todos os benefícios de consumir biológico, para que se possam tornar clientes. Aqui as escolas têm um importante papel a desempenhar, já que, estudos demonstram que é na infância que se adquirem hábitos alimentares saudáveis.

Assim, a grande aposta da Cooperativa passará pelas crianças das escolas, atendendo a que o governo Português pretendeu aplicar o Regulamento (CE) 288/2009 de 7 de Abril, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) 1234/2007 do Conselho Europeu, no que respeita à ajuda comunitária para a distribuição de frutas e produtos hortícolas naturais, transformados, e produtos derivados às crianças nos estabelecimentos de ensino, no quadro do regime de distribuição de fruta nas escolas.

A Cooperativa através dos órgãos da direcção irá apresentar às autoridades competentes uma proposta ao programa de distribuição de fruta e legumes frescos, a título gratuito

nas escolas, proposto pela Comissão Europeia através do um financiamento europeu no valor de 90 milhões de euros anuais que permitirá garantir a compra e distribuição nas escolas de frutas e legumes frescos, sendo esta verba completada por financiamentos nacionais nos Estados-Membros que optarem por participar no programa. Trata-se da última etapa dos esforços envidados pela Comissão no sentido de melhorar a saúde e a alimentação, conforme previsto na «Estratégia europeia sobre alimentação, excesso de peso e obesidade e problemas de saúde conexos».

Cerca de 22 milhões crianças da UE têm excesso de peso, mais de 5 milhões das quais são obesas, devendo este valor registar um aumento de 400 000 por ano. A melhoria da alimentação pode desempenhar um papel importante na luta contra este problema.

Relativamente a aplicabilidade do Regulamento (CE) 288/2009 de 7 de Abril no que concerne à distribuição de frutas nas escolas do primeiro ciclo, em 2 de Fevereiro de 2010, segundo informação obtida, através dos responsáveis autárquicos na área da Acção Social, dos dez Municípios que fazem parte deste estudo, sete aderiram ao Programa Regime de Frutas Escolares, os restantes três Municípios encontravam-se naquela data a preparar a sua adesão.

**Tabela 3.2 - Distribuição de Frutas (escolas/alunos) em Concelhos da Beira Interior**

Concelhos	Escolas	Alunos	Adesão	Produtos Certificados	Periodicidade semanal
<b>Almeida</b>	Em 2010 não está prevista adesão				
<b>Fig. C. Rodrigo</b>	7	207	Sim	0%	2
<b>Guarda</b>	35	1.632	Sim	50%	2
<b>Pinhel</b>	8	304	Sim	100%	2
<b>Sabugal</b>	Em 2010 não está prevista adesão				
<b>Idanha-a-Nova</b>	Em 2010 não está prevista adesão				
<b>Penamacor</b>	6	125	Sim	50%	2
<b>Covilhã</b>	31	1.851	Sim	100%	2
<b>Fundão</b>	28	1.035	Sim	0%	2
<b>Castelo Branco</b>	25	1.880	Sim	50%	2

Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 3.2 retrata a quantidade de alunos que já se encontram a usufruir das frutas entregues de forma gratuita pelas escolas.

Veja-se de que existe nesta área uma potencial clientela, que, desde muito cedo, se irá habituando à terminologia de “Agricultura Biológica” e que constituirá durante toda a sua vida uma fonte de Marketing extremamente valiosa.

Uma atenção especial para os concelhos de Almeida, Sabugal e Idanha-a-Nova que ainda não aderiram, estando estes concelhos a estudar a melhor forma de o fazerem, em consonância com outros projectos para fixar população nos seus concelhos. Estes concelhos de fronteira têm vindo a perder população, principalmente nos grupos etários 15-24 anos, devido a emigração e a falta de emprego e conseqüentemente nos grupos 0-14 anos, segundo dados do INE de 2 de Outubro 2009.

Outro dado importante relaciona-se com facto da maioria dos Municípios em estudo, optarem pelo fornecimento de frutas certificadas, sabendo-se ainda, que os que o não fizeram na sua totalidade se deve, à dificuldade em encontrar no mercado frutas certificadas em quantidades suficientes para abastecer as escolas.

Esta poderá ser uma excelente oportunidade de negócio para a Cooperativa. Mas, as escolas ao optarem por frutas e legumes biológicos, relativamente à agricultura convencional, será uma forma de alertar os jovens e as suas famílias, para o benefício de consumir produtos não só mais saudáveis, sem resíduos químicos, mas também com práticas mais respeitadoras do ambiente.

O respeito pelo ambiente é vital para o equilíbrio da Natureza, contribuindo para um ecossistema mais saudável para as gerações vindouras.

Para um grupo de clientes mais idosos, os produtos biológicos são a possibilidade de comer alimentos mais nutritivos, por motivos de saúde, e produtos que tenham o sabor de «antigamente».

Os produtos biológicos serão também uma boa opção para todos aqueles que optam por uma dieta alimentar vegetariana ou macrobiótica e os que têm preocupações ecológicas.

**Concorrentes:**

Os concorrentes directos da BioGuarda serão as empresas exportadoras estrangeiras que colocam os seus produtos no nosso mercado a preços mais baixos, por terem níveis de produção muito mais elevados. A nível nacional não existe conhecimento de nenhuma cooperativa ou empresa que comercialize, por grosso, produtos biológicos e os coloque à venda nos hipermercados, lojas da especialidade ou grandes centros de comércio. Porém, existem cooperativas de consumo que comercializam produtos biológicos mas só para sócios, como é exemplo a NATUROCOOP – Cooperativa de Consumidores, sita na cidade do Porto.

Para fazer frente a este tipo de comercialização o objectivo é comercializar os produtos em locais de fácil acesso e com preços competitivos no mercado.

Os concorrentes indirectos da BioGuarda serão todos aqueles que comercializem produtos provenientes da agricultura tradicional.

**Fornecedores:**

Os fornecedores da Cooperativa serão todos os produtores biológicos certificados pelo Ministério da Agricultura e que estejam associados à BioGuarda.

No que diz respeito a fornecedores de material, como seja de rotulagem, embalagens, entre outros, a Cooperativa dará preferência aos materiais que sejam reciclados e amigos do ambiente, assim como, aqueles que nos ofereçam um produto em que seja evidente a boa relação qualidade/preço.

**Comunidade:**

A BioGuarda irá localizar-se na Guarda, atendendo não só às excelentes infra-estruturas rodoviárias (cruzamento da A25 com a A23, ligando não só o país de Norte a Sul, como também ligação à Europa) mas também pelo facto de nos encontrarmos na região do interior com uma grande necessidade de modernização e de investimento. É importante fixar pessoas nesta região, já que é das regiões do país com maiores índices de

desertificação e a Guarda como cidade é das menos desenvolvidas da Região Centro. Sendo também uma região bastante tradicional, este tipo de produtos enquadra-se na perfeição na mesa de cada um dos Beirões.

### 3.2.1.6 - Identificação dos Factores Críticos de Sucesso

“Os factores críticos de sucesso são as variáveis que mais valor proporcionam aos clientes e que melhor diferenciam os concorrentes na criação desse valor.” (Freire, 1997: 96).

Factores-chave de compra (valor para clientes)	+	Factores de competição (variáveis de competição)	=	Factores críticos de sucesso
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sabor dos produtos</li> <li>• Qualidade dos produtos</li> <li>• Disponibilidade de produtos em vários estabelecimentos</li> <li>• Método de produção tradicional</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferenciação do produto</li> <li>• Preço</li> <li>• Canais de distribuição</li> <li>• Participação em feiras promovidas pela AGROBIO</li> <li>• Qualidade</li> <li>• Prazo de entrega</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de comunicação</li> <li>• Qualidade dos produtos</li> <li>• Rede de distribuição</li> <li>• Gestão logística</li> <li>• Boa relação com clientes</li> </ul>

### 3.2.2 - Análise SWOT da Cooperativa BioGuarda

A análise *SWOT* (*Strengths*: forças; *Weaknesses*: fraquezas; *Opportunities*: oportunidades e *Threats*: ameaças), tem como objectivos:

*Analisar a viabilidade empresarial, a sua capacidade de sobrevivência no mercado e a competitividade face à concorrência. Procura-se determinar, de forma exacta e objectiva, as falhas ou deficiências inerentes à cooperativa e, ainda, os aspectos positivos que a caracterizam, procurando-se também, estudar as ameaças externas concorrenciais e ainda as possibilidades negociais* (Monteiro, 2002: 66).

Tabela 3.3 - Matriz SWOT da Cooperativa BioGuarda

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade das instalações da BioGuarda;</li> <li>• Boa localização geográfica;</li> <li>• Boas acessibilidades rodoviárias;</li> <li>• Sector em grande crescimento;</li> <li>• Grupo consolidado de consumidores;</li> <li>• Grande diversidade de produtos;</li> <li>• Existência de mercado nacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de informação sobre as qualidades dos produtos biológicos;</li> <li>• Falta de recursos financeiros;</li> <li>• Marca dos produtos sem reconhecimento no mercado;</li> <li>• Dependência do nível de produção dos produtores certificados;</li> <li>• Falta de apoios financeiros por parte do Estado.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade dos produtos biológicos;</li> <li>• Criação de novos postos de trabalho;</li> <li>• Expansão do mercado;</li> <li>• Hábitos alimentares mais saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de preços mais elevados, que na agricultura tradicional;</li> <li>• Situação económica nacional;</li> <li>• Falta de mão-de-obra jovem em certas regiões;</li> <li>• Produtos vindo do estrangeiro a preços mais baixos;</li> <li>• Proximidade do mercado Espanhol.</li> </ul>

Fonte: Elaboração Própria

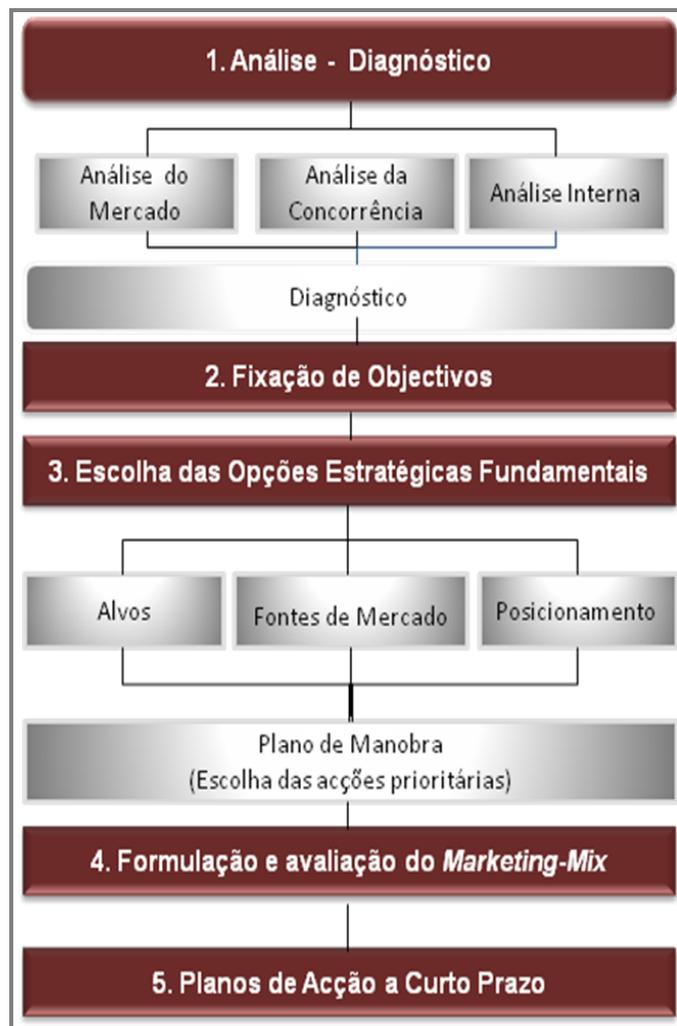
### 3.2.3 - Objectivos e Estratégia de Marketing

“Uma estratégia é um conjunto de meios de acção utilizados para atingir certos objectivos” (Lindon, Dinis et al. 2000: 453).

“A estratégia de *marketing* terá de ser flexível, permitindo às empresas reflectir, mais rapidamente, as alterações na procura, bem como o desenvolvimento de toda uma cultura de empresa centrada nos consumidores e nos valores de transparência.” (*Idem*, p: 452).

O processo para a elaboração de uma estratégia de *marketing* tem cinco etapas, conforme o esquematizado na Figura 3.5.

**Figura 3.5** - Processo geral da elaboração de uma Estratégia de *Marketing*



Fonte: Denis, Lindon et al., (2000)

**1 - Análise-Diagnóstico:** esta já foi elaborada quando se fez uma análise do mercado no ponto 3.2.1.

## **2 - Fixação dos Objectivos**

O estabelecimento dos objectivos é bastante importante pois permite assegurar a coerência da estratégia da Cooperativa.

Existem alguns objectivos, os quais a cooperativa BioGuarda se propõe atingir:

- Pretende-se conquistar um volume de mercado na ordem dos 500.000€ até 2013;

- Atingir uma quota de mercado de 15% no ano de 2011;
- Fidelizar o máximo de clientes através da sua satisfação;
- Alcançar uma notoriedade de marca em 60% juntos dos consumidores e de 70% junto dos retalhistas;
- Conseguir atingir uma elevada qualidade para poder concorrer com outras empresas de produtos de agricultura tradicional.

Visto não haver conhecimento de mais empresas portuguesas que comercializem produtos biológicos, a posição da BioGuarda no mercado será de líder único, o qual lhe dará uma posição favorável no que diz respeito à negociação com os clientes a possibilidade de utilizar uma comunicação mais agressiva e uma maior notoriedade da marca.

### **3 - Opções Estratégicas de Marketing**

#### **Alvos**

Os clientes da BioGuarda situam-se num nível de rendimento médio/alto e não há limite de idade para o consumo deste tipo de produtos.

Os consumidores terão acesso aos produtos em qualquer zona do país onde existam hipermercados ou lojas da especialidade.

A estratégia utilizada será de concentração, já que todos os potenciais clientes tem praticamente os mesmos objectivos - ter uma alimentação saudável e/ou uma alimentação específica.

#### **Fontes de Mercado**

A opção utilizada foi a de produtos análogos, já vendidos, por outras cooperativas. É uma estratégia de canibalização voluntária, uma vez que, como foi referido anteriormente, não existe conhecimento de empresas/cooperativas portuguesas a comercializarem produtos biológicos.

Deste modo, ao lançar-se para o mercado vários tipos de produtos, está a tentar-se preservar os espaços que os produtos virão a ter no mercado em detrimento da concorrência.

Tudo isto tem como finalidade satisfazer o cliente e fidelizá-lo.

No que se refere a empresas estrangeiras, não existe conhecimento de que abasteçam os mercados locais com produtos frutícolas e hortícolas biológicos, não constituindo, por isso, uma preocupação acrescida a nível de fontes de mercado.

### **Posicionamento**

“O posicionamento é o conjunto dos *traços salientes e distintivos* da imagem que permitem ao público situar o produto no universo dos produtos análogos e *distingui-los* dos outros” (*Idem*, p. 139).

Ao falar-se do posicionamento de um produto terá que se falar de que género de produto se trata (princípio de identificação) e distingui-lo dos outros do mesmo género (princípio da diferenciação).

A diferenciação destes produtos em relação à concorrência terá de ser feita através da sua qualidade/preço, assim como salientar as suas qualidades nutritivas.

No que diz respeito às características simbólicas dos produtos BioGuarda, é importante que sejam distinguidos, não por «estarem na moda» e conferirem *status*, mas sim pela qualidade intrínseca do produto.

Para um bom posicionamento se impor ao cliente, é necessário, que este seja simples e que, numa fase curta, consiga caracterizar o produto. No caso da BioGuarda, a frase que o caracteriza é “*Puro como a Natureza*”. Esta é a ideia de credibilidade que se pretende passar dos produtos, os quais se adequam perfeitamente ao produto.

#### **4 - Formulação e Avaliação do Marketing-Mix**

O *Marketing-Mix* da BioGuarda, será tratado no ponto 3.4.4.3, o qual se refere à política de comunicação da Cooperativa, na qual o *Marketing-Mix* está integrado.

#### **3.2.4 - Política Comercial da Cooperativa BioGuarda**

Definido o mercado alvo e fixado o posicionamento, resta seleccionar os meios que melhor se adaptam para que se atinjam os objectivos propostos pela Cooperativa. Os meios são os elementos do *marketing-mix* (política do produto, preço, distribuição e promoção). As decisões tomadas nestes domínios revelam uma estreita interdependência e são fortemente influenciados pelo meio envolvente à empresa.

##### **3.2.4.1 - Política do Produto**

“Entende-se por produto tudo o que a empresa vende ou propõe aos seus clientes.”  
(*Idem*, p. 179)

A colocação à venda de um produto é um sonho tornado realizado com o objectivo de nos satisfazer pessoalmente indo ao encontro das necessidades dos outros.

##### **Classificação dos produtos**

Os produtos hortícolas e frutícolas da Cooperativa são caracterizados como bens de consumo não duradouros, devido às características intrínsecas de produtos frescos, ou seja, que se consomem diariamente.

##### **Política de Gama**

“A gama de produtos é constituída por todas as variedades de produtos fabricados e vendidos por uma empresa.” (Helfer J.P. e Orsoni J., 1996: 197).

A gama de produtos comercializados pela BioGuarda é muito ampla, desde os hortícolas: alfaces, tomates, morangos, brócolos aos frutícolas: maçãs, laranjas, uvas peras, entre outros, dos mais variados tipos.

Possuir uma gama ampla traz alguns benefícios para a cooperativa, diminuindo a sua vulnerabilidade, pois os «trunfos» estarão mais repartidos e, deste modo, os consumidores encontrarão com mais facilidade o produto que pretendem. No entanto, o seu inconveniente pode passar por uma dispersão de esforços comerciais e pesadas despesas de organização e administração.

### **Política de Marca**

“A marca é um nome, termo, símbolo, sinal, desenho ou qualquer combinação destes elementos que serve para identificar os bens ou serviços de um vendedor ou de um grupo de vendedores diferenciando-os dos concorrentes” (*Idem*, p. 231).

A BioGuarda pretende que os consumidores adquiram os seus produtos por saberem que estes são de confiança e não porque praticaram uma compra por impulso.

O objectivo da marca é ser o factor identificativo do produto, mas também o da sua memorização.

### **Identidade da Marca**

Ao saber-se que o nome é o elemento mais importante para a identificação da marca, achou-se conveniente que o nome BioGuarda identifique o tipo de produtos a comercializar, assim como a região do país onde a Cooperativa estará implementada.

O logótipo da Cooperativa será também um dos sinais distintivos do produto.

A criação deste logótipo tem vários significados que interagem entre si, a partir das suas cores e dos seus símbolos.

Figura 3.6 - Logótipo da Cooperativa BioGuarda



Fonte: Elaboração própria

O símbolo presente no logótipo é uma flor que significa a natureza, sinónimo de organização, essência e qualidade. As cores utilizadas também têm a sua conotação:

**Verde:** Vegetal, a natureza, a Primavera, a segurança e a satisfação.

**Vermelho:** Dinamismo e saúde.

**Amarelo:** Inteligência e criatividade.

**Violeta:** Poder, sucesso e progresso.

**Branco:** Pureza, perfeição e verdade.

Para que a marca fique registada, a cooperativa BioGuarda procederá ao seu registo enviando para o INPI<sup>20</sup> o impresso obrigatório, o Certificado Admissibilidade de Firma obtido no RNPC juntamente com os documentos de identificação dos elementos da Direcção.

Para sustentar a marca e o logótipo criou-se também um slogan «*Puro como a natureza*» que tem como finalidade transmitir aos consumidores que os produtos biológicos, que esta Cooperativa comercializa, possuem um elevado grau de pureza, no sentido de serem produzidos sem químicos e pesticidas e, deste modo, poderem ser comparados com a natureza.

<sup>20</sup> [www.inpi.pt](http://www.inpi.pt) Julho 2009

### **Estacionário**

Como será necessário comunicar com o exterior, o estacionário servirá para publicitar, indirectamente, a marca com o exterior. Do estacionário fazem parte as folhas timbradas, e um exemplar de uma factura (Anexo 8).

### **Política de Acondicionamento**

O acondicionamento ou embalagem dos produtos possui um objectivo muito prático pois “permite ou facilita a sua protecção, transporte, armazenagem, apresentação no linear, a sua identificação e utilização pelos consumidores” (Lindon, Denis et al., 2000: 187).

Neste sentido, a embalagem assume uma importância bastante elevada já que “contribui para atrair o olhar dos clientes, ser reconhecido ou identificado por eles e suscitar-lhes o desejo de os comprar, assumindo o papel importante de «vendedor silencioso»” (*Ibidem*).

As embalagens utilizadas pela cooperativa serão consideradas embalagens primárias, onde o produto estará em contacto directo com os consumidores.

Estas embalagens serão caixas de madeira ou cuvetes de plástico reciclável, de modo a se poder adquirir os produtos à unidade ou agrupados.

O sistema de fecho da embalagem, onde os produtos estarão agrupados, será coberto por uma película transparente para poderem ser vistos e, será em vácuo para guardar a qualidade dos produtos e estes se manterem frescos durante mais tempo.

A única «decoração» que terão as embalagens, será, apenas, um rótulo onde será identificado o logótipo da Cooperativa, assim como a morada, telefone, fax, a identificação do produto, o seu peso, a data e hora de embalamento e o logótipo comunitário para a agricultura biológica, como meio de reforçar a credibilidade dos produtos obtidos segundo este modo de produção e de melhorar a sua identificação pelos consumidores da União Europeia.

O logótipo português, PORTUGALBIO, indica que os produtos são originários de agricultura biológica, produzidos ou transformados em Portugal. Além da garantia adicional de que estes produtos cumprem todas as exigências do Regulamento Europeu em vigor, indica também uma maior proximidade ao produtor.

**Figura 3.7 - Logótipo Comunitário**



1

**Figura 3.8 - Logótipo Português**



2

1- Fonte: [www.europa.eu.int/comm/agriculture/qual/organic/index-pt.htm](http://www.europa.eu.int/comm/agriculture/qual/organic/index-pt.htm), Junho 2009

2- Fonte: <http://interbio.designetico.org/node/5#001#001>, Novembro 2009

Em qualquer dos casos, o uso do logótipo tem que respeitar as disposições previstas pelo Regulamento (CE) n.º. 889/2008, sobre a publicidade enganadora e não pode sugerir ao comprador que constitui uma garantia de qualidade organoléptica, nutritiva ou sanitária superior. O tipo de rótulo utilizado pela Cooperativa será o representado na Figura 3.9.

**Figura 3.9 – Rótulo dos produtos BioGuarda**



(1 euro = 200.482 Esc.)

**Fonte:** Elaboração própria

Sabe-se perfeitamente que a embalagem tem a grande função de comunicar, sendo o impacto visual, aquele que muitas vezes condiciona a compra, pelo seu aspecto

dinâmico, colorido e original. No caso da BioGuarda a intenção é que a embalagem seja cómoda e de fácil transporte e dê a sensação que o cliente acabou de colher os produtos da sua horta.

#### **3.2.4.2 - Política do Preço**

“Fixar o preço de um produto, no momento do seu lançamento, é uma decisão altamente estratégica: é o posicionamento, a imagem do produto e todo o seu futuro económico que estão em jogo. Desta decisão depende a importância do segmento a atingir e a natureza das reacções da concorrência” (Lindon, Denis et al., 2000: 242).

A decisão sobre o preço de lançamento põe em causa toda a política posterior ao preço. É bastante difícil saber qual é o preço ideal para os produtos, já que os clientes não adquirem um produto quando não têm a certeza de que não estão a pagar mais do que deviam por esse mesmo produto. De qualquer forma, não se pode aumentar o preço de uma semana para a outra, assim como não se pode baixar o preço de um produto como este, já que atinge especialmente uma classe média/alta, sob a condição da imagem ficar definitivamente atingida.

Para se fixar os preços dos produtos biológicos é preciso ter em conta que os consumidores conhecem mal os preços, têm alguma dificuldade em os apreender, atendendo aos baixos preços da agricultura tradicional.

A sensibilidade do consumidor aos preços é muito variável e depende de alguns factores como é o valor da imagem que lhe está associado, a possibilidade de se poder encontrar produtos substitutos e a percepção do risco que está associado à decisão de compra.

No que se refere à relação qualidade/preço, e quando a incerteza é grande em relação a vários tipos de produtos, o consumidor tenta reduzi-la, atribuindo melhor qualidade ao que tem o preço mais elevado. Contudo, não basta ser o mais caro para ter uma qualidade superior.

Apesar dos produtos biológicos apresentarem uma qualidade superior e por isso preços mais elevados, que estão directamente relacionados com a sua menor produtividade, a BioGuarda terá de ter em atenção a evolução dos preços de aceitação, tendo por base os preços já praticados pelos sócios nas suas explorações. Se, no início, os clientes tiverem a percepção que o preço deveria ser mais baixo do que está estipulado, (esperando, algum tempo em vão pela baixa de preços), o consumidor passará a aumentar o seu preço de aceitação.

Deste modo, é conveniente a Cooperativa praticar uma política de desnatação, estabilizando os preços durante um longo período de tempo de modo a fidelizar os consumidores.

Tendo em conta os aspectos anteriores, e tendo em atenção os preços praticados pelos produtores, optou-se por fixar a seguinte tabela de preços (Tabela 3.4).

**Tabela 3.4 -** Fixação de preços aos retalhistas (preços com entrega)

Produtos	Preço de Venda
	Grandes superfícies/Escolas/ Lojas da Especialidade (Euros/Kg)
Couve portuguesa	2,00
Alface	2,00
Cenoura	0,88
Tomate	2,50
Batata	0,75
Couve-Flor	1,63
Alhos	3,50
Brócolos	1,65
Cebolas	0,87
Ervilhas	4,00
Nabos	0,87
Tangerinas	1,40
Maçã	1,37
Morango	2,00
Pêssego	2,00
Pêra	1,62
Melo	2,12
Laranja	1,95
Kiwi	2,37
Cereja	3,50
Uva	2,17

**Fonte:** Elaboração própria

A negociação com os clientes é o momento da concertação de posições para ambos alcançarem um acordo satisfatório. Existem diversos acordos que se pretendem estabelecer com os clientes da cooperativa BioGuarda que se baseiam em:

- Desconto financeiro consoante o prazo de pagamento previsto de 8 dias; 45 dias; 120 dias, com um desconto de 3%; 2%; 1%, respectivamente;
- Os descontos feitos na aquisição de produtos pelas grandes superfícies poderão variar consoante a negociação, em função do espaço ocupado pelos nossos produtos no local de venda;
- Desconto de 7% para compras superiores a 3000€/mês;
- Desconto de 4% para pronto pagamento.

Os descontos podem ser acumuláveis entre si e não podendo ultrapassar no total 15%.

**Tabela 3.5** - Fixação do preço máximo de compra dos produtos biológicos (com entrega)

Produtos	Preço de compra
	(Euros/ kg)
Couve Portuguesa	0,80
Alface	0,80
Cenoura	0,35
Tomate	1,00
Batata	0,30
Couve-Flor	0,65
Alhos	1,40
Brócolos	0,66
Cebolas	0,35
Ervilhas	1,60
Nabos	0,35
Tangerinas	0,56
Maçã	0,55
Morango	0,80
Pêssego	0,80
Pêra	0,65
Meloa	0,85
Laranja	0,78
Kivi	0,95
Cereja	1,40
Uva	0,87

Fonte: Elaboração própria

Atendendo tratar-se de uma Cooperativa de produtos biológicos certificados, a aquisição destes produtos passará única e exclusivamente por produtores também eles certificados. A Tabela 3.5 mostra os preços máximos, que a BioGuarda estará disposta a pagar pela aquisição dos diversos produtos agrícolas.

Em termos de margem de lucro aplicada sobre os produtos, esta rondará os 150%, atendendo serem produtos de curta durabilidade, que se deterioram com facilidade, pelo que deve prever uma compensação para as possíveis perdas.

### 3.2.4.3 - Política de Comunicação

*Entende-se por «comunicação» o conjunto de sinais emitidos pela empresa em direcção aos seus clientes, aos distribuidores, aos líderes de opinião, aos prescritores e a todos os alvos. A publicidade é um dos meios para os atingir. Existem outros, como as relações públicas, a força de vendas, o packaging dos produtos, as promoções de vendas, o merchandising, etc (Lindon, Denis et al., 2000: 293).*

Os fundadores da cooperativa BioGuarda têm plena consciência que o sucesso da mesma depende, em muito, da política de comunicação que venha a praticar.

É essencial definir a melhor combinação dos meios de comunicação que possam oferecer, as melhores soluções para se alcançarem os objectivos.

Torna-se, então, importante, desenvolver acções de **investimentos publicitários, investimentos em promoções e outros.**

No que se refere ao **investimento publicitário** a cooperativa BioGuarda incidirá a sua comunicação na imprensa e na rádio. A comunicação na imprensa será divulgada em jornais da região, tendo como objectivo a notoriedade da imagem da marca a nível regional.

Este tipo de investimento traz muitas vantagens que se prendem com o alcance dos mais diversos públicos, fazendo com que, o princípio da repetição leve os consumidores a ganhar o interesse pelos produtos e os adquiram.

Foi também pensada uma publicidade radiofónica pelo facto de ser mais barata do que noutros meios de comunicação, como é o caso da televisão, mas que se ouve na maior parte das vezes, distraidamente.

A rádio pode ser muito flexível, devido à facilidade de elaboração de um *spot* publicitário e à possibilidade de diversos métodos de comunicação, como, por exemplo o patrocínio de uma emissão, prémios oferecidos num jogo, entre outros.

O nosso *spot* publicitário terá lugar numa rádio local, durante aproximadamente, três meses, com a possibilidade de uma futura transmissão. Terá a seguinte forma:

**“ BioGuarda – à mesa com a natureza. Produtos biológicos.  
Parque Industrial, 16 – Guarda. Seja saudável”.**

O *spot* passará depois dos noticiários porque se pensa que quem ouve o bloco noticioso deixa ficar o rádio ligado por mais algum tempo. O horário será durante a manhã de modo a publicitar o produto às donas de casa que precisam de fazer as suas compras e, à tarde, das 17:30 até às 19:30 de modo a abranger os potenciais clientes que saem dos seus empregos e precisam de fazer compras.

Para além da publicidade feita nos jornais e na rádio, a carrinha que transportará os nossos produtos também estará identificada, assim como será colocado um reclamo luminoso nas instalações.

No que diz respeito aos **investimentos em promoções e outros**, está-se a referir especialmente a:

- Relações Públicas;
- Promoção de Vendas;
- *Internet*;
- *Merchandising*.

### **Relações Públicas**

“As relações Públicas tem por objectivo o estabelecimento de relações de confiança entre uma empresa e os seus públicos, baseadas num acontecimento e compreensão recíprocas” (*Idem*, p. 345).

São inúmeros os meios de que a BioGuarda pode dispor para veicular a imagem e influenciar os públicos. Entre eles pretende-se:

- Contactar pessoalmente ou via CTT todos os produtores que tenham problemas em comercializar os seus produtos e se queiram associar à BioGuarda (Anexo 9).
- Convocar reuniões sempre que necessário.
- Participar em feiras de agricultura biológica, geralmente promovidas pela AGROBIO.
- No que diz respeito a futuras publicações, distribuir brochuras/folhetos informativos das qualidades e vantagens de consumir biológico (Brochura 1).

A BioGuarda também se disponibilizará a dar entrevistas ou a fornecer informações para a publicação de notícias e artigos em revistas e/ou jornais e ainda estará disponível sempre que solicitada por escolas ou associações a mostrar os seus produtos, forma de acondicionamento e rotulagem.

**Ilustração 3.1** - Brochura 1

**Fonte:** Elaboração própria

### **Promoção de Vendas**

“As promoções de venda são acontecimentos de *marketing* focalizados na acção cujo propósito é produzir um impacte directo no comportamento dos clientes das firmas” (Quelhas, Pedro, 2000: 3).

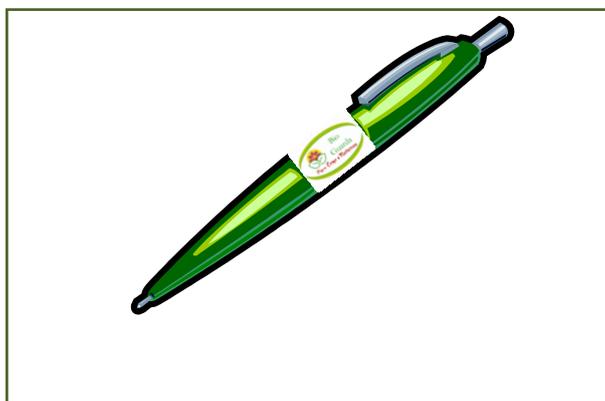
As promoções de vendas são concebidas não apenas para influenciar a decisão dos consumidores, mas também para facilitar e assegurar o apoio dos retalhistas.

Ao utilizarem-se alguns tipos de promoção de vendas, arrisca-se a que os consumidores só adquiram os produtos se estiverem em promoção e que a sua lealdade à marca decresça, em prejuízo da imagem de qualidade da mesma, visto que pode deslocar o interesse da marca para as promoções de vendas.

Em relação aos tipos de promoções de vendas que se pretendem utilizar, a cooperativa BioGuarda tenciona optar pelos brindes *on pack*, ou seja, colocados no exterior da embalagem. Este brinde para o consumidor “representa uma gratificação instantânea conseguida com o mínimo de esforço” (*Idem*, p. 59). Contudo, para a BioGuarda, o brinde pode significar uma aquisição não planeada, numa compra por impulso, mas só desta maneira o cliente que não estiver interessado em experimentar o produto, o vai fazer, podendo tornar-se um cliente fidelizado.

Os brindes que se premdem oferecer são esferográficas, calendários e blocos de compras.

**Ilustração 3.2 - Esferográfica**



**Fonte:** Elaboração própria

## Ilustração 3.3 - Bloco de Compras



Parque Industrial, Lote 16 – 6300 Guarda  
Tel. 271000 000 Fax: 271 111 111  
[www.bioguarda.pt](http://www.bioguarda.pt) Email: bioguarda@sapo.pt

**Lista de Compras:**

Fruta Bio Guarda	<input type="checkbox"/>	Água	<input type="checkbox"/>
Legumes Bio Guarda	<input type="checkbox"/>	Cereais	<input type="checkbox"/>
Massa	<input type="checkbox"/>	Iogurtes	<input type="checkbox"/>
Grão	<input type="checkbox"/>	Congelados	<input type="checkbox"/>
Feijão	<input type="checkbox"/>	Enchidos	<input type="checkbox"/>
Leite	<input type="checkbox"/>	Queijo	<input type="checkbox"/>
Carne	<input type="checkbox"/>	Fiambre	<input type="checkbox"/>
Peixe	<input type="checkbox"/>	Manteiga	<input type="checkbox"/>
Produtos de Higiene	<input type="checkbox"/>	Café	<input type="checkbox"/>
Detergentes	<input type="checkbox"/>	Açúcar	<input type="checkbox"/>
Azeite	<input type="checkbox"/>	Arroz	<input type="checkbox"/>
Óleo	<input type="checkbox"/>	Atum	<input type="checkbox"/>
Bolachas	<input type="checkbox"/>	Sal	<input type="checkbox"/>
Pão	<input type="checkbox"/>	Tostas	<input type="checkbox"/>
Vinho	<input type="checkbox"/>	Fósforos	<input type="checkbox"/>
Cerveja	<input type="checkbox"/>	Gu loseimas	<input type="checkbox"/>

Fonte: Elaboração própria

## Ilustração 3.4 – Calendário



Parque Industrial, Lote 16 – 6300 Guarda  
Tel. 271 000 000 Fax: 271 111 111  
[www.bioguarda.pt](http://www.bioguarda.pt) Email: bioguarda@sapo.pt

**2010**

<b>Janeiro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	<b>Fevereiro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28	<b>Março</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	<b>Abril</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
<b>Mai</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	<b>Junho</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	<b>Julho</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	<b>Agosto</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
<b>Setembro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	<b>Outubro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	<b>Novembro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	<b>Dezembro</b> S T Q Q S S D 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

Fonte: Elaboração própria

### **Internet**

A Internet será o meio de comunicação privilegiado pela Cooperativa. Em especial, o e-mail permitirá manter um contacto frequente com os clientes. A *Internet* servirá também para receber encomendas dos clientes, assim como, enviar informação solicitada, legislação, dar a conhecer formações e promoções aos produtores, e ainda, informar os sócios de alterações verificadas no decorrer da vida activa da Cooperativa.

O “site” terá como objectivo dar a conhecer a Cooperativa, os seus produtos e algumas curiosidades sobre os produtos biológicos.

### **Merchandising**

*É o conjunto de estudos e das técnicas de aplicação utilizadas pelos distribuidores e pelos produtores com vista a aumentar a rentabilidade do local de vendas e o escoamento dos produtos, através de uma adaptação permanente dos aprovisionamentos às necessidades dos mercados e da apresentação apropriada das mercadorias (Lindon, Denis et al., 2000: 379).*

O *Merchandising* pode ser de dois tipos: de **sedução**, quando pretende criar um ambiente e uma exposição que induz à compra, centrado na decoração do espaço de venda; e de **organização/gestão**, mais focalizado na rentabilidade do espaço na loja.

A BioGuarda optará por um *Merchandising* de sedução. Deste modo a decoração nas lojas de especialidade ficará ao encargo dos lojistas. Contudo a decoração nas grandes superfícies, terá como elemento identificador de biológico, um separador, o logótipo comunitário para a agricultura biológica e o logótipo da BioGuarda.

A figura da página seguinte mostrará a decoração feita no separador já que anteriormente foi mostrado o logótipo comunitário e o da BioGuarda, não havendo necessidade de o fazer novamente.

O espaço nas grandes superfícies terá de ser negociado. Para tal é necessário enviar uma proposta, a qual será avaliada e, posteriormente, será comunicada a resposta.

Figura 3.10 – Separador de produtos biológicos



Fonte: Elaboração Própria

Deste modo, em todos os espaços comerciais, tentar-se-á conjugar os dois tipos de *merchandising* sempre possível, criando um ambiente agradável e ao mesmo tempo que rentabilizando a comercialização dos produtos.

Tabela 3.6 – Tabela Resumo dos valores envolvidos em publicidade

Acção		Custos
Site na World Wide Web	Criação do site	800,00
	Anuidade	500,00
Spot na <i>Rádio Altitude</i>	Mensal	278,46
Spot na <i>Rádio F</i>	Mensal	263,50
Publicidade no <i>Jornal Nova Guarda</i>	Por publicidade	90,00
Publicidade no <i>Interior</i>	Por publicidade	60,00
Reclamo Luminoso	Unidade	450,00
Esferográficas	Unidade	0,60
Decoração da viatura	Unidade	50,00

Fonte: Elaboração própria

#### 3.2.4.4 - Política de distribuição

“Distribuir produtos é entregá-los no local certo, em quantidade suficiente, com as características pretendidas, no momento exacto e com os serviços necessários à sua venda, consumo e, nalguns casos, manutenção” (*Idem*, p. 257).

A Figura 3.11 apresenta o circuito de distribuição, onde se pretende que os produtos cheguem ao consumidor final ao mais baixo preço.

Figura 3.11 - Circuito de distribuição da BioGuarda



Fonte: Elaboração própria

Os produtos da cooperativa BioGuarda numa primeira fase destinam-se apenas ao mercado nacional, escolas do 1º ciclo, grandes superfícies e lojas da especialidade.

A grande aposta da cooperativa BioGuarda passa pelo fornecimento de frutas e produtos hortícolas nas escolas do 1º ciclo, devendo os órgãos da direcção candidatar-se ao programa que prevê a distribuição de frutas e legumes nas escolas, podendo esta solicitar a ajuda de acordo com o Artigo 102.º- GA do Regulamento (CE) n.º 1234/07 para um ou mais períodos anuais compreendidos entre 1 de Agosto e 31 de Julho, mediante a comunicação das suas estratégias à Comissão até 31 de Janeiro do ano em que o período em causa tenha início. Este novo programa da Comissão Europeia, arranca em Portugal em Outubro com a entrada em vigor da nova Portaria n.º 1242/2009. De acordo com o Artigo 4º, n.º 3 dessa Portaria as frutas e legumes a distribuir às crianças das escolas devem, preferencialmente, obedecer aos regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológico, de denominação de origem protegida ou de protecção integrada. Nos casos em que os produtos não sejam certificados os montantes da ajuda é limitada a 50% o que representa uma mais-valia para que a Cooperativa seja seleccionada.

Cabe às autoridades competentes de cada Estado-Membro seleccionar as entidades requerentes da ajuda, e nessa matéria a Cooperativa terá todas as condições necessárias

para apresentar um pedido de ajuda válido de acordo com a Estratégia Nacional do Regime de Fruta Escolar na promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens.

A entrega dos produtos nas escolas será da inteira responsabilidade da Cooperativa.

No que concerne às grandes superfícies, a distribuição (dentro da sua cadeia de superfícies) é feita pela própria empresa, competindo à Cooperativa somente a entrega do produto nas suas centrais de compras.

No que se refere às lojas da especialidade, sitas no distrito ou nos distritos fronteiriços a entrega dos produtos será assegurada pela BioGuarda, tendo, para retalhistas que se localizem noutra parte do país, numa fase posterior, de se recorrer a empresas de transportes especializadas.

Após a definição da tramitação da criação da Cooperativa, elaborada a estratégia de *Marketing* e definida a política comercial, vamos no Capítulo 4 proceder à análise económica e financeira da cooperativa BioGuarda.

# Capítulo 4

## Análise Económica e Financeira do Projecto

## **4.0 - Introdução**

Neste capítulo pretendemos apresentar os indicadores económicos de rentabilidade do investimento, os elementos de estudo da sua viabilidade financeira, bem como os pressupostos em que assentam tais conclusões. Este estudo económico-financeiro baseia-se na projecção de fluxos financeiros com base em pressupostos utilizados para a análise da viabilidade económico-financeira do projecto BioGuarda.

Com o intuito de não maçar o leitor, apresentamos no Anexo 1 toda a informação julgada pertinente para o projecto de investimento da BioGuarda.

## **4.1 - Identificação do Projecto**

Existem vários tipos de projectos de investimento, mas no caso em concreto deste estudo, a implementação da cooperativa BioGuarda, trata-se de um projecto por sector de actividade indirectamente produtiva de carácter social (Barros, 1991: 21), cujo objectivo é desenvolver actividades de suporte às actividades produtivas combinando a actividade económica sem fins lucrativos, com a prossecução de fins de declarado interesse público. Estas organizações (cooperativas) comprovadamente são capazes de induzir uma maior intervenção cívica e maior responsabilização colectiva na promoção do bem-estar social.

## **4.2 - Análise do Investimento**

Este projecto de investimento assenta em cinco pilares essenciais que são um conjunto de estudos feitos previamente, sendo fundamentais na preparação da tomada da decisão correcta. O estudo de mercado foi objecto de análise no terceiro capítulo deste relatório.

Os estudos atrás referenciados e que serão objecto de análise aprofundada neste capítulo são:

- Estudo de mercado;

- Estudo Técnico;
- Estudo Financeiro.

#### **4.2.1 - Estudo de Mercado**

O Estudo de mercado do projecto pode ser interpretado a três níveis:

- *Ao nível da actividade da Cooperativa* ou seja, a capacidade desta em comprar toda a produção biológica aos seus associados, e a eficiência dos Órgãos de Direcção em os colocar no mercado. A segmentação dos mercados e a fixação dos preços dos produtos no momento do lançamento é uma decisão altamente estratégica que terá de ter em conta os preços já anteriormente praticados pelos agricultores, o segmento a atingir e a concorrência.
- *Ao nível do sector agrícola em MPB*, dados anteriores referenciados comprovam que o sector na Beira Interior está em crescimento, não só ao nível das explorações, mas também de produtores e produtos.
- *Ao nível do meio ambiente macroeconómico*, o projecto BioGuarda gera oportunidades de emprego, promove a manutenção dos agricultores actuais e potencia a fixação de novos agricultores, não só ao nível da produção, mas também em outras actividades ligadas ao sector como sejam a comercialização, transformação, sensibilização dos consumidores, divulgação e outras, contribuindo para evitar a desertificação da Região da Beira Interior.

Uma visão estratégica da Cooperativa será a opção por novos mercados (compra/venda), incluindo os mercados Europeus. Nesta perspectiva tudo dependerá da estratégia a adoptar pela Cooperativa no futuro, já que a sua localização está dotada de excelentes infra-estruturas (cruzamento da A23 com A25), proximidade da rede ferroviária da linha da Beira Alta, Beira Baixa, ligações Internacionais e proximidade da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE).

#### **4.2.2 - Estudo Técnico**

Na aquisição de equipamentos optou-se por privilegiar o mercado local, segundo as condições de crédito dos fornecedores, assistência técnica, preços e desempenho dos equipamentos.

O processo de conservação, embalagem, e rotulagem dos produtos biológicos na Cooperativa, terão de estar em conformidade com as regras comunitárias para este tipo de produtos.

#### **4.2.3 - Quantificação do Investimento**

Na quantificação de investimento serão estimados os parâmetros de avaliação do projecto através dos principais critérios de análise.

##### **Tempo de Recuperação de Capital (TRC)**

Este critério dá-nos a informação sobre o período necessário de funcionamento do projecto para que o total dos fluxos de receitas e despesas iguale as despesas de investimento. É melhor para a empresa aquele projecto que mais rapidamente lhe permita reembolsar as despesas de investimento.

No caso do projecto de investimento da BioGuarda, e de acordo com os resultados obtidos no *Pay-Back* (Quadro A.29), verifica-se que o investimento será recuperado durante o segundo ano, ou seja, antes do período de vida útil do projecto de cinco anos.

Este critério apesar da sua simplicidade de cálculo e de análise é muito importante quando os riscos de mudança de mercado assumem proporções elevadas.

##### **Valor Actual Líquido (VAL)**

O VAL corresponde ao valor calculado pelo somatório das receitas, custo de exploração e investimento actualizados, ou descontados, para o momento de arranque do projecto. Torna-se portanto necessário calcular o valor actual, em termos financeiros, dos

diversos fluxos futuros, considerando para tal uma taxa de actualização (TA) correspondente a uma estimativa do custo de capital.

Neste critério de análise pode constatar-se que o VAL é de 233.748,64€ (Quadro A.28), superior a zero, o que proporciona uma adequada remuneração de capitais inerente à realização do investimento.

#### **A taxa de actualização**

Para o cálculo da taxa de actualização considerou-se a seguinte formula:  $[(1+t_1)*(1+t_2)*(1+t_3)]-1$ , em que:

- $t_1$  - taxa de obrigações do tesouro de 3%;
- $t_2$  - taxa de risco económico e financeiro do projecto de 5%;
- $t_3$  - taxa de inflação de 3%.

#### **Taxa Interna de Rentabilidade (TIR)**

A taxa interna de rentabilidade representa a taxa de actualização que torna nulo o seu VAL.

A taxa interna de rentabilidade obtida é de 218,58% (Quadro A.28), muito superior à taxa de actualização 11,39%, ou seja ao custo de capital.

#### **Índice de Rentabilidade (IR)**

O índice de rentabilidade indica a rentabilidade relativa de um projecto, e é igual à razão entre o valor actual dos *cash flows* e o valor actual dos investimentos. Se o índice de rentabilidade for superior à unidade, o projecto de investimento é rentável. No caso em concreto o índice é de 3,78 (Quadro A.28), o que significa que este é o valor actual dos *cash flows* para uma unidade dos custos de investimentos. Conclui-se perante este critério que o investimento é rentável. No entanto, muito embora o estudo feito até aqui, já tenha permitido tirar algumas conclusões, a prudência recomendará que se proceda a uma análise de sensibilidade do Projecto.

#### 4.2.4 - Estudo da Análise de Sensibilidade do Projecto

Para se ter uma maior confiança no investimento a realizar foi executada uma análise de sensibilidade para se conhecer a variação dos parâmetros de decisão (VAL, TIR, PAY-BACK, IR) em função do:

- Cenário A “valor das vendas e prestações de serviços” - variações de ( $\pm 30\%$ ).
- Cenário B “margens de comercialização” - variações de ( $\pm 30\%$ ).

Após a análise de sensibilidade do projecto (Quadro A.31), poder-se-ão retirar as seguintes ilações:

- Relativamente às variações obtidas para ambos os factores em análise “Vendas e Prestação de Serviços” e “Margens de Comercialização”, apesar de ser notório alguma sensibilidade do projecto para variações negativas superiores a 30%, mesmo assim nunca se põe em causa a sua rendibilidade/viabilidade. Contrapondo-se a esta situação, convém referir pelo realismo com que o projecto foi elaborado, que não se prevêem, em caso algum, variações negativas, nos seus valores, nesta ordem de grandeza.
- Deve referir-se que os dois cenários considerados representam realidades alternativas do mercado que a Cooperativa pode vir a encontrar, isto é, não será esta escolha a prevista para a Cooperativa, mas sim uma possível situação com que a Cooperativa se poderá deparar.

#### 4.2.5 - Estudo Financeiro

Após a análise do projecto de investimento confirma-se a viabilidade do projecto. Tal deve-se fundamentalmente ao facto de o projecto de investimento apresentar valores para os critérios de análise muito acima dos mínimos referidos.

O tempo de recuperação do capital (TRC) é muito inferior ao período de vida útil do projecto definido pela cooperativa. O capital será recuperado no decorrer do segundo ano, o que é um bom indicador de viabilidade.

O valor actual líquido (VAL) é superior a zero o que significa que o projecto é economicamente viável, proporcionando a integral recuperação do investimento, além de gerar capitais excedentes.

A taxa interna de rentabilidade (TIR) é muito elevada quando comparada com a taxa de actualização, o que vem também confirmar que o projecto se apresenta viável.

O índice de rentabilidade (IR) é superior a um, ou seja de 3,78 o que significa que o investimento inicial é recuperado e ainda gera excedentes.

**Tabela 3.7 - Resumo da Análise de Sensibilidade do Projecto**

Parâmetros de Decisão	Hipótese Base Projecto	Cenário A		Cenário B	
		Valor das Venda e Prestações de Serviços		Margens de Comercialização	
		+ 30%	- 30%	+ 30%	- 30%
<b>VAL</b>	233.748,64	390.623,55	78.873,53	391.752,68	75.744,60
<b>TIR</b>	218,58%	3.967,04%	53,24%	1.494,89%	56,38%
<b>Pay-Back</b>	1,53	1,03	2,98	1,07	4,96
<b>IR</b>	3,78	5,60	1,92	5,50	1,05

Fonte: Elaboração Própria

Da análise comparativa dos cenários A e B, constata-se que aquele que representa uma situação futura mais favorável é o cenário A, embora com valores aproximados ao cenário B na estimativa mais optimista (+30%). Quando analisamos a estimativa mais pessimista (-30%) o cenário B revela-se menos favorável nos parâmetros *Pay-Back* e IR.

Em jeito de conclusão, mesmo que o pior dos cenários se venha a concretizar, o que é altamente improvável, o projecto de criação de cooperativa BioGuarda afigura-se aliciente.

A BioGuarda criará na fase inicial 6 postos de trabalho directos, posteriormente poderá ter a necessidade de recorrer a contratação de mais funcionários.

## **Conclusão**

A elaboração deste projecto, fez-nos perceber que a população do mundo está cada vez mais exigente, no que concerne a questões do ambiente e de saúde pública.

Um dos grandes problemas mundiais é a desertificação dos solos, a qual está intimamente ligada a técnicas culturais que contribuem para uma diminuição do teor de matéria orgânica dos solos.

A agricultura biológica tem a grande vantagem de conciliar a produção de alimentos com a manutenção e fertilidade dos solos e preservação do meio ambiente.

Na verdade, são muitas as regiões em que predominam sistemas de agricultura tradicionais pouco intensivos e que como tal são tecnicamente fáceis de converter como é o caso da Beira Interior – a segunda maior região de área agrícola certificada do país.

Este trabalho de investigação recaiu sobre a segunda maior região agrícola Biológica certificada de Portugal, pelo grande potencial que detêm, e ainda, pelos problemas que se pretendem ver ultrapassados.

Com base na metodologia utilizada, pode verificar-se que os produtores Biológicos da Região da Beira Interior têm grandes dificuldades na comercialização dos seus produtos, principalmente nos produtos hortícolas e frutícolas.

Na expectativa de solucionar este problema foi proposta a criação da BioGuarda, uma Cooperativa Agrícola de produtos Biológicos, que apresenta índices de viabilidade económica/financeira extremamente aliciante.

A nova Constituição da República Portuguesa, pela primeira vez consagrava o sector cooperativo português e preconizava que cabia ao Estado estimular e apoiar a criação e a actividade das cooperativas, bem como definir os benefícios fiscais e financeiros de que estas poderiam usufruir (art. 85 da CRP).

A fim de estudar as formas mais eficazes e adequadas de cumprimento no que se refere ao apoio do Estado ao sector cooperativo, foi criado o Instituto António Sérgio de

Sector Cooperativo (INSCOOP), que tinha como objectivos fundamentais o fomento e expansão do sector, a sensibilização da Administração Pública para este propósito e a defesa da observância dos princípios cooperativos.

As cooperativas assumem uma Responsabilidade Social. E fazem-no porque o seu modelo de gestão assenta numa filosofia que desde sempre foi socialmente responsável; desde sempre procurou a valorização e a realização pessoal; desde sempre promoveu o desenvolvimento, a coesão e o bem-estar social.

O universo cooperativo em Portugal, apesar da pouca visibilidade, tem vindo a ser melhor compreendido, mais consciente, e a permitir que as pessoas se mobilizam para objectivos comuns. Foi com este pensamento cooperativo que a BioGuarda foi criada, confiantes que seja um projecto bem sucedido, (a análise económica e financeira feita ao projecto apresenta resultados positivos no que respeita à sua viabilidade) na procura de soluções para produtores e produtos, e por ainda ser o caminho apontado para despertar o interesse ou colmatar falhas de funcionamento de uma economia capitalista de mercado, onde se torna imperioso recuperar formas de produção de carácter mais ecológico.

A agricultura em Modo de Produção Biológico (MPB) apesar de ser considerada uma prática minoritária, os que a ela aderiram caracterizam-se por pertencerem a uma faixa etária jovem, de nível cultural tendenciosamente mais elevado e muito respeitadores do meio ambiente.

Esta prática agrícola em MPB tem vindo a aumentar, quer ao nível da produção, transformação, comercialização, quer ao nível do consumo. Este crescimento deve-se ao facto de uma maior consciencialização dos consumidores se preocuparem, cada vez mais, com a qualidade dos produtos e com o meio ambiente.

Face a esta consciencialização, entre 2001 e 2007, o cultivo dos chamados produtos biológicos vegetais em Portugal aumentou cerca de 70 por cento, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Gabinete de Planeamento e Política do Ministério da Agricultura, uma tendência que a Europa acompanhou.

Esta crescente preocupação dos consumidores em consumir produtos de grande qualidade, associada aos problemas ambientais, são os factores críticos de sucesso deste projecto, já que esta Cooperativa não visa o lucro, mas sim a satisfação das necessidades dos produtores de uma região de grande potencial mas com grandes dificuldades em colocar os seus produtos no mercado.

A criação da Cooperativa BioGuarda é vista como um incentivo à produção já que os produtores reconhecem, que através dela os seus produtos serão mais facilmente comercializados, pois o maior entrave à produção é a falta de mercado.

Na perspectiva de novos mercados, a Beira Interior encontra-se numa posição estratégica em termos nacionais e Ibéricos. A principal plataforma multimodal da Beira Interior é a cidade da Guarda, é o lugar privilegiado para a instalação de qualquer empresa com ambições a nível do mercado ibérico.

A implementação deste projecto seria para a sua autora, motivo de sucesso, se a Beira Interior passar a ser a primeira área agrícola certificada, já que tem potencial e soluções para isso, evitando assim, o despovoamento dos campos, melhorando o ambiente e assegurando a conservação do espaço rural.

**Para possíveis investigações na área da Agricultura Biológica, sugerimos:**

- Um Estudo de Mercado abrangente à Região do Centro, com o propósito de melhor conhecer esta Região, suas potencialidades em MPB e sua influência a nível de desenvolvimento, económico, social, emprego, PIB, entre outros;
- Uma outra sugestão para trabalhos futuros passa pela investigação de novos mercados para estes produtos, principalmente os mercados Europeus, já que esta região se encontra estrategicamente bem situada no que respeita a acessibilidades tanto no país como ao nível da Europa.

---

## Referências Bibliográficas

- *A Responsabilidade Social das Grandes Cooperativas Portuguesas*. (2008) INSCOOP, Lisboa.
- AFONSO, R. (1976) - “Enquadramento Jurídico do Sector Cooperativo”, *A Constituição e o Fomento Cooperativo, Comissão de Apoio às Cooperativas*. Lisboa.
- BARAÑANO, A. M. (2004) - Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão – *Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação*. Lisboa, Edições Sílabo.
- BARROS, Carlos (1991) - *Decisões de Investimento e Financiamento de Projectos*. 2ª Edição. Lisboa, Edições Sílabo.
- BILHIM, F., A., João (2004) - *Teoria Organizacional – Estrutura e Pessoas*. 3ª Edição. Instituto Superior de ciências Sociais e Políticas.
- CAMARA, B. P. et al., (1997) - *Humanator – Recursos Humanos e Sucesso Empresarial*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CARAPETO, C., Fonseca, F. (2006) - *Administração Pública: Modernização, Qualidade e Inovação*. 2ª Edição. Lisboa, Sílabo.
- CARDADEIRO, Filomena et al., (s. d.) - *Técnicas de organização empresarial – Bloco 1*. 2ª Edição. s. l, Plátano Editora.
- CARVALHO, Agostinho (2000) - “Potencialidades de Criação de Emprego no Âmbito da Agricultura Biológica”, Instituto do Emprego e Formação Profissional. Maio.
- CEIA, Carlos (1995) - *Normas para apresentação de trabalhos científicos*; 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença.
- CONCEIÇÃO, J. et al., (1998) - *Manual de Agricultura Biológica: fertilização e protecção das plantas para uma agricultura sustentável*. Lisboa, AGROBIO.
- CRISTÓVÃO, A., PEREIRA, E. F. (1995) - *Agricultura Biológica: Uma Alternativa para Trás-os-Montes?* Revista Estudos Transmontanos, Nº 6, pp. 239-268.
- FERREIRA, J. C., Strecht, António; Ribeiro, J. Raul; Soeiro, Ana Cotrim, Guilhermina (2002) - *Manual de Agricultura Biológica Fertilização e Protecção das Plantas para uma Agricultura Sustentável*, 3ª Edição. Lisboa, AGROBIO.
- FERREIRA, Jorge Conceição et al., (1999) - *Manual de agricultura biológica, fertilização e protecção das plantas para uma agricultura sustentável*. 2ª Edição. Lisboa, AGROBIO.
- FERREIRA, Jorge Conceição et al., (2008) - “As Bases da Agricultura Biológica”, Tomo I – Produção Vegetal. 1ª Edição. Lisboa, EDIBIO.
- FRADA, João José C., (2001) - *Guia Prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*. 11ª Edição. Lisboa, Edições Cosmos.
- FREIRE, Adriano (1997) - *Estratégia, Sucesso em Portugal*. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Verbo.
- HELFER, J. P.; Orsoni, J. (1996) - *Marketing*. 1ª Edição. Lisboa, Edições Sílabo.
- HOWARD, Albert (1996) - “*An Agricultural Testament*”. Londres, Oxford University Press. 1943
- INDRIIO, Francesco (1995) - *Agricultura biológica*. 2ª Edição. Colecção Euroagro. América, Publicações Europa.

- Instituto Cooperativo António Sérgio (INSCOOP, 2008). *As 100 Maiores Empresas Cooperativas*. Lisboa: INSCOOP.
- LINDON, Denis et al., (2000) - *Mercator*. 9ª Edição. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MADER, P., et al., (2002) - *Soil Fertility and Biodiversity in Organic Farming*, in *Science*, Vol 296.
- MARQUES, C. P.; Teixeira, M. S. (1998) - *Atitudes dos consumidores portugueses face ao azeite biológico*. In Jornadas Interprofissionais Agro-Alimentares, Mirandela, 26-29 Março.
- MONTEIRO, Guilherme (2002) - “*Noções Elementares de Marketing e Publicidade*”, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- MORENO, J. L.; António, G. C.(1991) - *La Agricultura Ecologica, Hojas Divulgadoras*, Num. 11/90 HD. Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentacion.
- NUNES, F., et al., (2002) - *O sector cooperativo em Portugal: delimitações, caracterização e potencialidade*. Lisboa, INSCOOP.
- NUNES, João Coelho; Cavique, Luís (2001) - *Plano de Marketing, Estratégia em acção*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PIRES, Aníbal; Santos, Ana Paula (1996) - *Satisfação dos clientes, Um objectivo estratégico de gestão*. 1ª Edição. Lisboa, Texto Editora.
- *Plano Oficial de Contabilidade* (1998). 22ª Edição. s. l., Porto Editora.
- QUELHAS, Pedro (2000) - *Como fazer promoção de vendas*. 2ª Edição. s.l., Mc-Graw Hill
- RODALE, Robert (1948) - “*The organic front*”. EUA, Rodale Press.
- SILGUY, Catherine (2004) - “*Introdução à Agricultura Biológica – Fundamentos e Realidades*”. Mem-Martins (Portugal), Publicações Europa-América.
- SILGUY, Catherine. (s.d.) – *La agricultura biológica- técnicas eficaces y no contaminantes*. Zaragoza (Espanña), Editorial Acribia, S. A.
- SILVA, M. E. (2000) - *Agricultores e Agriculturas Biológicas em Produção de Azeitona para Azeite na Região de Trás-os-Montes e em Horticultura e Vinha na Região de Entre Douro e Minho*. Tese de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados. Vila Real: UTAD.
- STEINER, R. (2001) - *Fundamentos da Agricultura Biodinâmica: vida nova para a terra*. 3.Edição. São Paulo, Antroposófica.
- STOCKDALE E. A. et al. (2001) - “*Agronomic and Enviromental Implications of Organic Farming Systems*” in *Advances in Agronomy*, Vol 70.
- VILÁ, Carlos Bellapart (1996) - *Nueva agricultura biológica*. s.l., Ediciones Mundi-Prensa.
- VISSCHER, M. (s. d) - “*Myths about Industrial Agriculture*” in *ODE Magazine*, vol 4.

---

## WEB Referências Bibliográfica

- Agroportal – Agricultura Biológica. Disponível em [\[http://www.agroportal.pt/Agros/agricultura/biologica.htm\]](http://www.agroportal.pt/Agros/agricultura/biologica.htm). Consultado em Novembro/2008.
- Associação interpessoal para a Agricultura Biológica (INTERBIO 2009). Agricultura Biológica: produção e consumo. [Disponível em <http://interbio.designetico.org/node/5>]. Consultado em Novembro/2009.
- Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (AGROBIO, 2008). [Disponível em [www.agrobio.pt](http://www.agrobio.pt)]. Consultado em Novembro/2008.
- Banco de Portugal – Boletim Económico – Primavera 2009. [Disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx>], Consultado em Julho/2009.
- Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola em Portugal (CONFAGRI 2009). Mundo Rural – Produtos Regras e Obrigações. [Disponível em <http://www.confagri.pt/PoliticaAgricola/Temas/AgriculturaBiologica/>]. Consultado em Outubro/2009.
- Cooperativa António Sérgio para a Solidariedade Social. Distribuição de Cooperativas por Ramos Cooperativos. [Disponível em <http://www.inscoop.pt/Inscoop/sectcooperativo/estatisticas/estatisticascooperativasramos2008.html>] Consultado em Novembro/2009.
- FIRMINO, A., (2007). Guia das Explorações de Agricultura Biológica, Beira Interior. (ARABBI, 2008). [Disponível em <http://www.fsh.unl.pt/gabi/BeiraInterior/BeiraInterior.html>]. Consultado em Dezembro /2008.
- Gabinete de Planeamento e Políticas Agro-Alimentares (GPPAA, 2009). Desenvolvimento Rural após 2006. [Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/Biologica/>]. Consultado em Fevereiro/2009.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – Programa de Desenvolvimento Cooperativo – PRODESCOOP. [Disponível em [http://www.iefp.pt/apoios/entidades\\_sem\\_fins\\_lucrativos/sectorial/Paginas/PRODESCOOP.aspx](http://www.iefp.pt/apoios/entidades_sem_fins_lucrativos/sectorial/Paginas/PRODESCOOP.aspx)]. Consultado em Maio/2009.
- Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRAH, 2009). Dados estatísticos de Agricultura Biológica. [Disponível em [www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/op\\_vegbi11%200604.html](http://www.idrha.min-agricultura.pt/agribiologica/op_vegbi11%200604.html)] Consultado em Setembro /2009.
- Instituto do Registo de Notariado – Serviços Disponíveis para Empresas. [Disponível em [www.irn.mj.pt](http://www.irn.mj.pt)]. Consultado em Março/2009.
- *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM, 2008). Principais Organismos. [Disponível em <http://www.ifoam.org/index.html>]. Consultado em Janeiro/2009.
- LLORENS, L. *et al.* (2007). *Organic farming in the EU*. [Disponível em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=STAT/07/80>]. Consultado em Dezembro/2009.
- Ministério da Agricultura do desenvolvimento rural e das Pescas (MADRP, 2008). Gabinete de Planeamento e Políticas. [Disponível em [http://www.gpp.pt/Biologica/MPB\\_OC1Mar10%20.pdf](http://www.gpp.pt/Biologica/MPB_OC1Mar10%20.pdf)]. Consultado em Novembro/2008.

- 
- Ministério da Agricultura do desenvolvimento Rural e das Pescas (MARRP, 2008) – Gabinete do Ministro. Carta Ibérica para a Sustentabilidade e Desenvolvimento da Agricultura Biológica. [Disponível em: [http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/Imprensa/nt\\_xvii/NT\\_2008/CartaIberica.pdf?template](http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT/servicos/Imprensa/nt_xvii/NT_2008/CartaIberica.pdf?template)]. Consultado em Maio/2009.
  - Ministério da Agricultura do desenvolvimento rural e das Pescas (MADRP) – Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (2004-2007). [Disponível em [www.europa.eu.int/comm/agriculture/qual/organic/index\\_pt.htm](http://www.europa.eu.int/comm/agriculture/qual/organic/index_pt.htm)]. Consultado em Maio/2009.
  - Programa de desenvolvimento Rural (PRODER, 2008). Novas Medidas Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais. Alteração de modos de Produção Agrícola – Produção Integrada e Produção Biológica. [Disponível em <http://www.proder.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=429>]. Consultado em Junho/2009.
  - Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PRODER, 2009). Medidas Agro-Ambientais, Vector 1 – Agricultura Biológica. [Disponível em <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/drural/>]. Consultado em Junho/2009.
  - Segurança social – Formulários. [Disponível em [http://www1.seg-social.pt/do\\_formulario.asp?01.05](http://www1.seg-social.pt/do_formulario.asp?01.05)]. Consultado em Fevereiro/2009.
  - SILVA, J. L. C. – Agricultura e mercados na Beira Interior (DRABI, 2003). [Disponível em <http://clientes.netvisao.pt/jlcs/docs/AgBiologicaBeira%20Interior.pdf>]. Consultado em Março/2009.
  - THIELEN, E.R. (2010). *Area under organic farming increased by 7.4 percent between 2007 and 2008 in the EU-27*. [Disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-10-010/EN/KS-SF-10-010-EN.PDF)]. Consultado em Dezembro/2009.

## Legislação

- Assembleia da República (AR, 1996), Lei n.º 51/96, Código Cooperativo, *Diário da República* n.º 208, Serie A-1, de 7 de Setembro.
- Assembleia da República (AR, 1998), Lei n.º 85/98, Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC), *Diário da República* n.º 289, Serie A-1, de 16 de Dezembro.
- Comissão das Comunidades Europeias, Regulamento (CE, 2008), n.º 889/08. Estabelece normas de execução do regime de pagamento único previsto no título III do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores. COM (2009) 250 final, Bruxelas: *Publicações Oficiais da Comissão Europeia*, 8 de Setembro.
- Comissão das Comunidades Europeias, Regulamento (CE, 2009), n.º 288/09, que altera o Regulamento (CE) n.º 1913/2006. Estabelece normas de execução do regime agrimonetário do euro no sector agrícola, no que respeita aos factos geradores relativos ao regime de distribuição de fruta nas escolas, e que estabelece uma derrogação desse regulamento. COM (2009) 201, Bruxelas: *Publicações Oficiais do Comissão Europeia*, 8 de Abril.
- Conselho das Comunidades Europeias, Regulamento (CE, 2005), n.º 1698/05, Relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). CON (2002) 277: *Publicações Oficiais da União Europeia*, 21 de Outubro.

- Conselho das Comunidades Europeias, regulamento (CE, 2007), nº 1234/07, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única»). COM (2008) 299: *Publicações Oficiais da União Europeia*, 16 de Novembro.
- Conselho das Comunidades Europeias, Regulamento (CEE, 1991), nº 2092/91 relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios. COM (1991) 198: *Publicações Oficiais da União Europeia*, 22 de Julho.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 1999), Decreto-Lei nº.335/99. As cooperativas agrícolas do primeiro grau e as suas organizações de grau superior regem-se pelas disposições do presente diploma. *Diário da República* nº. 89, Serie A-1, 20 de Agosto.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2002). Portaria nº 180/02. Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo Produção Biológico. *Diário da República* nº. 50, 28 de Fevereiro.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2008). Portaria nº 229-B/08, Estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável, tem como objectivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural. *Diário da República* nº. 47, Serie 1, 6 de Março.
- Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP, 2009). Portaria nº. 520/09. Estabelece como objectivos o aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura, a melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como a promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação das actividades económicas. *Diário da República* nº. 93, Serie 1, 14 de Maio.
- Ministério da Agricultura, do desenvolvimento Rural e das Pescas, da Saúde e da Educação (MADRP; MS; ME., 2009). Portaria 1242/09. Estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «COM única»), instituiu, por via da alteração introduzida pelo Regulamento (CE) n.º 13/2009, do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, artigo 4.º e alínea f) do artigo 103.º -H, uma ajuda comunitária no quadro de um regime de distribuição de frutas e hortícolas nas escolas. *Diário da República* nº. 197, 12 de Outubro.
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS, 2009). Decreto-Lei nº 282/09. Criação pelo Estado Português da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social — Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada. *Diário da República* nº 194, Serie1,7 de Outubro.

# Anexos

---

**ÍNDICE DE ANEXOS**

INDICE DE QUADROS .....	115
ANEXO 1 - PROJECTO DE INVESTIMENTO BIOGUARDA .....	116
ANEXO 2 - CARTA AOS AGRICULTORES/QUESTIONÁRIOS.....	134
ANEXO 3 - ACTA DE FUNDADORES.....	140
ANEXO 4 - ESCRITURA PÚBLICA.....	143
ANEXO 5 - ESTATUTOS DA BIOGUARDA .....	146
ANEXO 6 - REGULAMENTO INTERNO .....	155
ANEXO 7 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO.....	157
ANEXO 8 - ESTACIONÁRIO .....	161
ANEXO 9 - CARTA AOS PRODUTORES.....	164
ANEXO 10 - PLANTA DAS INSTALAÇÕES DA BIOGUARDA.....	167
ANEXO 11 - ORÇAMENTOS .....	169

---

**INDICE DE QUADROS**

QUADRO A.1 - INVESTIMENTO EM ACTIVO FIXO .....	118
QUADRO A.2 - FINANCIAMENTO .....	119
QUADRO A.3- LEASING PARA TRANSPORTE (MONTANTE DO FINANCIAMENTO).....	119
QUADRO A.4 - LEASING PARA TRANSPORTE - PLANO DE INVESTIMENTO MENSAL (VALORES EM €).....	119
QUADRO A.5 - QUANTIDADES VENDIDAS/PREÇOS DE VENDA (VALORES EM €).....	121
QUADRO A.6 - VENDAS TOTAIS ANUAIS (PREÇOS CORRENTES €) .....	121
QUADRO A.7 - CUSTO E VENDA POR QUILO DOS PRODUTOS VENDIDOS (VALORES EM €) .....	122
QUADRO A.8 - CUSTO GLOBAL DAS COMPRAS/QUANTIDADES .....	122
QUADRO A.9 - CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS – (VALORES EM EUROS).....	123
QUADRO A.10- MARGENS COMERCIAIS - (VALORES EM EUROS).....	123
QUADRO A.11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (VALORES EM €).....	123
QUADRO A.12 - VOLUME DE FSE `S MENSIS LÍQUIDOS DE IVA 2010 .....	124
QUADRO A.13 - POSTOS DE TRABALHO EXISTENTES .....	124
QUADRO A.14 - REMUNERAÇÕES BASE EM 2010 (VALORES EM €) .....	124
QUADRO A.15 - CUSTOS ANUAIS COM O PESSOAL (VALORES EM €).....	124
QUADRO A.16 - INVESTIMENTO IMOBILIZADO E AMORTIZAÇÕES.....	125
QUADRO A.17 -CÁLCULO AUXILIAR DO FUNDO DE MANEIO NECESSÁRIO (VALORES EM €) .....	125
QUADRO A.18 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (VALORES EM €).....	126
QUADRO A.19 - DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES .....	126
QUADRO A.20- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL (VALORES EM €) .....	127
QUADRO A.21 - BALANÇO PREVISIONAL DA BIOGUARDA (VALORES EM €).....	127
QUADRO A.22 - MAPA PREVISIONAL DE TESOURARIA/FINANCEIRO (VALORES EM €) .....	128
QUADRO A.23 - PANO DE FINANCIAMENTO DO PROJECTO (VALORES EM €).....	129
QUADRO A.24 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRECTO (VALORES EM €) .....	130
QUADRO A.25 - PONTO CRÍTICO DAS VENDAS (VALORES EM €) .....	131
QUADRO A.26 - MAPA DO CALCULO DO CASH-FLOW DO PROJECTO (VALORES EM €).....	131
QUADRO A.27 - TAXA DE ACTUALIZAÇÃO (TA) A PREÇOS CORRENTES.....	132
QUADRO A.28 - INDICADORES .....	132
QUADRO A.29 - CÁLCULO DO PERÍODO DE RECUPERAÇÃO DO PROJECTO (PAY-BACK) .....	132
QUADRO A.30- CÁLCULO DO ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO PROJECTO (VALORES EM €).....	132
QUADRO A.31- PREVISÃO DE CENÁRIOS PARA ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO PROJECTO. ....	133

# **Anexo 1**

## **Projecto de Investimento - BioGuarda**

---

## Projecto de Investimento - BioGuarda

### 1 - Pressupostos Gerais

Os pressupostos utilizados para a análise da viabilidade Económico-Financeira do projecto são os seguintes:

1. A actividade comercial da cooperativa terá início em 2010;
2. A viabilidade do projecto será elaborada por um período de cinco anos;
3. A análise será a preços correntes;
4. Prazo Médio de Recebimentos a 30 dias;
5. Prazo médio de pagamentos de fornecedores corresponde a 45 dias das compras;
6. Prazo médio de pagamentos dos fornecedores de FSE corresponde a 45 dias;
7. Não são consideradas provisões;
8. O imobilizado será valorizado ao custo de aquisição, que inclui o valor da factura e os restantes encargos à sua entrada em funcionamento;
9. Não serão consideradas reavaliações do imobilizado;
10. No cálculo das amortizações considerou-se o método das quotas constantes;
11. A taxa de inflação anual utilizada no período de vida útil do projecto será de 3%.

#### 1.1 - Discriminação de outros Pressupostos

1. Taxa Empréstimos Curto Prazo (Tesouraria) 7,5%
2. Impostos Directos 0,50% - vendas
3. Outros Custos Operacionais 0,50% - Vendas
4. Imposto sobre o Rendimento 20,0%
5. Número de meses a considerar no 1º ano do Projecto - 12
6. Número de dias a considerar no 1º ano do projecto – 360

### 2 - Investimento Global

Nesta fase, segue-se o estudo com a descrição do Investimento Global e respectiva forma de financiamento:

#### 2.1 - Investimento

Os instrumentos que fazem parte do Equipamento Básico são os indispensáveis ao controle de qualidade e ao bom funcionamento da cooperativa. Este investimento será efectuado em 2010, ano de início do projecto.

O investimento a efectuar foi calculado com base em valores e orçamentos fornecidos (Anexo 11).

Quadro A.1 – Investimento em activo fixo

Investimento Global	(Valores em €)
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	
Propriedade Industrial	400
Elaboração de página na Web	1.300
<b>Total do Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>1.700</b>
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	
<b>Equipamento Básico</b>	
Câmaras de Conservação	13.428,57
Máquina de Embalar Vácuo	3.857,14
Máquina de Embaladora	357,14
Balança Etiquetadora Autocolante	2.714,29
Unidade Climatizadora	3.928,57
Empilhadora	38.080,00
<b>Equipamento de Transporte</b>	
Carrinha Mitsubishi	38.584,63
	<b>Valores em €</b>
<b>Equipamento Informático</b>	
Computador DI PIV 160GB, 1024 MB	762,15
Monitor 17" SAMSUNG	335,71
Multifunções OFFICE SET HP	420,00
Windows XP Microsoft	190,00
Office 2003 SB Port Microsoft	331,00
Software GESPOS	700,00
UPS T 700 HP	350,00
<b>Equipamento Administrativo</b>	
Mesa Reuniões	714,29
Cadeiras de Apoio	300,00
Cadeiras Administrativas	514,29
Secretárias	642,86
<b>Total do Imobilizado Corpóreo</b>	<b>106.210,64</b>
<b>Total</b>	<b>107.910,64</b>

O equipamento administrativo é composto pelo material de escritório, material informático e pelo mobiliário necessário para o desempenho das funções de gestão da BioGuarda.

Com as novas tendências da comunicação/publicidade, tornou-se imprescindível a elaboração de um *Web Site*. Para uma gestão eficaz será necessária a instalação e configuração de um *software* de rede para que todos os operadores estejam ligados entre si, com a informação sempre actualizada. Será ainda fundamental a legalização do *software*, isto é, licença de utilização do *Office* e ainda o Programa de Gestão. É de realçar que será registada a marca da cooperativa de modo a não haver plágio da patente.

## 2.2 - Formas de Financiamento

A cooperativa não dispõe de capacidade financeira face ao investimento total. Considerou-se então em recorrer a capitais alheios, nomeadamente ao *Leasing* para a aquisição de viaturas, com a duração de 71

meses. Outra forma de financiamento será a candidatura ao PRODER, pois este projecto reúne todos os requisitos necessários.

**Quadro A.2 – Financiamento**

Financiamento	
Capitais Alheios	Valores em €
Leasing do Transporte	38.584,63
Empréstimos Bancários	10.000,00
Incentivo PRODER	150.000,00
<b>Total do Capital Alheio</b>	<b>198.584,63</b>

O incentivo ao PRODER representa 60% do valor do investimento total.

### Leasing para Transporte

**Quadro A.3- Leasing para Transporte (Montante do Financiamento)**

Montante de financiamento	<b>43.873,05 EUR</b>	TAEG	<b>9,40 %</b>
Capital pretendido	<b>38.584,63 EUR</b>	TAN	<b>7,50 %</b>
Encargos incluídos no financiamento	<b>5.289,05 EUR</b>	Prestação *	<b>763,65 EUR</b>
* A prestação inclui: capital + juros + imposto			

**O empréstimo está sujeito aos seguintes encargos:**

Comissão de estudo de processo + IS	<b>1139,44 EUR</b>	Prémio de seguro	<b>3.886,37 EUR</b>
Imposto selo sobre utilização crédito	<b>263,24 EUR</b>		

Tal como no quadro anterior, seguem-se de forma esquemática os juros e amortizações relativamente ao Leasing automóvel, ao longo de 71 meses.

**Quadro A.4 - Leasing para transporte - Plano de Investimento mensal (Valores em €)**

	Mês	Capital em Dívida	Capital Amortizado	Juros	IS S/ Juros	CLP+IS	Prestação Final
1	Jan-10	43.873,05	478,47	274,21	10,97	1,04	764,69
2	Fev-10	43.394,58	481,58	271,22	10,85	1,04	764,69
3	Mar-10	42.913,00	484,71	268,21	10,73	1,04	764,69
4	Abr-10	42.428,29	487,86	265,18	10,61	1,04	764,69
5	Mai-10	41.940,43	491,03	262,13	10,49	1,04	764,69
6	Jun-10	41.449,40	494,23	259,06	10,36	1,04	764,69
7	Jul-10	40.955,17	497,44	255,97	10,24	1,04	764,69
8	Ago-10	40.457,73	500,68	252,86	10,11	1,04	764,69
9	Set-10	39.957,05	503,93	249,73	9,99	1,04	764,69
10	Out-10	39.453,12	507,21	246,58	9,86	1,04	764,69
11	Nov-10	38.945,91	510,5	243,41	9,74	1,04	764,69
12	Dez-10	38.435,41	513,82	240,22	9,61	1,04	764,69
13	Jan-11	37.921,59	517,16	237,01	9,48	1,04	764,69
14	Fev-11	37.404,43	520,52	233,78	9,35	1,04	764,69
15	Mar-11	36.883,91	523,91	230,52	9,22	1,04	764,69
16	Abr-11	36.360,00	527,31	227,25	9,09	1,04	764,69
17	Mai-11	35.832,69	530,74	223,95	8,96	1,04	764,69
18	Jun-11	35.301,95	534,18	220,64	8,83	1,04	764,69
19	Jul-11	34.767,77	537,66	217,3	8,69	1,04	764,69
20	Ago-11	34.230,11	541,15	213,94	8,56	1,04	764,69
21	Set-11	33.688,96	544,67	210,56	8,42	1,04	764,69

22	Out-11	33.144,29	548,21	207,15	8,29	1,04	764,69
23	Nov-11	32.596,08	551,77	203,73	8,15	1,04	764,69
24	Dez-11	32.044,31	555,36	200,28	8,01	1,04	764,69
25	Jan-12	31.488,95	558,97	196,81	7,87	1,04	764,69
26	Fev-12	30.929,98	562,61	193,31	7,73	1,04	764,69
27	Mar-12	30.367,37	566,26	189,8	7,59	1,04	764,69
28	Abr-12	29.801,11	569,94	186,26	7,45	1,04	764,69
29	Mai-12	29.231,17	573,65	182,69	7,31	1,04	764,69
30	Jun-12	28.657,52	577,38	179,11	7,16	1,04	764,69
31	Jul-12	28.080,14	581,13	175,5	7,02	1,04	764,69
32	Ago-12	27.499,01	584,91	171,87	6,87	1,04	764,69
33	Set-12	26.914,10	588,71	168,21	6,73	1,04	764,69
34	Out-12	26.325,39	592,54	164,53	6,58	1,04	764,69
35	Nov-12	25.732,85	596,39	160,83	6,43	1,04	764,69
36	Dez-12	25.136,46	600,27	157,1	6,28	1,04	764,69
37	Jan-13	24.536,19	604,17	153,35	6,13	1,04	764,69
38	Fev-13	23.932,02	608,09	149,58	5,98	1,04	764,69
39	Mar-13	23.323,93	612,05	145,77	5,83	1,04	764,69
40	Abr-13	22.711,88	616,02	141,95	5,68	1,04	764,69
41	Mai-13	22.095,86	620,03	138,1	5,52	1,04	764,69
42	Jun-13	21.475,83	624,06	134,22	5,37	1,04	764,69
43	Jul-13	20.851,77	628,12	130,32	5,21	1,04	764,69
44	Ago-13	20.223,65	632,19	126,4	5,06	1,04	764,69
45	Set-13	19.591,46	636,3	122,45	4,9	1,04	764,69
46	Out-13	18.955,16	640,44	118,47	4,74	1,04	764,69
47	Nov-13	18.314,72	644,6	114,47	4,58	1,04	764,69
48	Dez-13	17.670,12	648,79	110,44	4,42	1,04	764,69
49	Jan-14	17.021,33	653,01	106,38	4,26	1,04	764,69
50	Fev-14	16.368,32	657,26	102,3	4,09	1,04	764,69
51	Mar-14	15.711,06	661,53	98,19	3,93	1,04	764,69
52	Abr-14	15.049,53	665,83	94,06	3,76	1,04	764,69
53	Mai-14	14.383,70	670,15	89,9	3,6	1,04	764,69
54	Jun-14	13.713,55	674,51	85,71	3,43	1,04	764,69
55	Jul-14	13.039,04	678,9	81,49	3,26	1,04	764,69
56	Ago-14	12.360,14	683,31	77,25	3,09	1,04	764,69
57	Set-14	11.676,83	687,75	72,98	2,92	1,04	764,69
58	Out-14	10.989,08	692,22	68,68	2,75	1,04	764,69
59	Nov-14	10.296,86	696,72	64,36	2,57	1,04	764,69
60	Dez-14	9.600,14	701,25	60	2,4	1,04	764,69
61	Jan-15	8.898,89	705,81	55,62	2,22	1,04	764,69
62	Fev-15	8.193,08	710,39	51,21	2,05	1,04	764,69
63	Mar-15	7.482,69	715,01	46,77	1,87	1,04	764,69
64	Abr-15	6.767,68	719,66	42,3	1,69	1,04	764,69
65	Mai-15	6.048,02	724,34	37,8	1,51	1,04	764,69
66	Jun-15	5.323,68	729,05	33,27	1,33	1,04	764,69
67	Jul-15	4.594,63	733,78	28,72	1,15	1,04	764,69
68	Ago-15	3.860,85	738,55	24,13	0,97	1,04	764,69
69	Set-15	3.122,30	743,36	19,51	0,78	1,04	764,69
70	Out-15	2.378,94	748,19	14,87	0,59	1,04	764,69
71	Nov-15	1.630,75	1.630,75	10,19	0,41	1,04	1.642,39
			<b>43.873,05</b>	<b>10.792,1</b>	<b>431,68</b>	<b>73,84</b>	<b>55.170,69</b>

Valor residual a amortizar no fim do empréstimo

877,46

## Amortização anual do transporte

Anos	Amortizações €
2010	5.951,46
2011	6.432,64
2012	6.952,76
2013	7.514,86
2014	8.122,44
2015	8.898,89
<b>Empréstimo</b>	<b>43.873,05</b>

### 3 - Rendimentos e Gastos

Neste ponto será efectuado o levantamento dos proveitos e dos custos inerentes ao projecto. Assim, começar-se-á por apresentar os proveitos e em seguida serão discriminados todos os custos a suportar.

#### 3.1 - Rendimentos/ vendas previsionais

**Quadro A.5 – Quantidades Vendidas/Preços de Venda (valores em €)**

Produto	Preço de Venda €/Kg	2010	
		Qt. em kg	Valor €
Couve Portuguesa	2,00	6.000	15.120,00
Alface	2,00	10.000	25.200,00
Cenoura	0,88	15.000	20.925,00
Tomate	2,50	9.500	28.690,00
Batata	0,75	20.000	16.400,00
Couve-Flor	1,63	3.000	6.435,00
Alhos	3,50	2.500	10.050,00
Brócolos	1,65	6.500	14.105,00
Cebolas	0,87	10.000	13.950,00
Ervilhas	4,00	3.000	13.560,00
Nabos	0,87	4.000	5.580,00
Tangeria	1,40	3.500	6.720,00
Maça	1,37	17.000	32.215,00
Morango	2,00	2.500	6.300,00
Pêssego	2,00	13.000	32.760,00
Pêra	1,63	14.000	30.030,00
Meloa	2,13	10.000	26.450,00
Laranja	1,95	16.000	39.520,00
Kiwi	2,37	9.000	26.055,00
Cereja	3,50	8.500	34.170,00
Uva	2,17	11.000	29.645,00
<b>Total</b>		<b>194.000</b>	<b>433.880,00</b>

No quadro seguinte é apresentada a previsão de vendas para o período de vida útil do projecto. Em relação às quantidades vendidas, os valores derivam de uma previsão da produção.

**Quadro A.6- Vendas Totais Anuais (Preços Correntes €)**

Produtos Biológicos	2010	2011	2012	2013	2014
Frutas/Legumes	433.880,00	460.303,29	488.335,76	518.075,41	549.626,20
<b>Totais</b>	<b>433.880,00</b>	<b>460.303,29</b>	<b>488.335,76</b>	<b>518.075,41</b>	<b>549.626,20</b>

### 3.2 - Gastos

#### 3.2.1 - Custos Iniciais dos Produtos Vendidos

Para uma melhor quantificação das necessidades financeiras convém saber o custo unitário dos materiais indispensáveis para colocar os produtos à disposição do consumidor final. Assim ao preço de compra há que adicionar ainda os preços dos materiais. É isso que se pretende demonstrar no Quadro A.7

Quadro A.7 - Custo e Venda por quilo dos produtos vendidos (Valores em €)

Produtos	Preço (Compra) Custo kg	Preço Venda Kg	Materiais			Preço final Kg Compras	Preço Final Kg Vendas
			Cuvete	Película	Rótulo		
Couve Portuguesa	0,80	2,00	0,45	0,03	0,04	1,32	2,52
Alface	0,80	2,00	0,45	0,03	0,04	1,32	2,52
Cenoura	0,35	0,88	0,45	0,03	0,04	0,87	1,40
Tomate	1,00	2,50	0,45	0,03	0,04	1,52	3,02
Batata	0,30	0,75	---	0,03	0,04	0,37	0,82
Couve-Flor	0,65	1,63	0,45	0,03	0,04	1,17	2,15
Alhos	1,40	3,50	0,45	0,03	0,04	1,92	4,02
Brócolos	0,66	1,65	0,45	0,03	0,04	1,18	2,17
Cebolas	0,35	0,87	0,45	0,03	0,04	0,87	1,40
Ervilhas	1,60	4,00	0,45	0,03	0,04	2,12	4,52
Nabos	0,35	0,87	0,45	0,03	0,04	0,87	1,40
Tangerinas	0,56	1,40	0,45	0,03	0,04	1,08	1,92
Maçã	0,55	1,37	0,45	0,03	0,04	1,07	1,90
Morango	0,80	2,00	0,45	0,03	0,04	1,32	2,52
Pêssego	0,80	2,00	0,45	0,03	0,04	1,32	2,52
Pêra	0,65	1,63	0,45	0,03	0,04	1,17	2,15
Meloa	0,85	2,13	0,45	0,03	0,04	1,37	2,65
Laranja	0,78	1,95	0,45	0,03	0,04	1,30	2,47
Kiwi	0,95	2,37	0,45	0,03	0,04	1,47	2,90
Cereja	1,40	3,50	0,45	0,03	0,04	1,92	4,02
Uva	0,87	2,17	0,45	0,03	0,04	1,39	2,70

Os custos neste quadro são actualizados à taxa de 3% que é o valor entre o qual poderá variar a inflação. Este valor estimado para a inflação teve por base a taxa de variação média anual dos últimos dez anos segundo dados do INE.

Quadro A.8 - Custo Global das compras/quantidades

Produto	Preço de Compra	2010	
		Qt. em kg	Valor €
Couve Portuguesa	0,80	6.000	7.920,00
Alface	0,80	10.000	13.200,00
Cenoura	0,35	15.000	12.900,00
Tomate	1,00	9.500	14.440,00
Batata	0,30	20.000	7.400,00
Couve-Flor	0,65	3.000	3.480,00
Alhos	1,40	2.500	4.800,00
Brócolos	0,66	6.500	7.670,00
Cebolas	0,35	10.000	8.600,00
Ervilhas	1,60	3.000	6.360,00
Nabos	0,35	4.000	3.440,00
Tangerinas	0,56	3.500	3.780,00
Maçã	0,55	17.000	18.360,10
Morango	0,80	2.500	3.300,00
Pêssego	0,80	13.000	17.160,00
Pêra	0,65	14.000	16.800,00
Meloa	0,85	10.000	13.600,00
Laranja	0,78	16.000	20.800,10
Kiwi	0,95	9.000	12.960,00
Cereja	1,40	8.500	16.320,00
Uva	0,87	11.000	1.529,00
<b>Total</b>		<b>194.100</b>	<b>214.819.20</b>

**Quadro A.9** - Custos das mercadorias vendidas – (valores em Euros)

Produtos Biológicos	2010	2011	2012	2013	2014
Frutas/Legumes	214.819,20	227.901,69	241.780,90	256.505,36	272.126,53
<b>Total</b>	<b>214.819,20</b>	<b>227.901,69</b>	<b>241.780,90</b>	<b>256.505,36</b>	<b>272.126,53</b>

**Quadro A.10** - Margens comerciais - (valores em Euros)

Produtos Biológicos	2010	2011	2012	2013	2014
Frutas/Legumes	219.060,80	232.401,61	246.554,61	261.570,05	277.499,67
<b>Total</b>	<b>219.060,80</b>	<b>232.401,61</b>	<b>246.554,61</b>	<b>261.570,05</b>	<b>277.499,67</b>

### 3.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Nesta rubrica estão registados os custos necessários para o exercício da BioGuarda prestados por terceiros e onde será analisado a composição dos valores de alguns custos.

No quadro seguinte encontra-se a composição por valores e respectivas rubricas.

**Quadro A.11** - Fornecimentos e serviços externos (valores em €)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Electricidade	1.500,00	1.545,00	1.591,35	1.639,09	1.688,26
Água	600,00	618,00	636,54	655,64	657,31
IVA	105,00	108,15	111,39	114,74	118,18
Combustível	3.000,00	3.090,00	3.182,70	3.278,18	3.376,53
IVA	315,00	324,45	334,18	344,21	354,54
Material de escritório	600,00	618,00	636,54	655,64	675,31
Publicidade	7.351,76	7.572,32	7.799,49	8.033,47	8.274,48
Comunicação	1.800,00	1.854,00	1.909,62	1.966,91	2.025,92
Outros FSE's	1.800,00	1.854,00	1.909,62	1.966,91	2.025,92
IVA	2.425,87	2.498,65	2.573,61	2.650,81	2.730,34
Rendas e alugueres	12.000,00	12.360,00	12.730,80	13.112,72	13.506,11
	5.832,60	6.007,58	6.187,81	6.373,44	6.564,64
<b>Sub-Total 1 – FSE's</b>	<b>34.484,36</b>	<b>35.518,89</b>	<b>36.584,46</b>	<b>37.682,00</b>	<b>38.812,46</b>
<b>Sub-Total2 - IVA</b>	<b>2.845,87</b>	<b>2.931,25</b>	<b>3.019,18</b>	<b>3.119,76</b>	<b>3.203,05</b>
<b>Total FSE</b>	<b>37.330,23</b>	<b>38.450,14</b>	<b>39.603,65</b>	<b>40.791,76</b>	<b>42.016,51</b>

Para o normal funcionamento da BioGuarda, prevê-se ter no primeiro ano custos na ordem dos 37.500€ (a preços actuais) verificando-se um aumento gradual ao longo da vida útil do projecto a uma taxa de 3% (valor estimado da inflação).

Quadro A.12 - Volume de FSE's Mensais líquidos de IVA 2010

Descrição	2010
Electricidade	125,00
Água	50,00
Combustível	250,00
Materiais de escritório	50,00
Publicidade	612,65
Comunicação	150,00
Outros FSE's	150,00
Rendas e alugueres	1.000,00
Seguros	486,05
<b>Totais FSE's (Mensais)</b>	<b>2.873,70</b>

### 3.2.3. Gastos com o Pessoal

Estão incorporados nas remunerações os respectivos encargos com a Segurança Social, Subsídio de alimentação, Seguros de Acidentes de Trabalho e Imposto sobre o Rendimento.

Quadro A.13 - Postos de Trabalho Existentes

Categorias Profissionais	2010	2011	2012	2013	2014
Director Comercial	1	1	1	1	1
Analista de <i>marketing</i>	1	1	1	1	1
Administrativo	1	1	1	1	1
Contabilidade	1	1	1	1	1
Vendas	1	1	1	1	1
Auxiliar	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Quadro A.14 - Remunerações Base em 2010 (valores em €)

Categorias Profissionais	Salário Médio	
	Mensal	Anual
Director Comercial	1.000,00	14.000,00
Analista de <i>marketing</i>	900,00	12.600,00
Administrativo	800,00	11.200,00
Contabilidade	750,00	10.780,00
Vendas	770,00	10.500,00
Auxiliares	650,00	9.100,00
<b>Total</b>	<b>4.870,00</b>	<b>68.180,00</b>

Quadro A.15 - Custos Anuais com o Pessoal (valores em €)

Categorias Profissionais	2010	2011	2012	2013	2014
Director Comercial	14.000,00	14.420,00	14.852,60	15.298,18	15.757,12
Analista de <i>marketing</i>	12.600,00	12.978,00	13.367,34	13.768,36	14.181,41
Administrativo	11.200,00	11.536,00	11.882,08	12.238,54	12.605,70
Contabilidade	10.780,00	11.103,40	11.436,50	11.779,60	12.132,98
Vendas	10.500,00	10.815,00	11.139,45	11.473,63	11.817,84
Auxiliar	9.100,00	9.373,00	9.654,19	9.943,82	10.242,13
<b>Sub-Total</b>	<b>68.180,00</b>	<b>70.225,40</b>	<b>72.332,16</b>	<b>74.502,13</b>	<b>76.737,18</b>
<b>Taxa Social Unica (TSU)</b>	<b>16.192,75</b>	<b>2.637,06</b>	<b>2.716,17</b>	<b>2.797,65</b>	<b>2.881,58</b>
<b>Total</b>	<b>84.372,75</b>	<b>72.862,46</b>	<b>75.048,33</b>	<b>77.299,78</b>	<b>79.618,76</b>

### Contribuições para a Seg. Social

S. Social Trabalhador	11%
S. Social Empresa	23,75%

### 3.2.4 - Depreciações e Amortizações

As amortizações serão calculadas pelo Método das Quotas Constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 16/94 de 12 de Julho, obedecendo ao critério fiscal será utilizado as taxas anexas ao quadro.

**Quadro A.16** - Investimento Imobilizado e Amortizações

Imobilizado/Amortizações	Invest.	Taxa	Amortizações Anuais				
	2010	Amortiz.	2010	2011	2012	2013	2014
Equipamento Básico	62.365,71	12,50%	7.796,00	7.796,00	7.796,00	7.796,00	7.796,00
Equipamento de Transporte	38.584,63	25,00%	9.646,16	9.646,16	9.646,16	9.646,16	0,00
Equipamento Informático	3.088,86	25,00%	772,22	772,22	772,22	772,22	0,00
Equipamento Administrativo	2.171,44	20,00%	434,00	434,00	434,00	434,00	434,00
Imobilizado Incorpóreo	1.700,00	33,30%	566,67	566,67	566,67	0,00	0,00
<b>Amortizações Anuais</b>			<b>19.215,05</b>	<b>19.215,05</b>	<b>19.215,05</b>	<b>18.648,38</b>	<b>8.230,00</b>
<b>Amortizações Acumuladas</b>			<b>19.215,05</b>	<b>38.430,10</b>	<b>57.645,14</b>	<b>76.293,39</b>	<b>84.523,49</b>

### 4 - Fundo de Maneio Necessário (FMN)

O FMN reflecte as necessidades financeiras de exploração, cujo financiamento não se encontra assegurado por recursos financeiros de exploração. De seguida, são apresentados os cálculos auxiliares ao Mapa de Fundo de Maneio Necessário.

- Prazo médio de recebimentos – 30 dias
- Prazo médio de pagamentos de matérias-primas – 45 dias das compras
- Prazo médio de pagamentos aos fornecedores de FSE – 45 dias dos FSE
- Prazo médio de Pagamentos ao estado (SS) -15 dias
- Prazo médio de Pagamentos ao estado (IRS) – 20 dias
- N.º Dias do Ano – 360

**Quadro A.17** - Cálculo auxiliar do fundo de maneio necessário (valores em €)

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Existências Médias de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição de Existências Médias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas médias de Clientes	37.964,50	40.276,54	42.729,38	45.331,60	48.092,29
Varição de dívida média Clientes	37.964,50	2.312,04	2.452,84	2.602,22	2.760,69
Compra de Mercadorias	214.819,20	227.901,69	241.780,90	256.505,36	272.126,53
Varição Exist. Médias Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Compras Mercadorias</b>	<b>214.819,20</b>	<b>227.901,69</b>	<b>241.780,90</b>	<b>256.505,36</b>	<b>272.126,53</b>
Fornecedores de mercadorias	29.806,16	31.621,36	33.547,10	35.590,12	37.757,56
Fornecedores de FSE's	4.666,28	4.806,27	4.950,46	5.098,97	5.251,94
<b>Total de Dívida de Fornecedores</b>	<b>34.472,44</b>	<b>36.427,63</b>	<b>38.497,56</b>	<b>40.689,09</b>	<b>43.009,50</b>
Varição da Dívida de Fornecedores	34.472,44	1.955,18	2.069,93	2.191,53	2.320,41

Da análise ao Mapa de FMN, pode concluir-se que, ao longo da vida útil do projecto, há necessidade de investimento em fundo de maneiio.

**Quadro A.18 - Estado e Outros Entes Públicos (valores em €)**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Venda Mercadorias e Serviços (IVA 5%)	433.880,00	460.303,29	488.335,76	518.075,41	549.626,20
IVA recebidos s/ Vendas	21.694,00	23.015,16	24.416,79	25.903,77	27.481,31
<b>IVA Total Liquidado</b>	<b>21.694,00</b>	<b>23.015,16</b>	<b>24.416,79</b>	<b>25.903,77</b>	<b>27.481,31</b>
Compra de Mercadorias (IVA 5%)	128.891,52	136.741,01	145.068,54	153.903,21	163.275,92
IVA Pago s/Compras	6.444,58	6.837,05	7.253,43	7.695,16	8.163,80
Compra de mercadorias (IVA 20%)	85.927,68	91.160,67	96.712,36	102.602,14	108.850,61
IVA Pago s/Compras	<b>17.185,54</b>	<b>18.232,13</b>	<b>19.342,47</b>	<b>20.520,43</b>	<b>21.770,12</b>
IVA pago s/FSE'S	2.845,87	2.931,25	3.019,18	3.109,76	3.203,05
<b>IVA Total Dedutível</b>	<b>26.475,99</b>	<b>28.000,43</b>	<b>29.615,08</b>	<b>31.325,35</b>	<b>33.136,97</b>
IVA - Saldo (Liquidado/Dedutível)	-4.781,98	-4.985,27	-5.198,29	-5.421,58	-5.655,66
Saldo Médio de SPE (IVA) - 1 Mês	-398,5	-4154,44	-433,19	-451,8	-471,31
<b>Segurança Social</b>					
Entidade Patronal (23,75%)	16.192,75	2.637,06	2.716,17	2.797,65	2.881,58
Trabalhadores (11%)	7.499,80	7.724,79	7.956,54	8.195,23	8.441,09
<b>Total S. Social</b>	<b>23.692,55</b>	<b>10.361,85</b>	<b>10.672,71</b>	<b>10.992,88</b>	<b>11.322,67</b>
Saldo Médio de S. Social (IVA) - 1 Mês	1.974,38	863,49	889,39	916,07	943,56
<b>IRS</b>					
IRS - (retido aos trabalhad.) Tx. Média (6%)	4.090,80	4.213,52	4.339,93	4.470,13	4.604,23
Saldo Médio de SPE (IRS) - 1 Mês	340,90	351,13	361,66	372,51	383,69
<b>Estado O. Entes Públicos (Saldo Anual)</b>	<b>1.916,78</b>	<b>799,18</b>	<b>817,86</b>	<b>836,79</b>	<b>855,94</b>
<b>Varição do Saldo Estado O.E.Públicos</b>	<b>1.916,78</b>	<b>-1.117,60</b>	<b>18,69</b>	<b>18,92</b>	<b>19,15</b>

**Quadro A.19 - Demonstração da Origem e da aplicação dos fundos Circulantes**

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Necessidades</b>					
Existências de Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de Clientes	37.964,50	2.312,04	2.452,84	2.602,22	2.760,69
<b>Total das Necessidades</b>	<b>37.964,50</b>	<b>2.312,04</b>	<b>2.452,84</b>	<b>2.602,22</b>	<b>2.760,69</b>
<b>Recursos</b>					
Fornecedores de Mercadorias	34.472,44	1.955,18	2.069,93	2.191,53	2.320,41
Estado O.E.Público	1.916,78	-1.117,60	18,69	18,92	19,15
<b>Total Recursos</b>	<b>36.389,22</b>	<b>837,58</b>	<b>2.088,62</b>	<b>2.210,45</b>	<b>2.339,56</b>
<b>Varição de Fundo de Maneiio</b>	<b>1.575,28</b>	<b>1.474,46</b>	<b>364,23</b>	<b>391,76</b>	<b>421,14</b>

## 5 - Demonstração de Resultados e Balanço

Sendo a Demonstração de Resultados e o Balanço um espelho da situação de qualquer organização económica, neste ponto, ir-se-á proceder à sua análise.

Quadro A.20 - Demonstração de Resultados Previsional (valores em €)

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Vendas Líquidas	433.880,00	460.303,29	488.335,76	518.075,41	549.626,20
2. Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Variação da Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Outros Proveitos e Ganhos (Extraordinários)	11.529,03	11.529,03	11.529,02	11.189,01	4.938,00
4.1 Subsídios p/ Investi/to em activos Imobilizado	11.529,03	11.529,03	11.529,02	11.189,01	4.938,00
4.2 Subsídios p/ criação de postos de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Total dos Proveitos</b>	<b>445.409,03</b>	<b>471.832,32</b>	<b>499.864,78</b>	<b>529.264,42</b>	<b>554.564,20</b>
6. Custos das Mercadorias Vendidas	214.819,20	227.901,69	241.780,90	256.505,36	272.126,53
7. Fornecimentos e Serviços Externos	34.484,35	35.518,89	36.584,46	37.682,00	38.812,46
8. Custos com Pessoal	84.372,75	72.862,46	75.048,33	77.299,78	79.618,77
9. Amortizações	19.215,05	19.215,05	19.215,04	18.648,35	8.230,00
9.1 Imobilizado Existente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.2 Imobilizado do Projecto	19.215,05	19.215,05	19.215,04	18.648,35	8.230,00
10. Ajustamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11. Impostos	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
11.1 Indirectos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 Directos	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
12. Outros Custos	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
<b>13. Total dos Custos</b>	<b>357.345,45</b>	<b>360.216,41</b>	<b>377.627,37</b>	<b>395.428,13</b>	<b>404.333,40</b>
<b>14. Resultados antes de Encargos Financeiros e Imposto sobre o Rendimento (5-13)</b>	<b>88.063,58</b>	<b>111.615,91</b>	<b>122.237,40</b>	<b>133.836,29</b>	<b>150.230,80</b>
15. Encargos Financeiros	3.088,78	2.626,11	2.126,02	1.585,52	1.001,30
15.1 De financiamento leasing de transporte	3.088,78	2.626,11	2.126,02	1.585,52	1.001,30
<b>16. Resultado antes de Imposto s/ Rendimento</b>	<b>84.974,80</b>	<b>108.989,80</b>	<b>120.111,38</b>	<b>132.250,77</b>	<b>149.229,50</b>
<b>17. Imposto s/ Rendimento do Exercício (20%)</b>	<b>16.994,96</b>	<b>21.797,96</b>	<b>24.022,28</b>	<b>26.450,15</b>	<b>29.845,90</b>
<b>18. Resultados Líquidos (16-17)</b>	<b>67.979,84</b>	<b>87.191,84</b>	<b>96.089,10</b>	<b>105.800,62</b>	<b>119.383,60</b>

Quadro A.21 - Balanço previsional da BioGuarda (valores em €)

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Activo</b>					
1. Imobilizado	107.910,64	107.910,64	107.910,64	107.910,64	107.910,64
1.1 Imobilizado Incorpóreo	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00
1.2 Imobilizado Incorpóreo	106.210,64	106.210,64	106.210,64	106.210,64	106.210,64
1.3 Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações e Reintegrações	19.215,05	38.430,10	57.645,14	76.293,49	84.523,49
Ajustamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Créditos de Médio e Longo Prazo					
3. Circulante	124.673,87	218.79,67	319.894,97	430.278,39	550.566,86
3.1 Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2 Créditos de Curto Prazo	37.964,50	40.276,54	42.729,38	45.331,60	48.092,29
3.3 Títulos Negociáveis		0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 Sector Público Estatal		0,00	0,00	0,00	0,00
3.4 Disponível	86.709,37	178483,13	277165,59	384946,80	502474,57
4. Acréscimos e Deferimentos					
<b>5. Total do Activo (1+2+3+4)</b>	<b>213.369,46</b>	<b>288.240,21</b>	<b>370.160,47</b>	<b>461.895,54</b>	<b>573.954,01</b>
<b>Capital Próprio</b>					
6. Capital Próprio	6.154,91	6.154,91	6.154,91	6.154,91	6.154,91

7. Resultados Transitados	0,00	67.979,84	155.171,68	251.260,78	357.061,40
7. Resultados Líquidos	67.979,84	87.191,84	96.089,11	105.800,62	119.383,60
<b>8. Total do Capital Próprio (6+7)</b>	<b>74.134,75</b>	<b>161.326,59</b>	<b>257.415,70</b>	<b>363.216,31</b>	<b>482.599,91</b>
<b>Passivo</b>					
<b>9. Dívidas a Terceiros: Curto Prazo</b>	<b>86.017,35</b>	<b>85.225,29</b>	<b>82.585,46</b>	<b>79.708,94</b>	<b>77.321,80</b>
<b>9.1. Fornecedores</b>	<b>34.472,44</b>	<b>36.427,63</b>	<b>38.497,56</b>	<b>40.689,09</b>	<b>43.009,49</b>
<b>9.2. Sector Público Estatal</b>	<b>1.916,78</b>	<b>799,18</b>	<b>817,86</b>	<b>836,79</b>	<b>855,94</b>
<b>9.3 Imposto s/ rendimento do Exercício</b>	<b>16.994,96</b>	<b>21.797,96</b>	<b>24.022,28</b>	<b>26.450,15</b>	<b>29.845,90</b>
<b>9.4 Outras</b>	<b>32.633,17</b>	<b>26.200,53</b>	<b>19.247,77</b>	<b>11.732,91</b>	<b>3.610,47</b>
<b>10. Acréscimos e Deferimentos</b>	<b>53.217,35</b>	<b>41.688,32</b>	<b>30.159,30</b>	<b>18.970,29</b>	<b>14.032,29</b>
<b>11. Total do Passivo (9+10)</b>	<b>139.234,70</b>	<b>126.913,61</b>	<b>112.744,76</b>	<b>98.679,23</b>	<b>91.354,09</b>
<b>12. Total do Capital Próprio+Passivo</b>	<b>213.369,46</b>	<b>288.240,21</b>	<b>370.160,47</b>	<b>461.895,54</b>	<b>573.954,01</b>

No quadro anteriormente apresentado fez-se referência ao Balanço Previsional da cooperativa, o qual reflecte não só a situação financeira da cooperativa em cada um dos exercícios económicos, como também divulga os activos, os passivos e o capital próprio. Este é um indicador precioso para analisar possíveis desvios em anos vindouros.

O Balanço Previsional, é como pôr a cooperativa diante do raio X . Alí, é mostrado como esta cooperativa se encontra, no aspecto financeiro, e, no aspecto patrimonial, bem como onde foram aplicados os recursos gerados, a sua capacidade através de análise, de gerar fluxos de caixa, de liquidez, de rotação de stoques, de endividamento, de lucratividade sobre o patrimonio, sobre as receitas, etc.

O Balanço, é em suma, a forma contabilística de mostrar como está a saúde da cooperativa, no aspecto financeiro e patrimonial.

## 6 - Plano Financeiro

No seguinte quadro pretende analisar-se as possíveis necessidades da tesouraria da BioGuarda ao longo do projecto.

**Quadro A.22 - Mapa previsionial de tesouraria/financeiro (valores em €)**

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Saldo do Inicio do ano	0,00	86.709,37	178.483,13	277.165,59	384.946,80
<b>2. Recebimentos</b>					
2.1 De Vendas	417.609,50	443.042,92	470.023,17	498.647,58	529.015,22
2.2 De Clientes	0,00	37.964,50	40.276,54	42.729,38	45.331,60
2.3 De Empréstimos Bancários/leasing	38.584,63				
2.4 De entradas de Capital	6.154,91	0,00			
2.5 Entradas Prestações/sócios	0,00				
2.6 Outros recebimentos/subsídios	64.746,38				
2.7 de créditos de fornec. Equipamento	0,00				
2.8 Retenções na fonte (S.Social trab. e IRS)	11.590,60	11.938,32	12.296,47	12.665,36	13.045,32
2.9 Outros	13.103,97	10,95	590,15	1.212,13	1.880,29
<b>Total do Ano</b>	<b>551.789,99</b>	<b>492.956,69</b>	<b>523.186,33</b>	<b>555.254,45</b>	<b>589.272,43</b>
<b>3. Total de Recebimentos (1+2)</b>	<b>551.789,99</b>	<b>579.666,06</b>	<b>701.669,46</b>	<b>832.420,04</b>	<b>974.219,23</b>
<b>4. Pagamentos</b>					
4.1 De compras de M.P. e M.S.	208.643,15	221.349,51	234.829,70	249.130,83	264.302,89
4.2 De fornecimentos e serviços externos	32.663,96	33.643,87	34.653,19	35.692,79	36.763,57

4.3 De fornecedores (MP, MS e FSE`S)	0,00	34.472,44	36.427,63	38.497,56	40.689,09
4.4 De impostos	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
4.5 De sector público estatal	21.084,59	10.707,71	9.795,66	10.022,51	10.252,10
4.6 De despesas com pessoal	84.372,75	72.862,46	75.048,33	77.299,78	79.618,77
4.7 De outras despesas e encargos	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
4.8 De encargos financeiros	3.088,78	2.626,11	2.126,02	1.585,52	1.001,30
4.9 D reembolso empréstimos/leasing	2.862,68	3.806,11	4.826,74	5.929,34	7.121,14
4.10 De despesas de investimento	107.910,64				
4.11 De imposto s/rendimento do exercício	0,00	16.994,96	21.797,96	24.022,28	26.450,15
4.12 De acréscimos fornecedores equip.					
4.13 Outros					
<b>Total do Ano</b>	<b>465.080,65</b>	<b>401.181,49</b>	<b>424.503,87</b>	<b>447.473,25</b>	<b>471.744,66</b>
5. Saldo do Ano (2-4)	86.709,34	91.775,20	98.682,46	107.781,20	117.527,77
6. Saldo no fim do ano	86.709,37	178.484,57	277.167,03	384.948,23	502.476,00
7. Saldo Final	86.709,37	178.484,57	277.167,03	384.948,23	502.476,00
<b>Saldo Mínimo de Tesouraria exigível</b>			<b>5.000,00</b>	<b>Euros</b>	

Quadro A.23 - Plano de financiamento do Projecto (valores em €)

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Origens</b>					
<b>1. Capitais Próprios</b>					
1.1 Capitais Próprios	6.154,91	0,00			
1.3 Prestações Suplementares de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Meios Libertos Líquidos</b>	87.194,89	106.406,89	115.304,15	124.448,97	127.613,60
<b>3. Subsídios</b>					
3.1 Fundo Perdido (Acréscimos e Deferimentos)	64.746,39				
<b>4. Capitais Alheios (M/L Prazo)</b>					
4.1 Fornecedores de Imobilizado	38.584,63				
<b>5. Capitais Alheios (Curto Prazo)</b>					
5.1 Crédito de Fornecedores	34.472,44	1.955,18	2.069,93	2.191,53	2.320,41
5.2 Empréstimos de Funcionamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5.3 Sector Público Estatal</b>	1.916,78	-1.117,60	18,69	18,92	19,15
Impostos s/lucros	16.994,96	4.803,00	2.224,32	2.427,88	3.395,75
<b>Total</b>	<b>250.065,00</b>	<b>112.047,47</b>	<b>119.617,09</b>	<b>129.087,30</b>	<b>133.348,91</b>
<b>Aplicações</b>					
<b>6. Diminuição de dívidas a terceiros</b>					
6.1 Locação Financeira	5.951,46	6.432,64	6.952,76	7.514,86	8.122,44
<b>7. Investimento em capital fixo</b>	107.910,64				
<b>8. Variação de fundos circulantes</b>					
8.1 Crédito Concedido	37.964,50	2.312,04	2.452,84	2.602,22	2.760,69
<b>9. Outros</b>					
9.1 Proveitos Deferidos	11.529,03	11.529,03	11.529,02	11.189,01	4.938,00
9.2 Disponibilidades	86.709,37	91.773,76	98.682,46	107.781,21	117.527,78
<b>Total</b>	<b>250.065,00</b>	<b>112.047,47</b>	<b>119.617,09</b>	<b>129.087,30</b>	<b>133.348,91</b>

Quadro A.24 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Directo (valores em €)

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Actividades Operacionais</b>					
1. Recebimentos de clientes	417.609,50	481.006,42	510.299,71	541.376,96	574.346,82
2. Pagamentos a fornecedores	241.307,10	289.465,83	305.910,52	323.321,17	341.755,55
2.1 Mercadorias	208.643,15	251.155,68	266.451,06	282.677,93	299.893,01
2.2 Fornecimentos e Serviços externos	32.663,96	38.310,15	39.459,46	40.643,24	41.862,54
2.3 Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Pagamentos ao pessoal	84.372,75	72.862,46	75.048,33	77.299,78	79.618,77
<b>Fluxo Gerado pela Empresa</b>	<b>91.929,65</b>	<b>118.678,46</b>	<b>129.340,86</b>	<b>140.756,01</b>	<b>152.972,49</b>
4. Paga/receb. Impostos s/ rendimentos		16.994,96	21.797,96	24.022,28	26.40,15
5. Outros paga/receb. Activid operacionais	24.694,58	11.949,27	12.886,62	13.877,49	14.925,61
6. Pagamentos					
6.1 Impostos (Directos/Indirectos)	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
6.2 Sector publico estatal	21.084,59	10.707,71	9.795,66	10.022,51	10.252,10
6.4 Outros custos operacionais	2.227,05	2.359,16	2.499,32	2.646,32	2.772,82
<b>Fluxo gerado antes rubricas extraordinárias</b>	<b>-884,10</b>	<b>-20.471,73</b>	<b>-23.705,65</b>	<b>-25.459,94</b>	<b>-27.322,28</b>
<b>Fluxo das actividades operacionais</b>	<b>91.085,55</b>	<b>98.206,40</b>	<b>105.635,22</b>	<b>115.296,07</b>	<b>125.650,21</b>
<b>Actividades de Investimento</b>					
7. Recebimentos provenientes de :					
7.1 Subsídios de investimento	64.746,38	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>64.746,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
8. Pagamentos respeitantes a:					
8.1 Imobilizações corpóreas	106.210,64	0,00	0,00	0,00	0,00
8.2 Imobilizações incorpóreas	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>107.910,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxo das actividades de investimento</b>	<b>-43.164,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>					
9. Recebimentos provenientes de :					
9.1 Empréstimos obtidos	38.584,63	0,00	0,00	0,00	0,00
9.2 Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	6.154,91	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>44.739,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
10. Pagamentos respeitantes a:					
10.1 Empréstimos obtidos	2.862,68	3.806,53	4.826,74	5.929,34	7.121,14
10.2 Amortizações de contratos de locação financeira	3.088,78	2.626,11	2.126,02	1.585,52	1.001,30
<b>Sub-total</b>	<b>5.951,46</b>	<b>6.432,64</b>	<b>6.952,76</b>	<b>7.514,86</b>	<b>8.122,44</b>
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>38.788,08</b>	<b>-6.432,64</b>	<b>-6.952,46</b>	<b>-7.514,86</b>	<b>-88.122,44</b>
<b>11. Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>86.709,38</b>	<b>91.773,76</b>	<b>98.682,46</b>	<b>107.781,21</b>	<b>117.527,80</b>
<b>12. Efeitos das diferenças de câmbio</b>					
<b>13 Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>86.709,37</b>	<b>178.483,13</b>	<b>277.165,59</b>	<b>384.946,80</b>
<b>14. Caixa e os seus equivalentes no fim do ano</b>	<b>86.709,37</b>	<b>178.483,13</b>	<b>277.165,59</b>	<b>384.946,80</b>	<b>502.474,57</b>

## 7 - Análise da Viabilidade Económico-Financeira

O projecto só deverá ser levado a cabo, se conseguir gerar excedentes, dentro do período de vida útil, que permita recuperar o investimento realizado.

Neste ponto pretende-se demonstrar a viabilidade do projecto, através de uma análise de cinco anos e utilizando os seguintes indicadores: VAL, TIR, PAY-BACK e IR.

**Quadro A.25 - Ponto Crítico das vendas (valores em €)**

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
1. Vendas	433880,00	460.303,29	488.335,76	518.075,41	549.626,20
2. Resultados de Exploração (RE)	88.063,80	111.615,91	122.237,40	133.836,29	150.230,80
3. Custos Fixos	103.587,80	92.077,51	94.263,37	95.948,13	87.848,77
3.1 Amortizações	19.215,05	19.215,05	19.215,04	18.648,35	8.230,00
3.2 Custos com o Pessoal	84.372,75	72.862,46	75.048,33	77.299,78	79.618,77
<b>4. V-(RE+CF9)</b>	<b>242.228,62</b>	<b>256.609,87</b>	<b>271.834,99</b>	<b>288.290,99</b>	<b>311.546,63</b>
<b>5. K=(V-(RE+CF)/V</b>	<b>0,558</b>	<b>0,557</b>	<b>0,557</b>	<b>0,556</b>	<b>0,567</b>
<b>6. Ponto Crítico das Vendas</b>	<b>234.512,66</b>	<b>208.075,35</b>	<b>212.618,99</b>	<b>216.326,10</b>	<b>202.806,09</b>
<b>7. Margem de Segurança</b>	<b>0,850</b>	<b>1,212</b>	<b>1,297</b>	<b>1,395</b>	<b>1,710</b>

No seguinte quadro é apresentado o cálculo dos *cash-flows*<sup>21</sup> que serão necessários para o cálculo dos indicadores referidos.

CASH – FLOWS – Meios libertos líquidos gerados pelo projecto ao longo dos anos da análise.

CASH – FLOWS = Resultados.

**Quadro A.26 - Mapa do Calculo do Cash-flow do Projecto (valores em €)**

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
1.Resultados Líquidos	67.979,84	87.191,84	96.089,11	105.800,62	119.383,60
2. Amortizações e Provisões	19.215,05	19.215,05	19.215,04	18.648,35	8.230,00
4. Impostos sobre Lucros	16.994,96	21.797,96	24.022,28	26.450,15	29.845,90
<b>Cash-Flow Exploração</b>	<b>70.199,93</b>	<b>84.608,93</b>	<b>91.281,87</b>	<b>97.998,81</b>	<b>97.767,00</b>
5. Investimento Técnico	107.910,64				
6. Investimento Fundo de Maneio	1.575,28	1.474,46	364,23	391,76	421,14
7. Valor Residual *					27.614,01
7.1 Investimento de Capital Fixo					23.387,15
7.2 Fundo de Maneio					4.226,86
<b>Cash-Flow Investimento</b>	<b>109.485,92</b>	<b>1.474,46</b>	<b>364,23</b>	<b>391,76</b>	<b>-27.192,87</b>
<b>CASH-FLOW LÍQUIDO</b>	<b>-39.285,99</b>	<b>83.134</b>	<b>90.917,64</b>	<b>97.607,05</b>	<b>124.960,57</b>

\* Valor residual = Investimento Técnico - Somatório das Amortizações do Projecto.

<sup>21</sup> *Cash Flow*: Designação para as entradas e saídas de capital de uma empresa, durante um determinado período de tempo. É um importante indicador da capacidade da futura geração de resultados e auto-financiamento

## 7.1 - Avaliação do Projecto

**Quadro A.27** - Taxa de actualização (TA) a preços correntes

Taxas	%
Taxa de Actualização $R = [(1+t_1)*(1+t_2)*(1+t_3)] - 1$	11,39%
T1 = Taxa de obrigações do tesouro	3,00%
T2= Prémio de Risco	5,00%
T3= Taxa de inflação	3,00%

### 7.1.1 - Indicadores de Avaliação do Projecto

**Quadro A.28** - Indicadores

Indicadores	
VAL	233.748,64€
TIR	218,58%
PAY-BACK	1,53 anos
ÍNDICE DE RENTABILIDADE	3,78

**Quadro A.29** - Cálculo do período de recuperação do projecto (*Pay-Back*)

	V. Actual	Anual	Acumulado	Período
C.F. Actualizado 2010	1,00000	-39.286	-39.286	0,00
C.F. Actualizado 2011	0,89771	74.631	235.345	1,53
C.F. Actualizado 2012	0,80588	73.269	108.614	1,52
C.F. Actualizado 2013	0,72345	70.614	179.288	1,46
C.F. Actualizado 2014	0,64945	81.156	260.383	1,79

O VAL permite verificar se o projecto de investimento consegue gerar *cash-flows* que permitam cobrir o investimento realizado.

VAL – Valor Actual Líquido. O VAL calcula-se a partir da previsão dos *Cash-flows* futuros e da determinação da taxa de actualização aplicável.

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade. É a taxa que faz com que o VAL seja zero.

TIR = Investimento Inicial/*Cash-Flow* anual

**Quadro A.30** - Cálculo do Índice de Rentabilidade do Projecto (valores em €)

Anos	Cash – Flow Exploração	Cash-Flow Investimento	V. Actual.	Cash-Flow Exploração	Cash-Flow Investimento
				Actualizados	Actualizado
2010	70.200	109.486	1,00000	70.200	109.486
2011	84.609	1.474	0,89771	75.954	1.324
2012	91.282	364	0,80588	73.563	294
2013	97.999	392	0,72345	70.897	283
2014	97.768	-27.193	0,64945	63.495	-17.660
<b>TOTAL</b>	<b>441.858</b>	<b>84.523</b>		<b>354.109</b>	<b>93.727</b>

Se o índice de rentabilidade for superior à unidade, o projecto de investimento é rentável. No caso em concreto o índice é de 3,78 o que significa que este é o valor actual dos cash flows para uma unidade dos custos de investimentos.

**Quadro A.31** - Previsão de Cenários para análise de sensibilidade do projecto.

Parâmetros de Decisão	Hipótese Base Projecto	Cenário A		Cenário B	
		Valor das Venda e Prestações de Serviços		Margens de Comercialização	
		+ 30%	- 30%	+ 30%	- 30%
<b>VAL</b>	233.748,64	390.623,55	78.873,53	391.752,68	75.744,60
<b>TIR</b>	218,58%	3.967,04%	53,24%	1.494,89%	56,38%
<b>Pay-Back</b>	1,53	1,03	2,98	1,07	4,96
<b>IR</b>	3,78	5,60	1,92	5,50	1,05

Da análise comparativa dos cenários A e B, constata-se que aquele que representa uma situação futura mais favorável é o cenário A, embora com valores aproximados ao cenário B na estimativa mais optimista (+30%). Quando analisamos a estimativa mais pessimista (-30%) o cenários B revela-se menos favorável nos parâmetros *Pay-Back* e *TIR*.

## **Anexo 2**

### Carta aos Agricultores/Questionários

## **Sr. Agricultor Biológico!**

Sou uma aluna que estou a desenvolver um projecto de investigação no âmbito da Agricultura Biológica ao nível da Beira Interior. O meu estudo versa em recolher informação ao nível do que se produz, como se comercializa e como se escoia a produção dos produtores biológicos da Beira Interior.

Conhecendo as dificuldades com que por vezes se deparam os produtores de produtos biológicos na comercialização dos mesmos, pretende-se constituir na Guarda uma Cooperativa de produtos de Agricultura Biológica.

Esta Cooperativa propõe-se ultrapassar os problemas associados à insuficiente articulação entre a produção, transformação e a comercialização dos produtos biológicos.

Face ao exposto, é de todo o interesse a sua colaboração, sendo imperioso o preenchimento e devolução dos questionários que se anexam. A recolha de informação é fundamental ao nível do que mais se produz e quais os produtos que têm maior dificuldade de comercialização e escoamento, só desta forma poderá ser criada uma cooperativa que vá de encontro às necessidades dos agricultores biológicos.

Obrigado pela sua colaboração!

Guarda, 30 de Abril 2009

Ana Fonseca

**Em anexo questionários**

## Informação Relativa ao Agricultor Biológico

### Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de questões relativas à obtenção de informação em **MPB**.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível apostar numa melhoria contínua dos serviços e apoios a prestar aos produtores biológicos dessa região.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. Trata-se de um trabalho de investigação, cujo tratamento, é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

### Informação Relativa ao Agricultor

**I - É agricultor Biológico a tempo Inteiro?**

Se respondeu não, qual a sua actividade principal

Funcionário Público

Estudante

Profissão Liberal

Conta de Outrem

Reformado

Outra \_\_\_\_\_

SIM

NÃO








**II - É agricultor certificado?**

Se respondeu Sim, há quanto tempo

1 a 5 anos

5 a 10 anos

10 a 15 anos

15 a 20 anos

Outro \_\_\_\_\_

SIM

NÃO







### Informação Relativa à Produção

**III- Que tipo de bens produz?**

Agricultura

Horticultura

Fruticultura

Arvense

Olivicultura

Vinha

Pastagens

SIM

NÃO








Pecuária

Ovinos

Bovinos

Caprinos

Outras \_\_\_\_\_









**IV - Quantidades aproximadas produzidas em**

**Kg/Ano**

10 a 500	500 a 5000	5000 a 10000	10000 a 50000	> 50000
----------------	------------------	--------------------	---------------------	------------

Agricultura

Horticultura

Fruticultura

Arvense

Olivicultura

Vinha

Pastagens








Pecuária

Ovinos

Bovinos

Caprino

Outras \_\_\_\_\_

**Informação Relativa à Comercialização**

**VI - Locais onde Comercializa os Produtos**

	SIM	NÃO
Directamente na Exploração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercados e Feiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lojas da Especialidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hipermercados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exportação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**VI - Quem são os seus clientes**

	SIM	NÃO
Público em Geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Público Específico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Restauração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comerciantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Informação Relativa ao Escoamento**

	SIM	NÃO
<b>VIII - Tem problemas de escoamento da produção</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**IX - Se Sim, que produtos têm maior dificuldade de escoamento?**

<u>Agricultura</u>		1	2	3	4	5
Horticultura		<input type="checkbox"/>				
Fruticultura		<input type="checkbox"/>				
Arvense		<input type="checkbox"/>				
Olivicultura		<input type="checkbox"/>				
Vinha		<input type="checkbox"/>				
Pastagens		<input type="checkbox"/>				
<u>Pecuária</u>						
Ovinos		<input type="checkbox"/>				
Bovinos		<input type="checkbox"/>				
Caprinos		<input type="checkbox"/>				
Outras _____		<input type="checkbox"/>				

**X - Essa dificuldade de escoamento deve-se à falta de:**

	SIM	NÃO
Armazenamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Embalagem/Rotulagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conservação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Distribuição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Informação Relativa ao Cooperativismo**

**XI - É sócio de alguma Cooperativa?** **SIM** **NÃO**

Se respondeu não, consideraria associar-se a outros produtores? **SIM** **NÃO**

**XII - Que tipo de serviço gostaria de ver prestado:** **SIM** **NÃO**

Divulgação

Armazenamento/ Acondicionamento

Distribuição

Comercialização

Escoamento

Outro \_\_\_\_\_

**XIII - Que outro tipo de Serviço gostaria de obter:** **SIM** **NÃO**

Informação

Legislação

Formação

Publicidade

Promoção

Divulgação

Outra \_\_\_\_\_

**XIV - Gostaria de participar na vida activa da Cooperativa?** **SIM** **NÃO**

**XV - Encontra vantagens no associativismo?** **SIM** **NÃO**

Se Sim, Quais? \_\_\_\_\_

**Informação Facultativa**

Nome \_\_\_\_\_

Local da Exploração \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Sexo \_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração**

# **Anexo 3**

## Acta de Fundadores

---

**(PROPOSTA)**  
**ACTA DE ASSEMBLEIA DE FUNDADORES**

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove reuniram-se na Rua Gustavo Poeta, número dez na Guarda, em Assembleia de Fundadores decidindo a constituição da cooperativa do ramo agrícola, BioGuarda, CRL, com o objecto de comercialização de produtos de agricultura biológica conforme o certificado do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, emitido em XX de Junho de dois mil e nove com o número: YYYYYYY, na Rua Paiva Couceiro número vinte e seis na Guarda, que a seguir se identificam: \_\_\_\_\_

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, divorciada, titular os bilhete de identidade n.º 70454547, emitido pelo S.I.C. da Guarda, contribuinte fiscal n.º 1843434374, residente Rua Calouste Gulbenkian, n.º23 3 Drtº. – Guarda. \_\_\_\_\_

KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 106576969, emitido em 26/04/2009 pelo S.I.C. de Lisboa, contribuinte fiscal n.º 245563545, residente na rua do Formigal, n.º12 – 2.º Dtº. – Guarda, \_\_\_\_\_

YYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYY, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 12141077, emitido em 16/09/2008 pelo S.I.C. de Setúbal, contribuinte fiscal n.º 234338431, residente na Rua António Sérgio, n.º26 – 2º dtº – Guarda. \_\_\_\_\_

ZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ, casado, titular do bilhete de identidade n.º 67894523, emitido pelo em 02/01/2007 S.I.C. da Gaia, contribuinte fiscal n.º145628999, residente na rua Av. De Madrid, n.º34 3ºEsq. \_\_\_\_\_

WWWWWWWWWWWWWWWWWWWWWW, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 786459231, emitido pela S.I.C de Porto, contribuinte fiscal n.º 789456123, residente na Av. De Roma n.º23, 3ºEsq. – Lisboa \_\_\_\_\_

Para a condução dos trabalhos foram eleitos dois cooperadores fundadores que passarão a constituir a Mesa da Assembleia-Geral para o primeiro mandato: \_\_\_\_\_

- Presidente: ZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ \_\_\_\_\_

- Vice-Presidente: MMMMMMMMMMMMMMMMMMM \_\_\_\_\_

O Presidente da Mesa procedeu de seguida à leitura dos Estatutos, que foram aprovados, ficando assim decidida a constituição desta cooperativa que pertence ao ramo agrícola do Sector Cooperativo, e reger-se-á pelos Estatutos agora aprovados, pelo Código Cooperativo, Regulamento Interno e demais Legislação Aplicável. \_\_\_\_\_

O objecto social da sua actividade é a comercialização por grosso de frutas e produtos hortícolas. \_\_\_\_\_

O capital é variável e ilimitado no montante mínimo de cinco mil euros representado por títulos de capital nominativos de cinco euros cada, e encontra-se totalmente realizado em dinheiro. \_\_\_\_\_

---

Procedeu-se em seguida à eleição dos restantes membros dos corpos sociais para o primeiro mandato de três anos, sendo a sua constituição a seguinte: Presidente: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tesoureiro: ZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ

Secretário: YYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYYY

Conselho Fiscal: WWWWWWWWWWWWWWWW

2 Vogais: DDDDDDDDEEEEEEEEEEEEE

Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Mesa encerrou esta Assembleia e mandou elaborar esta Acta que foi aprovada e vai assinada pelos fundadores.

---

---

---

---

---

---

---

---

**Anexo 4**  
Escritura Pública



---

----- Artigo 6º -----

-----Além da reserva legal a Assembleia-geral poderá criar as reservas que entender convenientes ao desenvolvimento dos negócios sociais. -----

----- Artigo 7º -----

-----A cessão total ou parcial de quotas e a sua divisão é livre entre os sócios. A cessão a estranhos depende do consentimento da cooperativa, que terá sempre direito de preferência o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes. -----

----- Artigo 8º -----

-----A cooperativa poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da cooperativa. -----

-----E POR ELES FOI AINDA DITO: -----

-----Que, sem prejuízo do disposto no Código Cooperativo, consideram-se adquiridos pela cooperativa os direitos e por ela assumidas as obrigações decorrentes de negócios jurídicos que, em nome da cooperativa, sejam celebrados pela gerência a partir da data da constituição da cooperativa e antes de efectuado o seu registo definitivo, ficando para o efeito conferida à gerência a necessária autorização. -----

-----E ACRESCENTARAM: -----

-----Que a gerência, nos termos que a cooperativa obriga, ficam desde já autorizados, após escritura de constituição e antes de registada a cooperativa, a proceder ao levantamento do capital social que se encontra depositado em entidade bancária à ordem da cooperativa, para fazer face a despesas de constituição e instalação da mesma. -----

-----ADVERTI os outorgantes de que este acto está sujeito a registo obrigatório na competente Conservatória do Registo comercial, no prazo de três meses a contar desta data. -----

-----EXIBIDO: -----

-----a) Telecópia emitida em 30 de Junho corrente pela Conservatória do Registo Comercial da Guarda, do certificado de admissibilidade de firma ou Denominação nº 00000, emitido em 10 do mesmo mês, pelo registo Nacional de Pessoas Colectivas; -----

-----b) Guia comprovativa do depósito das entradas, efectuado hoje, no Banco caixa Geral Depósitos, balcão da Guarda; e-----

-----c) Cartão provisório de identificação de pessoa colectiva com o número YYYYYY – actividade 5131-----

-----Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo.

---

---

---

O Notário,

## **Anexo 5**

### Estatutos da BioGuarda

---

**(PROPOSTA)**  
**ESTATUTOS DA COOPERATIVA BIOGUARDA**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ART.º 1**

1. É constituída e rege-se-à pelos presentes estatutos e demais legislação aplicável, uma cooperativa de responsabilidade limitada, que se denominará BioGuarda, CRL que em função da sua natureza cooperativa, não prossegue fins lucrativos.
2. A duração da cooperativa é por tempo indeterminado e o seu começo conta-se a partir da data da sua constituição.

**ART.º 2**

1. A cooperativa tem a sua sede no Parque Industrial, N.º 16, 6300 – Guarda, concelho da Guarda.
2. Por deliberação da direcção da cooperativa, podem ser criadas e extintas delegações ou quaisquer formas de representação social em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro.

**ART.º 3**

1. A cooperativa integra-se no ramo agrícola do sector cooperativo, previsto na alínea c) do art. 4º do Código Cooperativo.
2. Para as finalidades previstas no art. 7º do Código Cooperativo, a cooperativa poderá associar-se ou filiar-se em grupos cooperativos, em cooperativas de interesse público, em uniões, federações, confederações e em quaisquer outras organizações de índole cooperativa ou qualquer outra área da economia social, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

**ART.º 4**

A BioGuarda tem como objecto a comercialização de produtos de agricultura biológica. A BioGuarda pauta-se por valores de respeito mútuo, equidade e justiça social, honestidade, transparência e solidariedade.

**CAPITULO II**  
**DO CAPITAL E RESERVAS**

**ART.º 5**

1. O capital da cooperativa, no valor mínimo de 5000 Euros (cinco mil Euros) é constituído por títulos de capital, nominativos, no valor de 5 Euros (cinco Euros).
2. O capital será aumentado pela emissão de novos títulos, sempre que tal se tornar

---

necessário pela admissão de novos membros, ou por subscrição de capital por parte dos cooperantes-membros.

3. Cada membro subscreve, no acto da admissão, 100 (cem) títulos de capital, podendo realizar dois décimos, de tal valor, em dinheiro, no acto de adesão e os restantes oito décimos em dinheiro, no prazo máximo de três anos.

4. Para além do valor subscrito no acto de admissão, cada associado terá ainda que efectuar um pagamento anual consoante a sua modalidade:

a) Associado individual.....25Euros

b) Associado colectivo.....50Euros

c) Associado estudante/reformado.....15Euros

#### **ART.º 6**

A transmissão de títulos de capital só pode ser feita mediante autorização da direcção da cooperativa e a favor de outros membros da cooperativa ou de terceiros que reúnam as condições de admissão definidas na lei e nos estatutos.

#### **ART.º 7**

Poderá a cooperativa emitir títulos de investimento nos termos e condições do art. 28 do Código Cooperativo.

#### **ART.º 8**

1. A cooperativa constitui as seguintes reservas:

- a) Reserva Legal;
- b) Reserva para a Educação e Formação Cooperativa;
- c) Reserva para Investimento;
- d) Reservas de Solidariedade.

2. Poderão ser constituídas, mediante deliberação da Assembleia-Geral, outras reservas.

### **CAPÍTULO III DOS MEMBROS**

#### **ART.º 9**

1. Podem ser membros da cooperativa todas as pessoas que, preenchendo os requisitos e condições previstas no Código Cooperativo e art. 5 e 8 da Lei nº 51/96 de 7 de Setembro, voluntariamente declaram assumir tal qualidade.

2. A proposta de admissão e apresentação à direcção, subscrita por dois membros e pelo proposto, cabendo da recusa da direcção recurso nos termos legais.

---

**ART.º 10**

São entre outros direitos dos membros:

1. Tomar parte nas Assembleias-Gerais, bem como convocá-las, nas condições estatutárias.
2. Eleger e ser eleito para os corpos sociais da cooperativa.
3. Solicitar a sua exoneração, nos termos estatutários.
4. Beneficiar de todos os serviços postos pela cooperativa à disposição dos seus membros.

**ART.º 11**

São deveres dos membros:

1. Participar activamente na vida da cooperativa, designadamente nas suas Assembleias-Gerais.
2. Desempenhar com o maior zelo, dedicação e competência, os cargos sociais para que forem eleitos, salvo motivo justificado da recusa.
3. Cumprir e respeitar os presentes estatutos, os regulamentos internos em vigor e as decisões dos órgãos sociais da cooperativa.
4. Concorrer por todos os meios ao seu alcance para o bom funcionamento e eficiência da Cooperativa.
5. Utilizar prioritariamente os serviços postos pela cooperativa à disposição dos seus membros.

**ART.º 12**

1. Os membros que forem pessoas colectivas far-se-ão representar na cooperativa através de um mandatário por elas indicado.
2. O mandato dos representantes referidos no número anterior terá em princípio duração idêntica à fixada para o mandato dos órgãos sociais da cooperativa, sem prejuízo da revogabilidade dos poderes de representação pelo membro mandante.

**ART.º 13**

1. Aos membros que desrespeitarem os presentes estatutos, os regulamentos internos em vigor, as decisões dos órgãos sociais da cooperativa, ou de qualquer forma a lesarem ou atentarem contra o seu bom-nome e prestígio, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:
  - a) Advertência;
  - b) Suspensão de direitos sociais até 1 ano;
  - c) Exclusão.
2. A aplicação das sanções compete à direcção, com excepção da exclusão, de competência da Assembleia-Geral.

---

3. A pena de exclusão será aplicada nos termos do art. 35 do Código Cooperativo.

**ART.º 14**

O pedido de exoneração deverá ser apresentado por escrito à direcção com uma antecedência mínima de dois meses, só se efectivando a exoneração no termo do respectivo ano social.

**ART.º 15**

Os membros exonerados ou excluídos terão direito a receber, no prazo máximo de um ano a contar da sua desvinculação da cooperativa, o valor do capital realizado, bem como a sua participação nos excedentes a que tiverem direito relativamente ao último exercício social, até à data de desvinculação, com acerto da conta global das situações de débito e crédito.

**CAPÍTULO IV  
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**SECÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ART.º 16**

São órgãos sociais da cooperativa:

1. A Assembleia-Geral
2. A Direcção
3. O Conselho Fiscal

**ART.º 17**

1. Os titulares da Direcção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia-Geral são eleitos trienalmente, sendo permitida a reeleição.
2. Os exercícios de cargos sociais podem ser remunerados mediante a deliberação da Assembleia-Geral que fixará os respectivos montantes, sobre proposta da direcção, ouvido o Conselho Fiscal.

**ART.º 18**

Após a realização das eleições, os membros da Direcção, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia-Geral, mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos membros eleitos, que é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral cessante.

---

SECÇÃO II  
ASSEMBLEIA-GERAL

**ART.º 19**

A Assembleia-Geral é o órgão superior de decisão da cooperativa, nela tomando parte todos os membros no pleno gozo dos seus direitos.

**ART.º 20**

A Assembleia-Geral é gerida por uma Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

**ART.º 21**

1. As Assembleias-Gerais serão convocadas pelo respectivo Presidente da Mesa, por sua iniciativa própria ou a requerimento da Direcção, do Conselho Fiscal, ou pelo menos, de 20% dos cooperadores, no mínimo de 5 (cinco) membros no pleno uso dos seus direitos.
2. As convocatórias serão feitas com a antecedência mínima de 15 dias, por aviso postal ou por entrega em mão contra recibo e por avisos afixados nas instalações da cooperativa, devendo sempre conter a respectiva Ordem de Trabalhos.
3. Quando o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral não convocar esta, em sessão extraordinária requerida nos termos legais e estatutários, poderão os requerentes solicitar a respectiva convocação judicial, nos termos da lei geral.

**ART.º 22**

Realizar-se-ão anualmente duas Assembleias-Gerais ordinárias: uma, no mês de Dezembro, para apreciação do plano e orçamento do ano seguinte; outra, no primeiro trimestre do ano, para apreciação do Relatório e Contas da Direcção e do respectivo parecer do Conselho Fiscal.

**ART.º 23**

1. A Assembleia-Geral reúne, em primeira convocatória, à hora marcada, com a presença de mais de metade dos membros com direito a voto e, não sendo possível, uma hora depois, com qualquer número de presenças.
2. Caso a Assembleia-Geral seja convocada a requerimento de membros da cooperativa, nos termos do n.º 1 do art. 21 destes estatutos, só se realizará se, à hora marcada, estiverem presentes pelo menos  $\frac{3}{4}$  dos requerentes.

**ART.º 24**

É admitido nas Assembleias-Gerais o voto por correspondência e por representação nos termos e condições legais.

---

**ART.º 25**

1. À Assembleia-Geral compete pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe forem presentes, designadamente os constantes do art. 26º do Código Cooperativo.
2. As deliberações serão, em regra, tomadas por maioria simples.
3. Carecem da aprovação de dois terços dos valores expressos as deliberações sobre as seguintes matérias:
  - a) alterações de estatutos e aprovação de regulamentos internos;
  - b) fusão, cisão ou dissolução da cooperativa;
  - c) filiação da cooperativa em cooperativas de grau superior ou em organizações internacionais;
  - d) exclusão de membros;
  - e) exercício do direito de acção civil ou penal contra directores, gerentes, mandatários e membros do conselho fiscal da cooperativa.
4. As alterações de estatuto serão apreciadas em Assembleia-Geral expressa e exclusivamente convocada para o efeito.
5. Não será aprovada a dissolução da cooperativa se a ela se opuser:
  - a) um número de membros igual ou superior ao legalmente exigido para a constituição da cooperativa, comprometendo-se aqueles a assegurar a continuação das respectivas actividades;
  - b) um número inferior ao legalmente exigido para a constituição da cooperativa, desde que no prazo de um mês proponha novos membros que permitam repor o mínimo legal.

**SECÇÃO III**  
**DIRECÇÃO**

**ART.º 26**

1. A direcção é o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente, as competências exemplificadas no art. 52º do Código Cooperativo e ainda:
  - a) Negociar e outorgar quaisquer contratos, incluindo contratos de mútuo e outros necessários à obtenção de financiamentos para a cooperativa, seja qual for a forma de que se revistam, junto de instituições bancárias ou outras instituições financeiras;
  - b) Adquirir, alienar e onerar quaisquer bens, estando, porém, a alienação e oneração de bens imóveis da cooperativa, sujeita a prévia aprovação da Assembleia-Geral;
  - c) Prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela cooperativa, sendo no entanto proibida a prestação dessas garantias a dívidas de outras entidades salvo se, por

---

deliberação da Assembleia-Geral, se reconhecer a existência de justificado interesse próprio da cooperativa ou se tratar de entidade em relação de grupo ou por qualquer forma associada à cooperativa;

d) Negociar e outorgar contratos de qualquer tipo, nomeadamente ajustar com pessoas singulares ou colectivas a subcontratação de serviços integrados em programas, projectos ou obras de que a cooperativa seja, exclusivamente ou não, responsável perante terceiros, não sendo os serviços prestados no âmbito daqueles subcontratos considerados operações da cooperativa com terceiros;

e) Criar delegações, filiais, sucursais, ou qualquer outra forma de representação da cooperativa em Portugal ou no estrangeiro.

2. A direcção é composta por um mínimo de 3 e por um máximo de 9 membros efectivos sendo um presidente, um tesoureiro, um secretário e os demais, no caso de os haver, vogais.

3. A direcção pode designar um ou mais gestores com funções de gerência, ou constituir outros mandatários, podendo delegar nuns e noutros os poderes previstos nos presentes estatutos e podendo revogar, a todo o tempo, os respectivos mandatos.

#### **ART.º 27**

1. A cooperativa obriga-se com as assinaturas conjuntas de quaisquer 2 membros da direcção, sendo um deles, obrigatoriamente, o presidente ou o tesoureiro.

2. Nos actos de mero expediente, em relação a obrigações cujo valor não exceda o dobro do salário mínimo nacional, a cooperativa obriga-se com a assinatura de qualquer membro da direcção.

### **SECÇÃO IV CONSELHO FISCAL**

#### **ART.º 28**

1. O conselho fiscal é composto por um presidente e dois vogais, competindo-lhe, nos termos legais, o controlo e fiscalização da cooperativa.

2. Para o desempenho das suas funções, pode o Conselho Fiscal ser assessorado por revisores oficiais de contas.

### **CAPÍTULO V DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, RECEITAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

#### **ART.º 29**

O ano social coincide com o ano civil.

#### **ART.º 30**

Constituem receitas da cooperativa:

- 
1. Jóias.
  2. As decorrentes das suas actividades.
  4. Quaisquer outras, legais e estatutariamente admissíveis.

#### **ART.º 31**

1. Os excedentes que existirem reverterão obrigatoriamente para reservas.
2. Os excedentes anuais líquidos a reverter para reservas, correspondem às diferenças entre os proveitos ou ganhos e os custos ou perdas imputáveis a um exercício, deduzidos dos montantes a reverter para reservas obrigatórias e para as reservas facultativas que a assembleia decida constituir.
3. Incluem-se nos custos de exercício as verbas pagas a título de retribuição do trabalho prestado à cooperativa pelos seus membros, no âmbito de um vínculo contratual específico, nomeadamente de contrato de prestação de serviços.
4. São operações com terceiros as realizadas por produtores de serviços não membros, considerando-se como tal os trabalhadores ligados à cooperativa por contrato de trabalho por tempo indeterminado.
5. Reverte obrigatoriamente para a Reserva Legal uma percentagem das jóias cobradas nos termos do art. 5 destes estatutos e a parte dos excedentes provenientes de operações com terceiros é fixada em Assembleia-Geral.

### **CAPÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COOPERATIVA**

#### **ART.º 32**

A dissolução e liquidação da cooperativa será feita nos termos dos art. 75 a 77 do Código Cooperativo, atento o disposto no n.º 5 do art. 24 destes estatutos.

### **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **ART.º 33**

É escolhido o foro da comarca de Guarda, com expressa exclusão de qualquer outro, para todas as questões a dirimir entre os membros e a cooperativa ou entre aqueles relativamente a esta.

# **Anexo 6**

## Reglamento Interno

---

**(PROPOSTA)**  
**REGULAMENTO INTERNO**

**Artigo 1º**

- 1 - Os produtos que serão comercializados pela BioGuarda, são provenientes de:
- 1.1 Produtores certificados segundo a legislação em vigor sobre agricultura biológica desde que:
    - 1.1.1 Seja bem conhecida a sua prática e a sua opção pela agricultura biológica;
    - 1.1.2 Possa a sua produção ser visitada por qualquer sócio da BioGuarda;

**Artigo 2º**

- 2 - Todos os produtos que possam ser importados deverão ser certificados segundo a legislação em vigor sobre o modo de produção biológico.

**Artigo 3º**

- 3 - Serão sempre de preferir produções provenientes de produtores:
- 3.1- Há vários anos em agricultura biológica;
  - 3.2- Exclusivamente em agricultura biológica;
  - 3.3- De pequenas dimensões, empresas familiares e artesanais;
  - 3.4- Sócios da BioGuarda;
  - 3.5- Cuja prática da agricultura biológica seja solidária e equitativa;
  - 3.7- Mais próximos geograficamente da BioGuarda;
  - 3.8- De regiões mais empobrecidas;

**Artigo 4º**

- 4 - A BioGuarda deve estabelecer com os produtores certificados um relacionamento directo que possibilite uma avaliação das condições de produção em qualquer momento e o estabelecimento de uma forte relação de confiança mútua.

**Artigo 5º**

- 5 – Competências:
- 5.1- Compete à Assembleia-Geral aprovar eventuais alterações ao presente regulamento;
  - 5.2- Compete à Direcção zelar pela aplicação do presente regulamento;
  - 5.3- Compete a todos os sócios da BioGuarda informarem-se junto da Direcção sobre a aplicação deste regulamento.

**Anexo 7**  
Contrato de Arrendamento

---

**(PROPOSTA)**  
**CONTRATO DE ARRENDAMENTO COMERCIAL DE DURAÇÃO LIMITADA**

Entre:

**O primeiro outorgante**, MMMMMMMMMMMMMMM, casado, titular do bilhete de identidade n.º 12345678, emitido em 31/03/2004 pelo S.I.C. da Guarda, contribuinte fiscal n.º 160098168, residente na Rua Dr. Manuel de Arriaga n.º3, r/chº, Guarda, doravante, também, designado por proprietários ou senhorios,

**Os segundos outorgantes**, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, divorciada, titular os bilhete de identidade n.º 70, emitido pelo S.I.C. da Guarda, contribuinte fiscal n.º 70454547, residente Rua Calouste Gulbenkian, n.º10 3 Drt. – Guarda, e, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 106576969, emitido em 26/04/2009 pelo S.I.C. de Lisboa, contribuinte fiscal n.º 245563545, residente na rua do Formigal, n.º12 – 2.º Dtº. – Guarda, e KKKKKKKKKKKKKKKKKKKK, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 12141077, emitido em 16/09/2008 pelo S.I.C. de Setúbal, contribuinte fiscal n.º 234338431, residente na Rua António Sérgio, n.º26 – 2º drtº – Guarda, e YYYYYYYYYYYYYYYYYYY, casado, titular do bilhete de identidade n.º 67894523, emitido pelo em 02/01/2007 S.I.C. da Gaia, contribuinte fiscal n.º145628999, residente na rua Av. De Madrid, n.º34 3ºEsq, e ZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 786459231, emitido pela S.I.C de Porto, contribuinte fiscal n.º 789456123, residente na Av. De Roma n.º23, 3ºEsq. – Lisboa, doravante, também, designadas por arrendatários ou inquilinos,

É celebrado, entre si, este contrato de arrendamento, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1ª

O primeiro outorgante é proprietário do prédio urbano composto por rés-do-chão e 1º andar, sito no parque industrial, lote n.º16 – Guarda, inscrito na matriz predial urbana na freguesia da Sé – Guarda, sob o artigo número 1, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o número YYYYYY, daquela freguesia, com a licença número um, emitida pela Câmara Municipal da Guarda em 01/06/2009.

2ª

Por sua vez, os segundos outorgantes exercem a actividade de comércio de produtos de agricultura biológica.

3ª

Assim, o primeiro outorgante, na qualidade de proprietário, dá de arrendamento, aos segundos outorgantes o prédio urbano identificado na primeira cláusula deste contrato para nela ser exercida exclusivamente a actividade de comércio de frutas, não podendo estes darem-lhe um destino diferente sem autorização prestada por escrito por parte do proprietário, sob pena de resolução contratual.

4ª

---

Os segundos outorgantes não podem sublocar ou ceder o arrendamento, no seu todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente a terceiros.

5<sup>a</sup>

O arrendatário, através da celebração do presente contrato, renuncia, expressamente, ao exercício do direito e trespasse.

6<sup>a</sup>

O período de vigência deste contrato de arrendamento, acordado entre os outorgantes, é de cinco anos, com início no dia um do mês de Junho do ano em curso – 2009 – e termo no trigésimo primeiro dia do mês de Maio do ano de 2013, nos termos do art.98º e seguintes do Decreto-Lei n.º000-B/90, de 15/10, e tacitamente prorrogável por períodos de um ano, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

7<sup>a</sup>

O primeiro outorgante, no caso de não pretender a renovação deste contrato, deve denunciá-lo, notificando os segundos outorgantes, para a direcção do arrendado, da sua intenção de pôr termo ao contrato, através de carta registada, com aviso de recepção, com a antecedência mínima de um ano em relação ao fim do prazo estabelecido na cláusula anterior, ou três meses antes do fim de cada uma das suas eventuais prorrogações,

8<sup>a</sup>

O disposto na cláusula anterior é igualmente aplicável, e nos mesmos termos, aos arrendatários.

9<sup>a</sup>

O valor da renda anual, acordado entre os outorgantes, é de euros: 12.000,00€ (doze mil euros), a pagar em duodécimos de 1000,00€ (mil euros), que é actualizado anualmente, de acordo com os coeficientes legais publicados pelo Governo.

10<sup>a</sup>

A renda será paga mensalmente pelos segundos outorgantes ao primeiro outorgante nos primeiros oito dias do mês a que se reportar, através de depósito ou transferência bancária para a conta de que o primeiro outorgante é titular no Banco Totta, cujo N.I.B é o seguinte: 001234567890123456789.

11<sup>a</sup>

No que concerne às obras e às benfeitorias que os arrendatários pretendam realizar no arrendado, as mesmas ficam dependentes de prévia autorização escrita dos proprietários, assistindo a estes o direito de exigir dos arrendatários a respectiva indemnização por quaisquer obras ou benfeitorias que efectue no arrendado, sem a devida autorização, bem como por quaisquer danos que as mesmas lhe causem, não podendo os segundos outorgantes alegar ou invocar retenção nem pedir qualquer indemnização, seja a que título for, ficando tais benfeitorias a pertencer ao arrendado, no fim do contrato.

12<sup>a</sup>

No que se refere à publicidade que os arrendatários pretendam afixar no exterior do edifício, os mesmos ficam sujeitos às normas que regem a propriedade horizontal.

13ª

Durante a vigência do contrato, e no caso de se verificarem quaisquer danificações ou avarias, os segundos outorgantes obrigam-se a proceder, a expensas suas, a todas as reparações no interior da fracção autónoma arrendada, incluindo a colocação de vidros, a reparação de canalizações de águas e esgotos e instalação eléctrica, do revestimento do chão, da pintura das paredes, devendo permitir ao primeiro outorgante a inspecção de tais reparações no local arrendado.

14ª

São da responsabilidade dos segundos outorgantes a conservação, limpeza do imóvel arrendado, o pagamento dos alugueres dos contadores da água e da electricidade, bem como os respectivos consumos, sendo que, no fim do contrato, os segundos outorgantes obrigam-se a entregar o arrendado ao primeiro outorgante, livre e devoluto de pessoas e bens, em bom estado de conservação e limpeza, tal como o recebeu quando o tomou de arrendamento, e ainda com os vidros em bom estado, isto é, sem apresentarem quaisquer riscos, nem partidos, com todas as chaves, com as canalizações da água e dos esgotos em perfeito estado de funcionamento, bem como a instalação eléctrica.

15ª

No termo do contrato, e no que concerne às paredes interiores, estas devem apresentar-se lisas, desprovidas de quaisquer buracos ou manchas. Se apresentarem deteriorações anormais no estado da pintura, os segundos outorgantes comprometem-se a pintá-las, devendo permitir ao primeiro outorgante a inspecção das suas condições.

16ª

Para dirimir eventual litígio emergente deste contrato, os outorgantes estabelecem o foro da comarca da Guarda, com renúncia expressa de todos os outorgantes a qualquer outro.

17ª

Em tudo o que este contrato for omissa regulará o direito vigente.

Este contrato foi celebrado na Guarda, no primeiro dia do mês de Junho do ano dois mil e nove, o qual foi feito em quatro exemplares, de três páginas cada um, destinando-se um a ser apresentado na Repartição de Finanças do concelho da Guarda e os restantes para cada um dos outorgantes.

O primeiro outorgante: \_\_\_\_\_

Os segundos outorgantes: \_\_\_\_\_

Anexo **8**  
Estacionário





Parque Industrial, Lote 16 – 6300 Guarda  
Tel. 271 000 000 Fax: 271 111 111  
[www.bioguarda.pt](http://www.bioguarda.pt) Email: bioguarda@sapo.pt



## **Anexo 9**

### Carta aos Produtores



## Sr. Agricultor Biológico!

Conhecendo as dificuldades com que se deparam os produtores de produtos biológicos na comercialização dos mesmos, foi constituída, em Junho de 2009, na Guarda, a **BioGuarda** – Cooperativa de produtos de Agricultura Biológica. CRL.

Esta cooperativa, propõe ultrapassar, os problemas associados à insuficiente articulação, entre a produção, transformação e a comercialização dos produtos biológicos. Pretende-se ainda, prestar um serviço/apoio aos associados em termos, formação, publicidade entre outros.

Entre as prioridades da **BioGuarda**, estão o armazenamento, acondicionamento, rotulagem e escoamento de toda a produção de produtos biológicos certificados. Assim, Sr. Produtor, os seus produtos biológicos que até aqui eram vendidos apenas directamente na exploração, ou em mercados locais, têm agora a oportunidade de estarem disponíveis em lojas especializadas (produtos naturais, diatéticos...) escolas e nas grandes superfícies. Para tal a **BioGuarda** pretende estabelecer alianças com grupos económicos (Sonae, Feira Nova, Pingo Doce) nomeadamente ligados à distribuição alimentar para a sua comercialização.

A **BioGuarda** pretende contribuir de forma inequívoca para o escoamento de toda a sua produção, comprometendo-se ainda apoiar-lo na divulgação e promoção dos mesmos.

### Sr. Agricultor!

Associar-se é contribuir para o desenvolvimento de uma cooperativa que trabalhará no sentido de ultrapassar obstáculos à comercialização de produtos biológicos.

Todo o associado tem ainda possibilidade de participar na vida cooperativa, contribuindo activamente para a prossecução dos objectivos a que a cooperativa se propõe.

Com melhores cumprimentos

A Gerência

Em anexo ficha de inscrição

## Ficha de Inscrição

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Cód.Postal \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Tel.: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ TM \_\_\_\_\_ E mail: \_\_\_\_\_

A agricultura é actividade tempo inteiro? \_\_\_\_\_ Só nos tempos livres? \_\_\_\_\_

È agricultor certificado? Sim  Não  Data de nascimento \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Habilitações literárias \_\_\_\_\_ N° de B.I. \_\_\_\_\_ N° Contr. \_\_\_\_\_

Desejo inscrever-me como associado da **BioGuarda** com a:

### Modalidade/Valor anual

Associado individual.....25Euros

Associado colectivo.....50Euros

Associado estudante/reformado.....15Euros

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ /201\_\_\_\_\_

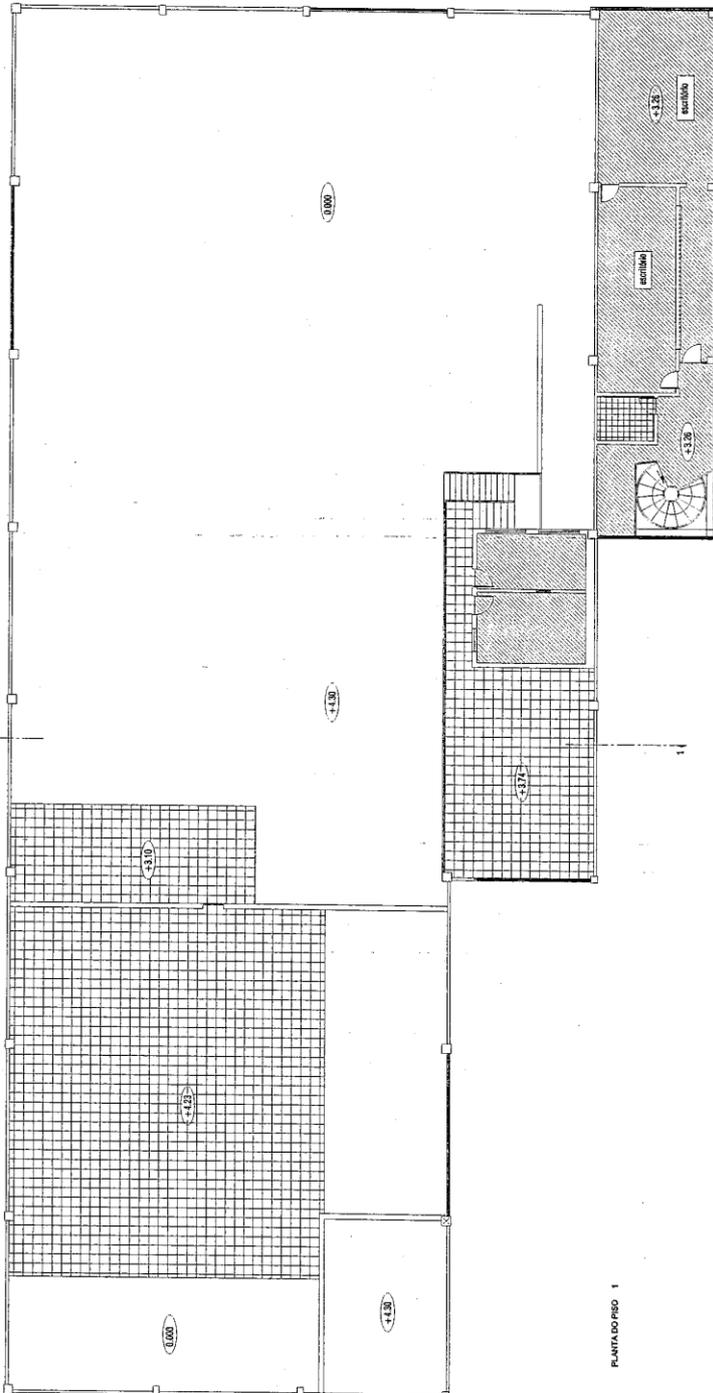
Assinatura \_\_\_\_\_

Enviar cheque ou vale postal à ordem da **BioGuarda**

Morada: Parque Industrial, lote 16 – 6300 GUARDA

# **Anexo 10**

## Planta das Instalações da BioGuarda



PLANTA DO PISO 1

	Nome: BOGHARDA - COOPERATIVA DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, CHL.		Prof: FÁBIO RODRIGUES LOPES JR.	
	Projeto: PROJETO DE ALTERAÇÕES		Data: 07/06/2017	
Planta do Piso 1 - COTADA		Escala: 1:100		Folha: 1

# **Anexo 11**

## **Orçamentos**



Com o objectivo de dar ao consumidor o máximo de garantias sobre a procedência e a qualidade dos produtos comercializados com a denominação "Produto de Agricultura Biológica" a E.U. criou um símbolo que é concedido a todos os produtores e transformadores que se comprometeram a respeitar as suas normas de utilização, para que o consumidor final adquira este tipo de produtos com segurança.



Parque Industrial, Lote 16 – 6300 Guarda

Tel. 271000 000 Fax: 271 111 111

[www.bioguarda.pt](http://www.bioguarda.pt) Email: [bioguarda@sapo.pt](mailto:bioguarda@sapo.pt)

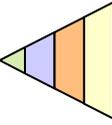
# Porquê Consumir Biológico?

## O que é a Agricultura Biológica?

« A Agricultura Biológica é um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica do solo. Privilegia o uso de boas práticas de gestão da exploração agrícola, em lugar do recurso a factores de produção externos, tendo em conta que os sistemas de produção devem ser adaptados às condições regionais. Isto é conseguido, sempre que possível, através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.»

Codex Alimentarius Commission, FAO/WHO, 1999

### Valor nutricional



Cultivados em solos equilibrados por fertilizantes naturais, os alimentos biológicos têm maior valor nutritivo quanto ao teor de vitaminas, minerais e proteínas.



### Biodiversidade

A A.B. perpetua a diversidade das sementes e das variedades locais.



### Sabor

Na A.B. as plantas crescem saudáveis e desenvolvem o seu verdadeiro aroma, as suas cores, os quais permitem redescobrir o verdadeiro sabor dos alimentos.



### Garantia de sabor

São reconhecidos Diversos pesticidas prejudiciais à saúde. Desta forma a A.B. protege a sua saúde utilizando pesticidas naturais.



### Comunidades Rurais

A A.B. permite a revitalização da população rural e restitui aos agricultores a verdadeira dignidade e respeito merecidos.



### Água Pura

A prática da A.B., que não utiliza produtos perigosos que contaminam os lençóis de água potável. É uma garantia para o futuro.

### Educação



A A.B. é uma escola prática de Educação Ambiental. Apresenta um modelo de desenvolvimento sustentável no meio rural, promissor para todos os jovens que terão de tomar decisões no futuro.

### Certificação



Os produtores seguem um caderno de normas rigoroso, controlado por organismos de certificação segundo regras internacionais reconhecidas.

### Emprego



Graças à dimensão humana que estas explorações assumem, os produtores agrobiológicos geram oportunidades de criação de emprego.

### Solo Fértil



Como o solo é a base da cadeia alimentar, qualquer prática no âmbito da pedologia deve visar a conservação da fertilidade do solo e, melhorar a sua condição, pelo aumento do teor de húmos das terras

### Futuro



Os produtores agroambientais são grandes inovadores que conseguem a combinação de práticas tradicionais com práticas mais modernas, desenvolvendo técnicas que permitem evitar o emprego de agentes poluentes do ecossistema.

## ERRATA

<u>Pagina</u>	<u>Linha</u>	<u>Onde se lê</u>	<u>Deve ler-se</u>
Lombada		Abril de 2010	Maio de 2010
59	7	Contribuição Autárquica (IMT)... - Art. 10º n.º 2 do EFC	Contribuição Autárquica (IMI)... - Art. 10º n.º 2 do EFC – Alterado
59	13	Imposto sobre sucessões e doações – Art. 9º do EFC	Revogado pelo nº 4, Art. 31º do Dec-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro
60	21	Nas operações de reorganização... – Art. 19º do EFC	Revogado pelo Art. 87, n.º 2 da Lei nº 53/2006 de 29 de Dezembro
61	6	Os cooperadores podem deduzir... – Art. 17º do EFC	Revogado pelo Art. 87, n.º 2 da Lei nº 53/2006 de 29 de Dezembro
80	1	O <i>Marketing-Mix</i> ... no ponto 3.4.4.3	O <i>Marketing-Mix</i> ... no ponto 3.2.4.3